

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

A Ética skinneriana e a tensão
entre descrição e prescrição no
Behaviorismo Radical

Marina S. L. B. de Castro

São Carlos
2007

Marina S. L. B. de Castro

A Ética skinneriana e a tensão
entre descrição e prescrição no Behaviorismo Radical

Tese apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de Concentração:
Epistemologia e Filosofia da
Mente

Orientador: Prof. Dr. Júlio César
Coelho de Rose

São Carlos
2007

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

C355es

Castro, Marina Souto Lopes Bezerra de.
A ética skinneriana e a tensão entre descrição e
prescrição no Behaviorismo Radical / Marina Souto Lopes
Bezerra de Castro. -- São Carlos : UFSCar, 2007.
148 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2007.

1. Behaviorismo (Psicologia). 2. Skinner, Burrhus
Frederick, 1904-1990. 3. Ética. 4. Valores. I. Título.

CDD: 150.1943 (20ª)

"Ó, senhor cidadão, eu quero saber
com quantos quilos de medo
se faz uma tradição".

Tom Zé

Dedico este trabalho aos meus dois amores:
Elton e Francisco

Agradeço a meus pais
a confiança e o longo financiamento;
a Carmen, Camila e Cristina,
o material e as dicas.

Resumo

A partir da descrição da teoria skinneriana desde seus primórdios, podemos entender o percurso que desemboca em questões éticas. Skinner afirma que a ciência do comportamento também pode ser uma ciência dos valores, isto é, pode explicar, pode descrever, o que significam os valores e o que é ser ético, agir de um modo considerado ético. Além disso, o autor argumenta que, a partir do Behaviorismo Radical e de sua teoria da seleção por consequência nos três níveis, é possível eleger um valor primordial que possa ser o guia para alguém que se ponha a elaborar práticas culturais de forma deliberada. Nesse sentido, Skinner assume uma postura prescritiva, ao mesmo tempo em que tenta reduzi-la ao âmbito descritivo. Aí reside uma certa tensão no texto skinneriano, pois, ao mesmo tempo em que descreve o bem da cultura, o autor elege esse bem como o valor primordial. Tenta justificar essa eleição utilizando argumentos descritivos, mas, ao fim, não encontra nenhuma "boa razão". Assumimos que é possível derivar preceitos éticos a partir do Behaviorismo Radical, entretanto, o Behaviorismo Radical não é suficiente para justificar a escolha de um ou outro preceito. Não podemos, a partir apenas de seus pressupostos, escolher o bem da cultura, ou o bem dos outros, ou os bens pessoais como o principal valor, pois não há argumentos suficientes dentro da própria teoria. Se quisermos explicar por que escolhemos este ou aquele preceito, sob o ponto de vista da própria análise do comportamento, devemos olhar para a história de contingências de quem faz a escolha.

Palavras-chave: Behaviorismo Radical, ética, valores - bens.

Abstract

From the description of Skinner's theory since its beginning, we can understand the course which falls into ethical questions. Skinner asserts that the science of behavior can also be the science of values, that is, it can explain, it can describe, what we mean by values and what is being ethical, act in a way called ethical. Furthermore, the author argues that, from the radical behaviorism and its selection by consequences theory in the three levels, it is possible to elect a primary value, which can be the guide for somebody who engages in the project of cultural practices in a deliberated fashion. In this way, Skinner assumes a prescriptive attitude, as well as tries to reduce it to a descriptive scope. There it is a kind of tension in the Skinner's texts, because, besides describing the good of the culture, the author elects this value as the primary value. He tries to justify this election appealing to descriptive arguments, but, finally, he cannot find any "good reason". We assume that it is possible to originate ethical precepts from radical behaviorism, nevertheless radical behaviorism is not sufficient to justify the choice of one or another precept. We cannot choose, only from its premises, the good of the culture, or the good of others, or the personal goods as the main value, since there are not enough arguments within the theory itself. If we want to explain why we choose this or that precept, on the point of view of the behavior analysis, we must look at the who-makes-the-choice history of contingencies.

Key-words: radical behaviorism, ethics, values - goods.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
INTRODUÇÃO	9
PARTE I : DESCRIVER	14
CAPÍTULO 1 - PRECEDENTES HISTÓRICOS E TEÓRICOS DO BEHAVIORISMO RADICAL	14
<i>O problema das interpretações tradicionais</i>	20
CAPÍTULO 2 - DO RESPONDENTE AO OPERANTE.....	23
CAPÍTULO 3 - A CULTURA	38
<i>Paralelo entre evolução da espécie e evolução da cultura</i>	44
PARTE II : PRESCREVER	53
CAPÍTULO 4 - O PLANEJAMENTO DA CULTURA	53
<i>As Utopias</i>	59
<i>Críticas comuns à aplicação da ciência do comportamento no planejamento de uma cultura</i>	64
CAPÍTULO 5 - A ÉTICA	73
<i>A Ética skinneriana</i>	76
<i>O conflito ético</i>	91
<i>Epílogo</i>	95
CAPÍTULO 6 - TENSÃO ENTRE DESCRIÇÃO E PRESCRIÇÃO	97
<i>A falácia naturalista</i>	99
<i>A questão da Indução</i>	104
CONCLUSÃO	107
REFERÊNCIAS	110
ANEXO 1	114
CRÍTICAS A TEORIAS ANTERIORES	114
<i>Mentalismo</i>	114
<i>Filosofia democrática</i>	120
<i>Ciências humanas</i>	125
ANEXO 2	127
PRÁTICAS DE CONTROLE PESSOAL E DE GRUPO	127
ANEXO 3	144
PROPOSTAS POLÍTICAS	144

PREFÁCIO

Este trabalho é produto de uma longa, mas não suficiente, reflexão a respeito do comportamento humano no nível cultural, mais especificamente de acordo com a visão de um autor da Psicologia, Skinner. Meu estudo sobre o tema começou em 2001, sob orientação do professor Abib, no então chamado Departamento de Filosofia e Metodologia das Ciências da UFSCar, hoje apenas Departamento de Filosofia. Foram dois anos sob sua orientação e o resultado daquele trabalho está na monografia intitulada *Questões preliminares sobre política em B. F. Skinner*, a qual deixou várias idéias em estado de latência a serem postas em prática em um estudo mais longo e aprofundado. De fato, não se pode dizer que foi um estudo mais longo, como eu queria, mas apenas mais aprofundado, que deu origem ao presente trabalho. Foram dois anos de um processo efetivo de análise de textos e de produção escrita, 2005 e 2006. O caminho que me trouxe até aqui, escolhendo arbitrariamente um marco inicial, teve seu começo em uma disciplina optativa - que cursei no ano de 2000, ministrada pelo professor Antônio Zuin, psicólogo freudiano e professor do Departamento de Educação - chamada *Indústria Cultural, Semicultura e Educação*. Tive curiosidade de saber se o behaviorismo também analisava a cultura e procurei o professor Abib. Nos dois primeiros anos de graduação, 1999 e 2000, havíamos estudado, sob a ótica do behaviorismo, apenas a análise do comportamento individual, por isso achava que Skinner se havia restrito ao estudo do indivíduo, todavia, o que percebi foi a falta de conhecimento que os cientistas comportamentais tinham a respeito da análise da cultura realizada por Skinner.

O que pode atrapalhar o trabalho de alguns cientistas comportamentais é a falta de diálogo com outras teorias e a ausência de crítica ao próprio behaviorismo, condição que acredito ser fundamental para o progresso da ciência do comportamento e de qualquer ciência. Às vezes me perguntei se isso acontecia porque os cientistas não tinham tempo para questionamentos filosóficos – porque isso requer tempo e o que se vê nos laboratórios é mais

um campo abrangido pela pressa em se produzir mais em menos tempo – ou porque recebiam que seus experimentos, fruto de um trabalho árduo, viessem a ter seus pressupostos contestados e, por isso, tivessem sido em vão. A primeira hipótese parece mais coerente, pois o que vemos é a tecnologia se sobrepor à filosofia e ser vista como independente dela, o que pode, ao final, levar à construção de uma tecnologia inadequada. De alguma forma plagiando Skinner, precisamos, de fato, não apenas desenhar e construir uma ponte, mas nos perguntar por que ela deve ser construída; não apenas desenvolver a bomba atômica, mas analisar por que ela está sendo desenvolvida. Alguns questionam a pouca produção científica brasileira; questiono, porém, a pouca reflexão na pouca produção científica brasileira, a separação entre filosofia, ciência básica e ciência aplicada. Isso parece ser alimentado ou gerado, talvez, pelas agências de fomento de pesquisa, que priorizam financiar pesquisas em tecnologia e, mais longe ainda, priorizam a tecnologia física. Tive o privilégio de poder realizar este trabalho apesar de não ter sido financiado; são poucas as bolsas de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Filosofia.

Apesar da falta de financiamento (certamente os resultados teriam sido melhores se tivesse havido financiamento), o que me levou a optar por este trabalho neste programa (Filosofia) foi a vontade de analisar de modo aprofundado o Behaviorismo Radical, analisar as explicações de Skinner para o comportamento do homem na cultura e aproveitar para desenvolver as idéias que surgiram com a monografia já citada. Acredito que sofri uma forte influência de trabalhos recentes que vêm sendo feitos sobre temas relacionados à cultura no behaviorismo. Ultimamente a discussão a respeito vem se ampliando e acalorando. Abib, Maria Amália, Téia e Alexandre são pessoas de cujos trabalhos sofri influência direta.

O interesse de Skinner, que pode ser inferido, ou até lido quase textualmente em seus primeiros textos, da primeira metade do século, era elaborar uma ciência cujo instrumental teórico e metodológico pudesse abranger o comportamento humano como um todo. Se assim

fosse, não seria mais necessário dividir as ciências humanas em pedagogia, economia, antropologia, psicologia, sociologia, política e assim por diante. Afirmarões como essa aparecem nos seus textos sobre agências de controle, de 1953. A questão da Ética surgiu ao final de minha monografia como um ponto de encontro entre suscetibilidades genéticas e necessidades culturais. O início daquele texto tratava das agências de controle e de como Skinner nos leva a concluir que o Governo é a agência com mais poder. Também havia uma referência às preocupações de Skinner – preocupações estas presente em textos pós-segunda guerra, na época da Guerra Fria – quanto ao futuro do planeta, que o levaram a propor que à ciência do comportamento coubesse a implementação de uma tecnologia comportamental que garantisse o futuro do planeta da melhor forma possível. E então surge o problema ético. Garantir o futuro é uma questão ética, pois trata de resolver problemas resultantes da incompatibilidade entre o que eu quero e o que eu posso, ou entre o que eu quero e o que os outros querem, ou entre o que eu quero e o que eu devo fazer, entre as minhas vontades individuais e as necessidades culturais. E essa solução advém da previsão das conseqüências que cada escolha pode ter. As agências de controle, de acordo com o autor, já sabem como garantir o próprio futuro, contudo o futuro de uma nem sempre é compatível com o de outra ou com o da humanidade como um todo. Caberia à ciência do comportamento desenvolver uma tecnologia que garantisse o futuro, que tornasse possível que as conseqüências de longo prazo, remotas, controlassem o comportamento do indivíduo. Essas são algumas das conclusões a que chego no texto da monografia.

A proposta inicial e que apresentei como projeto de mestrado no programa de pós-graduação em filosofia se originou da monografia e foi ampliada. De fato, o projeto consistia em estudar o que dois grandes autores da Psicologia discutiam a respeito da questão da Ética, desse encontro entre biologia e cultura no indivíduo, que, em algum momento, pode gerar a bifurcação entre o que eu quero e o que eu devo fazer. Os dois autores escolhidos eram

Sigmund Freud e Burrhus F. Skinner. Numa primeira leitura, realizada para a elaboração do projeto de mestrado, foi possível concluir que os dois autores concordam com esse encontro, que esse encontro é um conflito, que gera um mal-estar no indivíduo e que, por questão de sobrevivência, optamos pela cultura. Poderíamos supor que Freud aparentemente diria o seguinte: a cultura, a sociedade, faz muito mal ao indivíduo, mas ele precisa dela para sobreviver. Ele enfatiza o mal-estar individual causado pela cultura e não tanto a sobrevivência. Já Skinner diz, rapidamente, desse mal-estar, contudo enfatiza o lado da sobrevivência. Comecei a elaborar a tese analisando inicialmente os textos skinnerianos e, como acontece na maioria das vezes, não houve tempo para estudar a obra freudiana. Então a dissertação de mestrado a ser apresentada a seguir diz respeito apenas à análise que Skinner faz da questão Ética.

Ao escolher os textos para estudo, selecionei capítulos de livros do autor a partir de 1953 até as últimas décadas do século. O critério de seleção dos capítulos foi a presença de termos como “sociedade”, “cultura”, “grupo”, “ética” e outros relacionados à análise do comportamento social. Minha intenção era, não apenas analisar as explicações skinnerianas a respeito da cultura e da Ética, mas perceber as características da evolução do pensamento de Skinner sobre o tema, as modificações que ele poderia ter sofrido ao longo das décadas, considerando-se, *a priori*, que o século XX foi uma época de grandes, profundas e rápidas mudanças sociais. Não propunha fazer uma análise cronológica dos conceitos, mas não podia perder de vista o contexto histórico em que um indivíduo chamado Skinner se comportou, escrevendo livros a respeito de um tema que agora era meu objeto de estudo. As circunstâncias nas quais ele escreveu ajudam a entender o que está escrito.

Este prefácio conta, resumidamente, a gestação das idéias do presente trabalho. Deisy, Júlio e Jesus são os professores a quem devo minha iniciação no behaviorismo. Bento, em suas aulas de *Filosofia e Ética* nas tardes de quarta-feira, me fez pensar, pela primeira vez, na

relação entre determinismo e liberdade. O professor Abib me mostrou um Skinner mais fenomenológico, por isso mesmo, mais interessante. Maria Amália e Téia, em suas didáticas, e às vezes emocionantes, palestras em encontros anuais ou em palestras na Federal, me ensinaram a ver Skinner como membro de uma cultura e com uma história pessoal. Hélio Guilhardi e a Jesus me mostraram, de forma genial, como fazer uma análise funcional do comportamento do indivíduo. E o Júlio, meu orientador, me provou que existem cientistas críticos. Tudo isso se mistura, se junta às minhas leituras, resultando no texto a seguir. Espero que gostem e que lhes seja útil.

INTRODUÇÃO

Burrhus Frederick Skinner (1904 - 1990) pode ser considerado o pai da Ciência do Comportamento como ela é entendida nos dias atuais. Ao se inserir no contexto de naturalização das ciências humanas, Skinner buscou fazer o mesmo com a Psicologia, isto é, utilizar métodos das ciências físicas no estudo de fenômenos humanos. Esse objetivo não era novidade entre os cientistas da época - início do século XX -, tal caminho já vinha sendo trilhado por eles havia algum tempo; pode-se dizer até que essa nova possibilidade de estudo do comportamento humano foi visualizada e aberta há alguns séculos. Então, qual seria a importância do trabalho realizado por Skinner? O que ele trouxe de novo?

O objetivo do presente texto é, de início, expor de um modo detalhado as idéias do autor a respeito do comportamento humano individual e em grupo para que, a partir de seu modo de descrição do mundo, especialmente do ambiente social, possamos explicar de que modo essas idéias podem gerar uma Ética. Ou seja, buscaremos entender se o modelo explicativo skinneriano do comportamento humano pode originar um modelo ético e como o autor propôs que isso fosse feito. É uma empreitada ambiciosa. Veremos até onde ela nos

leva. Na primeira parte será explicitado o lado descritivo da teoria comportamental skinneriana e, na segunda parte, veremos a sua face prescritiva e sua relação, por vezes tensa, com a parte descritiva.

A partir da leitura dos textos skinnerianos, percebemos que sua teoria a respeito do comportamento humano foi-se modificando até meados do século, quando sua base se solidificou e não sofreu mais alterações. Já tendo o alicerce coeso, em seu livro de 1974 (considerado pela autora do presente trabalho sua obra-prima por causa de sua coerência, concisão e clareza), **Skinner estabelece o behaviorismo como a filosofia da ciência do comportamento**: “Behaviorismo não é a ciência do comportamento humano; ele é a filosofia daquela ciência” (Skinner, 1974/1976, p. 3).

Skinner deixou claro, desde o início de sua obra, a possibilidade e a necessidade de se encontrar um conjunto de leis básicas aplicáveis ao comportamento humano como um todo, que fosse capaz de explicar o indivíduo se comportando em vários contextos diferentes. Esse conjunto de leis deve ser suficientemente explicativo para as interações entre o indivíduo e o meio.

Esse objetivo final do autor, o qual acaba sendo seu ponto de partida, já se mostra na década de 30 do século passado, em seu artigo fruto da sua tese de doutorado. Nele, o autor apresenta um programa e uma formulação geral de uma análise científica do comportamento. Em 1953, no texto inicial sobre agências de controle, Skinner defende a necessidade de uma explicação que abranja o comportamento humano como um todo, pois, com isso, não seria mais preciso dividir as ciências humanas em campos com ontologias e métodos diferentes – economia, psicologia, antropologia, ciência política, sociologia e assim por diante. Além disso, ele propõe que a responsabilidade por elaborar tais leis gerais sobre o comportamento humano as quais fossem aplicáveis a todos esses diferentes contextos seja do behaviorismo. De acordo com o autor, se o indivíduo que se comporta na igreja, na loja, na escola, no banco,

no palanque, no divã ou em qualquer outro lugar do mundo é o mesmo - no sentido de pertencer a uma mesma espécie e viver em ambientes sociais semelhantes -, a solução mais adequada é que haja uma única ciência do comportamento.

Skinner, no Capítulo 6 da coletânea *Questões Recentes na Análise Comportamental*, já do final dos anos 80, se pergunta por que nem a análise experimental do comportamento nem sua aplicação se tornaram a psicologia. De fato, para o autor, é necessário que a psicologia se limite ao seu objeto de estudo acessível e deixe “o resto da história para a fisiologia”. Com isso, ele defende que o comportamento do organismo como um todo pode ser plenamente explicado se recorrendo apenas à ciência do comportamento e à fisiologia. O que não couber à primeira, caberá à segunda. Essa é a proposta skinneriana para a explicação do comportamento humano, que permaneceu praticamente sem alterações através de toda sua obra.

Na opinião da presente autora, Skinner deixou duas grandes obras que esquematizam o programa para uma análise científica do comportamento: o *Ciência e Comportamento Humano*, de 1953, e o *About Behaviorism*, de 1974. Ambos os livros possuem estruturas semelhantes, pois explicam de forma didática a teoria skinneriana: partem dos pressupostos do behaviorismo, elaboram a análise do comportamento individual a partir daqueles pressupostos e chegam, ao final, à explicação do comportamento do indivíduo que age no grupo, numa sociedade, numa cultura. Aí também se chega, nas duas obras, à proposta do autor para uma tecnologia em nível cultural. Embora o esquema geral dos livros seja extremamente semelhante, o segundo é elaborado de um modo mais filosófico que o primeiro, o qual apresenta uma rigidez científica capaz de levar o leitor desavisado a supor um realismo ingênuo inerente ao behaviorismo.

De qualquer forma, podemos perceber, nas obras citadas, que a função da psicologia para Skinner era explicar o comportamento humano a partir de onde paravam as explicações

fisiológicas e ir até, inclusive, a explicação do comportamento de grupo, passando pelo comportamento individual. As separações entre as ciências humanas desaparecem quando supomos que a ciência do comportamento é capaz de abranger os campos que tradicionalmente pertenciam à antropologia, à sociologia, à educação, à ciência política e assim por diante. Nesse sentido, concordamos com a tese (Laurenti, 2004) de que o modelo explicativo do behaviorismo pode ser visto como uma versão do instrumentalismo científico, no sentido de ser um princípio regulador da pesquisa e, ao mesmo tempo, auxiliar a interpretar fenômenos que não são passíveis de manipulação experimental, incluindo aqueles que estão além das fronteiras tradicionais da psicologia.

Além de unir as tradicionais ciências humanas em uma só, a ciência do comportamento não deve ser incompatível com as ciências físicas, muito pelo contrário. Foi no modelo de previsão e controle das ciências naturais que Skinner se inspirou para elaborar suas propostas. Skinner não mudou de opinião quanto a isso; ele continuava, mesmo em seus últimos escritos, a levantar a bandeira de que a Psicologia é uma ciência natural: "ainda estou certo de que, se um dia o conseguirmos [planejar e colocar para funcionar contingências sob as quais as pessoas se comportarão como se o futuro fosse hoje], será com a ajuda de uma psicologia que, conforme afirmou Watson, é 'um ramo puramente objetivo-experimental da ciência natural'" (Skinner, 1989/1995, p. 181).

Considerando-se tudo isso, o presente trabalho se propõe a analisar como o autor chegou, a partir de seus pressupostos, à análise da cultura, mais especificamente à explicação sobre a Ética. Buscaremos entender e descrever o que é o *bem* para Skinner, o que são os valores e o que é a Ética, ou quais os diferentes usos que o autor faz do termo. Talvez possamos estabelecer, ao fim, os **lugares da ciência, da verdade e do bem para o behaviorismo skinneriano**.

A **hipótese inicial** que nos guiará é que a questão da Ética envolve necessariamente um conflito, que se dá no indivíduo, entre filogênese e ontogênese e que a resolução para esse conflito que pode ser classificada como solução ética é a opção pelas necessidades culturais. Isto é, o meio ambiente no qual a espécie evoluiu selecionou alguns comportamentos ou algumas suscetibilidades que podem, algumas vezes, não ser os mais adequados para a cultura em sua própria evolução, ou seja, nem sempre os comportamentos que contribuíram para a sobrevivência da espécie poderão contribuir para a sobrevivência da cultura. Supomos que, na visão de Skinner, o adjetivo "ético" se refere a pessoas ou comportamentos controlados pelas conseqüências remotas que garantirão a sobrevivência da cultura; ser ético, então, é agir pelo bem da cultura.

Uma **hipótese secundária** é que a Ética proposta pelo autor - fica claro que já assumimos a existência de uma Ética skinneriana - não decorre necessariamente dos pressupostos do behaviorismo, quais sejam, os mecanismos de variação e seleção que ocorrem nos três níveis: espécie, indivíduo e cultura, que explicam o comportamento humano. Supomos, inicialmente, que isso procede pelo simples fato de que uma Ética, de acordo com o argumento a ser mais elaborado ao final, não pode decorrer suficientemente de uma ciência. Queremos dizer com isso que a prescrição de um mundo melhor não pode decorrer exclusivamente da descrição do mundo tal como ele é. Como instrumento argumentativo, será utilizado o conceito de *falácia naturalista* para embasar esta hipótese.

Para descrever o percurso que desemboca nas questões culturais e, por conseqüência, éticas, partiremos do princípio, dos pressupostos do behaviorismo, analisaremos o comportamento do indivíduo e do grupo sob o ponto de vista do behaviorismo e, por fim, chegaremos à inferência a respeito da Ética que o autor elabora a partir de sua teoria comportamental.

PARTE I : DESCRIVER

Capítulo 1 - Precedentes históricos e teóricos do Behaviorismo Radical

Skinner se graduou em língua e literatura inglesa. A obra *Philosophy* de Bertrand Russell (1927) e o manifesto behaviorista de Watson (1913) fizeram dele, instantaneamente, segundo suas próprias palavras, um behaviorista (Skinner, 1989/1995, p. 164). Skinner queria estudar o comportamento de um organismo sem qualquer referência à vida mental ou ao sistema nervoso. Quanto a isto, ele sofreu influência do biólogo Jacques Loeb, autor de livros entre os quais *The Organism as a Whole* (1916) - "O Organismo como um Todo". Skinner foi estudar em Harvard nos laboratórios de biologia de um discípulo de Loeb.

Skinner parte do princípio de que a psicologia, enquanto ciência, deve ser capaz de prever e controlar o comportamento. Entretanto, se, para grande parte da psicologia anterior a Skinner, a mente determina comportamentos, surge um grande problema: o controle do comportamento se torna impossível por causa da impossibilidade de acesso à vida mental. Havia, porém, uma outra ciência que se mostrava promissora quanto à previsão e controle de comportamentos: a Biologia. Com constantes descobertas, a Biologia já era capaz de prever e / ou de controlar, como, por exemplo, nos tropismos, nos reflexos e no condicionamento respondente. O grau de controle que a Biologia já conseguia ter sobre alguns comportamentos animava Skinner, porém o interesse do autor era pelo comportamento do organismo como um todo.

Então, a psicologia, de acordo com Skinner, deveria ser a ciência do comportamento do organismo como um todo e, enquanto ciência, deveria se preocupar com previsão e controle do comportamento. Para isso, deveria se desvincular do mentalismo. A filosofia dessa ciência seria o behaviorismo, o qual Skinner classifica como radical. O Behaviorismo

Radical “é a filosofia de uma ciência do comportamento tratado como objeto de estudo em si mesmo, separado das explicações internas, mental ou fisiológica” (Skinner, 1989/1995, p. 164).

Com o advento do comportamento verbal, as pessoas começaram a falar sobre o que elas estavam fazendo e por quê; ou seja, elas começaram a descrever seu próprio comportamento, o ambiente em que ele ocorria e suas conseqüências. Isso significa que, a partir da possibilidade do comportamento verbal, as pessoas, além de serem afetadas pelas contingências, começaram a analisá-las (Skinner, 1974/1976, p. 132). No sentido de que são comportamento verbal, as descrições das razões ou causas do comportamento variam de acordo com o tempo histórico e com a cultura. Ainda hoje, muitos estudam causas metafísicas para os comportamentos, como o espírito da própria pessoa ou até mesmo outros espíritos, a mente, a consciência e assim por diante. Skinner, todavia, se interessa pelas leis que uma ciência do comportamento pode descrever.

A diferença entre as leis da religião ou do governo, por exemplo, e as leis da ciência não está na afirmação de que umas são feitas e outras, descobertas, mas sim nas contingências descritas nas leis, pois a religião e o governo possuem leis que descrevem contingências mantidas por ambientes sociais, enquanto que as leis da ciência descrevem contingências que prevalecem no ambiente de modo independente da ação humana deliberada (Skinner, 1974/1976, p. 138).

Quanto à posição filosófica de Skinner, ele próprio descreve, no Capítulo 12 de seu *Questões Recentes na Análise Comportamental*, de 1989, ter tido mais influência de Ernst Mach que do positivismo lógico. Em seu artigo derivado de sua tese de doutorado, ele afirma seguir Mach e Henri Poincaré.

Com relação ao que existe, Mach discorda do dualismo cartesiano segundo o qual há o mundo do extenso e o do inextenso, o da matéria e o do espírito, substancialmente diferentes

um do outro. Skinner parece concordar com Mach em relação à utilidade da análise histórica do surgimento de leis científicas e também quanto à negação do dualismo de substância. Nas palavras do próprio Skinner, ele seguiu "uma linha estritamente machiana, na qual o comportamento era analisado como objeto de estudo em si mesmo e como função de variáveis ambientais, sem referência à mente ou ao sistema nervoso" (Skinner, 1989/1995, p. 150).

Skinner diz que os positivistas lógicos, bem como alguns behavioristas metodológicos, admitiam a existência de uma mente, mas a deixaram fora do domínio da ciência, pelo fato de ela não poder ser confirmada por uma segunda pessoa. Skinner, por outro lado, admitia a existência de eventos internos, os quais seriam estados corporais e cujo estudo ficaria a cargo da fisiologia. Dados introspectivos seriam insuficientes para a ciência, pois sua privacidade impede que aprendamos a observá-los de maneira precisa (Skinner, 1989/1995, p. 149).

Nesse sentido, Skinner é herdeiro de uma tradição que já contestava as ontologias tradicionais, o dualismo de substâncias, que se preocupava com questões práticas, observáveis e que descartava doutrinas transcendentais - o próprio Freud, como James, pregava a necessidade de a psicologia ser uma ciência natural e ele próprio buscou naturalizar a consciência, reduzindo-a a processos corticais no seu *Projeto de uma Psicologia*, de 1895.

Dessa forma, é lícito afirmar que Skinner, de fato, se apoiou no ombro de gigantes. Porém não se pode negar a singularidade de sua teoria. Ao atentar para o Behaviorismo Radical enquanto filosofia da ciência do comportamento humano, pode-se perceber que o autor elabora um modelo de explicação do comportamento o qual difere de qualquer outro visto até então. Uma análise interessante a respeito desse modelo explicativo pode ser apreciada na obra de Carolina Laurenti (2004).

Talvez pudéssemos inferir de uma primeira leitura superficial de Skinner - principalmente de seus primeiros textos, até 1953 - que sua teoria sobre o comportamento humano revela um modelo explicativo causal mecânico, que ela pressupõe um mundo real

verdadeiro por trás de nossas experiências, isto é, um mundo essencialmente físico por trás do mundo aparente da experiência, governado por leis físicas as quais apenas precisariam ser descobertas. É possível apreender tais conclusões a partir de alguns trechos da obra de Skinner, todavia isso não seria coerente com o restante da obra do autor nem com as tendências filosóficas da época.

De uma segunda leitura, um pouco mais ampla e mais aprofundada dos textos skinnerianos, pode-se inferir que o autor oscila entre um realismo ingênuo, de um lado, e uma fenomenologia, de outro. Por exemplo, ele assume “linhas naturais de divisão pelas quais comportamento e ambiente realmente se partem” - *"natural lines of fracture along which behavior and environment actually break"* (Skinner, 1935/1972) -, afirma que as partes dessa divisão retêm sua identidade de um experimento para o outro e que, se isso não se justificasse de algum modo, não seria possível uma ciência do comportamento. Por outro lado, a recusa de Skinner em discutir a natureza última da realidade pode ser comparada com a tese fenomenalista da doutrina naturalista (Abib, 1985). Segundo Willard Day (1977), o pensamento de Skinner tem, claramente, seu lugar dentro da tradição naturalista (p. 20).

Nesse sentido, Skinner não elabora uma diferença real entre o fenômeno e a essência, entre a experiência e o mundo real. Podemos afirmar que, para o autor, "o que é" é "o que nos aparece". De acordo com a terceira definição de Naturalismo em Abbagnano (2000), a teoria comportamental parece poder levar esse rótulo. Ele diz que o Naturalismo pode ser entendido como a "negação de qualquer distinção entre natureza e supranatureza e tese de que o homem pode e deve ser compreendido, em todas as suas manifestações, mesmo nas consideradas superiores (direito, moral, religião, etc.), apenas em relação com as coisas e os seres do mundo natural, com base nos mesmos conceitos que as ciências utilizam para explicá-los" (p. 698). Abbagnano também descreve uma das noções de *fenômeno*: "neste sentido a noção de fenômeno não se opõe mais à de coisa em si: o fenômeno é o em si da coisa em sua

manifestação, não constituindo, pois, uma aparência da coisa, mas identificando-se com seu ser" (p. 437). Dessa forma, ratificando o que dissemos no parágrafo anterior, é possível afirmar que a recusa de Skinner em discutir a natureza última da realidade pode ser comparada com a tese fenomenalista da doutrina naturalista.

Em seu texto de 1969 (p. 202), Skinner, de certo modo, tece uma crítica à divisão entre ambientes "naturais" e ambientes "humanizados", afirmando que não há nada essencialmente humano, social ou sintético que seja diferente do que é natural; isto é, para Skinner, tudo é natural, tudo é produto de processos naturais. O ambiente natural estudado pelos etologistas é geralmente apenas um dos ambientes no qual a espécie está vivendo. Diferenciamos as ciências naturais das ciências sociais, embora saibamos que a sociedade é natural.

Outra característica do Behaviorismo Radical, vinculada àquelas já discutidas, é que a observação é o seu fundamento. Isso traz importantes implicações para a teoria. Uma delas é que a metafísica pode ser construída concomitantemente ao método. Ou seja, a epistemologia e a ontologia do Behaviorismo Radical não são necessariamente anteriores ao método. A análise experimental do comportamento, enquanto método, ajudou a construir a filosofia desse método. Isto quer dizer que a ciência do comportamento e o Behaviorismo Radical nasceram juntos e se desenvolveram por meio do apoio mútuo (Dittrich, 2004).

Dessa forma, os pressupostos sobre o objeto de investigação da ciência do comportamento - isto é, sua ontologia - e os pressupostos sobre o método adequado de estudo de seu objeto - isto é, sua epistemologia - foram sendo construídos paralelamente à própria ciência, quer dizer, ao próprio método. A função da ontologia e da epistemologia é, enquanto parte de uma metafísica, justificar e sustentar um método. Na construção da ciência do comportamento, o papel principal é o da observação e, a partir disso, é possível falar de uma epistemologia empírica (Dittrich, 2004), numa justificação do método que se baseia na própria experiência observada, até mesmo da própria aplicação do método.

Enquanto ciência natural, a ciência do comportamento deveria descrever suas observações em linguagem das ciências físicas e isso implica um fisicalismo epistemológico: a análise experimental estuda o comportamento *como se* ele fosse um processo de natureza física (Dittrich, 2004). Contudo, pelo fato de Skinner não discutir explicitamente sua ontologia, não significa que devamos supor que, a partir de seu fisicalismo epistemológico - ou seja, a necessidade de os eventos que afetam um organismo serem descritos na linguagem da ciência física - podemos concluir um fisicalismo ontológico, isto é, supor que todo fenômeno psicológico é físico. Isto quer dizer que não podemos identificar método e fenômeno. Há, porém, algumas pistas de sua ontologia:

É um erro, como apontei no capítulo 5, dizer que o mundo descrito pela ciência é, de algum modo, mais próximo ao "que realmente existe", mas também é um erro dizer que a experiência pessoal de um artista, compositor ou poeta é mais próxima do "que realmente existe". Todo comportamento é determinado, direta ou indiretamente, pelas conseqüências, e os comportamentos do cientista e do não cientista são modelados pelo que realmente existe, mas de maneiras diferentes (Skinner, 1974/1976, p. 140 - 141).

De certa forma, como conseqüência do descarte do que "realmente existe" enquanto referência ou meta do cientista, Skinner também descarta a possibilidade de se elaborar uma afirmação de fato absolutamente verdadeira. Não há como uma descrição verbal de um ambiente ser absolutamente verdadeira. Uma lei científica é limitada pelos repertórios dos cientistas envolvidos. A verdade absoluta só pode ocorrer quando se derivam leis de outras leis, o que não passa de tautologia (Skinner, 1974/1976, p. 150). **O par verdade / falsidade no Behaviorismo Radical é equivalente ao par efetivo / inefetivo.** A lei científica é verdadeira apenas enquanto estiver sendo efetiva, estiver funcionando, na descrição do comportamento do cientista com relação a determinado ambiente.

Assumimos, no presente trabalho - por se mostrar coerente com a parte da obra do autor aqui estudada, principalmente seus textos da segunda metade do século, mais coerente com as tendências filosóficas da época e por parecer mais adequada à pós-modernidade - a posição de que Skinner elabora um modelo funcional, instrumental e probabilista de explicação do comportamento, conforme defende Laurenti (2004). Isto é, o modelo explicativo do Behaviorismo Radical descreve relações funcionais, interpreta fenômenos na ciência psicológica e além dela, assume um compromisso social e produz conhecimento com um grau de certeza alto, mas nunca total. Tais asserções se tornarão mais claras quando discutirmos a teoria skinneriana do comportamento humano. Antes, porém, vejamos contra o que lutava tal teoria, na contramão de qual tendência ou tradição Skinner caminhava.

O problema das interpretações tradicionais

É geralmente presente nos textos skinnerianos um conjunto de críticas a teorias que explicam o comportamento por outra filosofia que não o behaviorismo. E então seu ataque ocorre tanto no nível ontológico, que trata do que é o ser, que tenta responder a pergunta: “o que existe?”, quanto no nível epistemológico, cujo objetivo é analisar os métodos da ciência. A partir das críticas a outras teorias, Skinner constrói e assume um arcabouço teórico próprio. A fim de esclarecer esse primeiro passo de "desconstrução" que dará base ao behaviorismo, estão elencadas, no **ANEXO 1**, várias das críticas do autor às teorias psicológicas e comportamentais tradicionais.

É preciso deixar claro, porém, que essas teorias têm respaldo na linguagem cotidiana do senso comum. Nesse sentido, as pessoas crescem numa comunidade verbal que as ensina a dar nomes a eventos internos aos quais a própria comunidade não tem acesso. As pessoas da comunidade inferem eventos internos por meio de eventos públicos, como o choro, a mão na cabeça, ou no dente e assim por diante. Assim, as palavras que designam sentimentos não são

ensinadas com a mesma exatidão que as palavras que designam objetos. Skinner supõe que seja por essa razão que filósofos e psicólogos pouco concordam quando falam de sentimentos e de estados mentais. Talvez também seja por isso que não há uma ciência aceitável do sentimento (Skinner, 1989/1995, p. 15). Não se sabe ainda como a ansiedade causa a intenção, como as memórias alteram as decisões, como a inteligência altera a emoção. E, acima de tudo, não há consenso sobre a forma como a mente age sobre o corpo ou como o corpo age sobre a mente. De acordo com o autor, a psicologia tem muito a ganhar se restringir seu objeto de estudo ao acessível e deixar o resto da história para a fisiologia (p. 98 - 99).

Para Skinner, a mente é o que o corpo faz e o que a pessoa faz, ou seja, é o comportamento. Focalizar o organismo, como os psicólogos cognitivistas parecem fazer, é retornar aos gregos homéricos (Skinner, 1989/1995, p. 94). Nesse sentido, o autor diferencia o que chamamos de *organismo*, o que chamamos de *pessoa* e o que chamamos de *eu*. O *organismo*, diz Skinner (p. 44), é produto da seleção natural; enquanto que o condicionamento operante dá origem à *pessoa*; e a evolução da cultura permite a existência do *eu*. E, "na qualidade de palavra utilizada para referenciar sentimentos ou estados observados introspectivamente, *eu* é obviamente próximo a *mente*" (p. 50) - a diferença é que a *mente* é mais interior que o *eu*, por isso tende a ser muito mais confundida com um originador -, mas também é possível utilizá-la para substituir *organismo* ou *pessoa*. Skinner dá o exemplo dos "vastos recursos da mente humana", que significam os vastos recursos da espécie humana.

No **ANEXO 1** estão analisadas, sucintamente, as críticas do autor ao mentalismo, à filosofia democrática e às ciências humanas. Se fôssemos resumir tais críticas, diríamos que o foco delas está na pouca utilidade das teorias tradicionais, porque elas tornam difícil alguma intervenção. Dar explicações mentais ao comportamento de um indivíduo leva a um impasse: se for preciso alterar o comportamento, é necessário mudar a mente. Mas a mente é inacessível. O mesmo impasse epistemológico ocorre quando explicamos características,

comportamentos do grupo, a partir de termos como “forças sociais”, porque essas forças são intangíveis, portanto inacessíveis. Então, pode-se afirmar que o critério principal utilizado pelo autor ao elaborar suas críticas a teorias anteriores é **pragmático**. Ele não nega completamente a efetividade de outras teorias a respeito do comportamento humano, mas ele não concorda com que elas sejam as mais simples ou as mais úteis. Na verdade, dos textos skinnerianos utilizados na elaboração do presente trabalho, apenas em um deles - e considerando que em grande parte deles encontramos críticas a teorias anteriores - o autor nega explicitamente a utilidade de teorias fundamentais da Psicologia, como a de Wundt, de James e de Freud (Skinner, 1978, p. 51).

Em seu texto *Seleção por Conseqüências*, publicado na *Science* em 1981, Skinner elenca quatro grupos de esquemas explicativos de grande prestígio e fortemente defendidos, mas que precisam ser descartados quando elegemos o modelo de seleção por conseqüências como modelo causal nos três níveis de seleção. São eles: um ato criador inicial; propósito e intenção; certas essências e certas definições de bem e de valor. O modelo de seleção por conseqüências será detalhado mais adiante no texto.

Grande parte dos termos aos quais se endereça a crítica skinneriana não é, de fato, descartada pelo autor. O que Skinner faz, algumas vezes, é interpretar os mesmos termos, analisar as mesmas palavras, à luz do Behaviorismo Radical, pois, na verdade, se os termos existem e são utilizados, são produtos de comportamentos e, portanto, descritíveis por uma ciência do comportamento. Isto é, Skinner não elabora uma psicologia que explique o que é a entidade chamada mente; ele analisa o comportamento de quem utiliza termos mentalistas. Ou seja, ele implementa uma análise funcional dos termos mentais e de outros nomes considerados referências de entidades metafísicas, como os valores. Com relação à intenção, por exemplo, pode-se dizer que uma pessoa age intencionalmente no sentido de que seu

comportamento foi fortalecido pelas conseqüências e não no sentido de que a pessoa possui uma intenção a qual ela realiza (Skinner, 1971, p. 103).

Podemos perceber que Skinner considera sua teoria melhor que as anteriores porque ela pode se mostrar mais útil na manipulação do comportamento. Além disso, a preocupação de Skinner quanto ao futuro da humanidade em seus textos pós-guerra enfatiza a necessidade de uma ciência do comportamento que venha a ser útil para a sobrevivência da humanidade e para a construção de um mundo melhor, o que inclui, necessariamente, manipulação de comportamentos. Para o autor, a ciência do comportamento está em vantagem quando queremos fazer algo em relação a comportamentos (Skinner, 1971, p. 96).

Capítulo 2 - Do respondente ao operante

O objeto da ciência do comportamento é o *comportamento* em si mesmo, sem referência a explicações internas, mentais ou fisiológicas (Skinner, 1989/1995, p. 164). O processo comportamental pode ser previsto e controlado e o autor é categórico ao afirmar que podemos modificar o comportamento ao modificarmos as condições das quais ele é função (Skinner, 1968/2003, p. 141). Em seu artigo de 1930, o autor busca delimitar seu objeto de estudo, afirmando que o comportamento inclui a atividade total de um organismo, o funcionamento de todas as suas partes. Essa definição é bastante ampla, mas o interesse do cientista vai delimitar o objeto da ciência. Então, Skinner determina:

Estamos interessados primeiramente no movimento de um organismo em alguma estrutura de referência. Estamos interessados em qualquer mudança interna que tenha um efeito observável e significativo sobre esse movimento. Em casos especiais estamos diretamente interessados em atividades glandulares, mas isso, geralmente nos preocupará apenas secundariamente no seu efeito sobre o comportamento. A

unidade e a consistência interna desse objeto é histórica: estamos interessados, isto quer dizer, naquilo que o organismo faz. (Skinner, 1959/1972, p. 448).

No início de sua filosofia a respeito do comportamento, Skinner herdou a idéia de reflexo e tentou generalizá-la para a explicação de todo e qualquer comportamento. Considerando que um dos pressupostos da ciência é a parcimônia, ou seja, a busca por explicação mais simples possível, o autor sempre buscou uma teoria simples e fundamental que funcionasse para a explicação do comportamento humano como um todo. E foi isso que ele começou a fazer a partir de sua tese de doutorado, a qual gerou um artigo em 1930, que é comentado e reproduzido no *Cumulative Record*¹, editado décadas depois.

Apesar de, posteriormente, Skinner considerar que o termo reflexo era muito rígido e, então, criar o conceito de operante para remediar alguns defeitos, no texto de 1930 ainda ele insiste que o conceito de reflexo é adequado na descrição do comportamento; mais do que isso, a descrição do comportamento é adequadamente abrangida pelo princípio do reflexo. Em seu comentário no *Cumulative Record*, o autor afirma que o artigo de 1930 foi um exemplo inicial da análise experimental dos termos que descrevem o comportamento. Já nesse texto, Skinner se posicionava contra o uso de inferências do comportamento para explicar o próprio comportamento.

Em sua tese de doutorado, ele inicialmente examinou o conceito de reflexo, tentando avaliar sua definição histórica, para, ao final, elaborar uma definição alternativa que não se desvinculasse totalmente do uso histórico do termo. É um trabalho interessante, pois elabora um recorte histórico de séculos. De acordo com o autor, a história do reflexo se faz como uma ocupação progressiva do estímulo sobre noções metafísicas.

¹ De 1959, é uma coletânea de artigos de Skinner publicados durante um período de aproximadamente 40 anos. Foram publicadas outras quatro coletâneas de artigos do autor: *Contingencies of Reinforcement, a theoretical analysis* (1969), *Reflections on Behaviorism and Society* (1978), *Upon Further Reflection* (1987) e *Recent Issues in the Analysis of Behavior* (1989).

Sempre houve a tentativa de resolver o conflito, por meio de um acordo, entre uma necessidade observada e os preconceitos sobre liberdade no comportamento dos organismos. Este acordo explica quase todos os aspectos da definição histórica do reflexo que Skinner tentou reconsiderar no artigo de 1930.

De Descartes a Skinner, a história do conceito de reflexo se fez no sentido da substituição progressiva de explicações baseadas em atos de vontade por explicações baseadas em causas físicas externas ao indivíduo à medida que se descobriam os estímulos causadores das ações. Portanto, a distinção entre ação reflexa e ação voluntária estava na possibilidade ou impossibilidade de demonstração experimental de estímulos. Isso permitiria que, à medida que a ciência progredisse e demonstrasse os estímulos causadores de ações antes consideradas voluntárias, elas deixariam seu posto e passariam ao âmbito das ações reflexas (Skinner, 1959/1972, p. 439).

Então, ao se opor volição e ação reflexa como termos mutuamente exclusivos, identificou-se reflexo com necessidade científica e volição com a impossibilidade de predição. A mesma justificção experimental que se deu para volição, também foi dada para mente, ou seja, impossibilidade de predição das ações mentais, ações causadas pela mente. Percebe-se que a função de conceitos não físicos era explicar a variabilidade, a ausência de necessidade demonstrável. Nesse sentido, Skinner afirma:

Dada uma determinada parte do comportamento de um organismo até então considerada como imprevisível (e provavelmente, como consequência, relacionada a fatores não físicos), o investigador procura pelas mudanças antecedentes com as quais a atividade está relacionada e estabelece as condições da correlação. Ele então estabelece, como dizemos, a natureza reflexa do comportamento. Na prática tradicional, com a demonstração de tal correlação, conceitos não físicos que tratavam da mesma questão - subject matter - são descartados (Skinner, 1959/1972, p. 430).

Skinner sugere, então, a definição do reflexo como uma correlação observada entre estímulo e resposta. O reflexo não se refere ao estímulo ou à resposta, mas à relação necessária entre esses dois eventos. A investigação dos fatos fisiológicos que fazem a mediação entre eles será um suplemento da definição de reflexo, mas não afetará o status do reflexo como uma correlação. Até então, o autor não faz distinção entre o comportamento reflexo, respondente, e o comportamento operante. Porém, quando a fizer, o operante também será entendido, desde o início, como uma correlação.

A afirmação de qualquer reflexo implica a possibilidade de uma descrição quantitativa do estímulo e da resposta. O autor observa, porém, que, num reflexo, o estímulo e sua resposta podem variar quanto à duração, forma, energia devida a eventos intervenientes, mas há características constantes do reflexo.

Skinner resume, continuando o raciocínio no texto de 1930: um reflexo é definido como uma correlação observada de dois eventos, um estímulo e uma resposta. Historicamente, esta é a única definição legítima de reflexo. E a investigação fisiológica não questiona a natureza correlacional do reflexo, porque seus dados e seus conceitos lidam essencialmente com as condições da correlação.

Para o autor, que se baseia em Ernst Mach para elaborar sua filosofia da ciência do comportamento – que, anos depois, ele chamará de "*behaviorism*" -, descrever e explicar o comportamento são atividades idênticas e a noção de função substitui a noção de causação. A descrição completa de um evento deve incluir a descrição de suas relações funcionais com os eventos antecedentes. A descrição do comportamento se preocupa, principalmente, com a relação entre os dois termos que se referem a eventos observáveis em um organismo intacto e que limitam uma série de acontecimentos: o estímulo de um lado e a resposta de outro. O reflexo é importante na descrição do comportamento porque ele é, por definição, uma afirmação da necessidade dessa relação.

Ao estender o princípio do reflexo para o comportamento total do organismo, temos a hipótese seguinte: o comportamento de um organismo é uma função exata das forças que agem sobre o organismo (Skinner, 1930/1972, p. 449). Se não conseguimos lidar diretamente com esta correlação entre o comportamento como um todo e todas as forças que agem sobre o organismo, é por causa de imperfeições do método, e não dessa teoria, acreditava Skinner.

Então a proposta de Skinner, no início dos anos trinta, em sua tese de doutorado, é que a descrição do comportamento é adequadamente abrangida pelo princípio do reflexo, cujo estudo levou a dois tipos de lei: o primeiro tipo descreve as correlações entre estímulo e resposta e o segundo descreve as condições exatas de uma correlação, como condicionamento, emoção e impulso.

No artigo, presente no *Cumulative Record*, sobre a natureza genérica do estímulo e da resposta, Skinner busca delimitar o uso desses dois termos e também do termo *reflexo*. Em sua análise, o autor procurou uma definição que fosse coerente com os dados empíricos e com sua filosofia. E chega à conclusão de que *reflexo* é um termo genérico; isto quer dizer que o estímulo e a resposta de uma correlação não são instâncias particulares que aparecem em uma dada ocasião, mas são classes de tais instâncias, sendo que o reflexo é, ao mesmo tempo, uma classe de correlações e uma correlação de classes. O autor define: "Um estímulo ou uma resposta é um evento, isto quer dizer que não é uma propriedade; devemos nos voltar, portanto, para uma definição sustentada no princípio de classes" (Skinner, 1959/1972, p. 460).

De tais propostas skinnerianas iniciais para o estudo do comportamento humano, a principal modificação em textos posteriores se refere ao comportamento operante. A noção de generalidade do estímulo, da resposta e do reflexo permanecem, mesmo quando o estímulo e a resposta estão no operante. Porém, a tese de que o princípio do reflexo abrangeria toda explicação do comportamento cai por terra, dando lugar a **uma nova causalidade**: a ação seletiva do ambiente. O comportamento respondente, reflexo, não deixa de existir na teoria

skinneriana, contudo é possível afirmar que parte daquelas leis do segundo tipo² se referiam, de fato, a fenômenos que agora passam a ser entendidos como comportamentos operantes.

Então, em textos posteriores, Skinner modifica sua teoria de que o reflexo poderia explicar qualquer comportamento, elaborando, assim, o conceito de **operante**, que é o comportamento emitido, e não eliciado. Ele tem uma relação diferente com o ambiente. No caso do comportamento respondente, no reflexo, o organismo reage a um estímulo e, no caso do operante, o organismo age e tem um estímulo como consequência. De acordo com a consequência, o comportamento pode se repetir mais vezes no futuro, isto é, ele pode ser selecionado por suas consequências. Se uma espécie que adquire rapidamente comportamentos apropriados a um determinado ambiente tem menos necessidade de um repertório inato, o condicionamento operante poderia não apenas suplementar a seleção natural do comportamento, ele poderia substituí-la (Skinner, 1981, p. 501). O operante veio, de certa forma, abranger aqueles comportamentos chamados de voluntários, em oposição aos reflexos, considerados involuntários. Nesse sentido, cada vez mais se reduz o espaço para as explicações mentalistas, pois os determinantes das ações humanas passam a ser encontrados no ambiente.

Na verdade, o ambiente determina tanto a carga genética (neste caso, durante a evolução da espécie) quanto a história de vida do indivíduo. A combinação desses dois fatores determina os comportamentos. Portanto, se tivermos informações sobre parte dessas histórias, isso pode ser útil na previsão e no controle do comportamento humano e na interpretação da vida cotidiana. Na medida em que uma dessas histórias pode ser modificada, o comportamento também pode ser modificado. O conhecimento crescente do controle exercido

² O autor propusera que o estudo do reflexo nos leva a dois tipos de lei; as leis do primeiro tipo descrevem as correlações de estímulo e resposta. O reflexo em si é uma lei deste tipo e pode ser suplementado por outras leis que descrevam as condições exatas de uma correlação. Já essas leis do segundo tipo descrevem mudanças em qualquer aspecto dessas relações como função de variáveis terças, em que elas sejam condição do experimento. Condicionamento, emoção e impulso, enquanto referência a comportamento, são essencialmente considerados como mudanças na força do reflexo e espera-se que sua investigação quantitativa lide com a determinação de leis que descrevam o curso de tais mudanças, isto é, leis do segundo tipo.

pelo meio torna possível examinar o efeito do mundo sobre os eventos privados -“*the effect of the world within the skin*”- e a natureza do autoconhecimento. Também torna possível interpretar várias expressões mentalistas, sendo que algumas delas são traduzidas para uma linguagem comportamental enquanto outras são descartadas por serem desnecessárias ou sem muito significado.

Sem desconsiderar a existência do reflexo enquanto comportamento, Skinner considera que foi necessária uma ciência experimental para se descobrir a importância das contingências³ de reforço; até então a ação seletiva do meio era obscura, porque essa ação está praticamente fora do alcance de uma observação casual. O organismo opera sobre o meio; ele emite uma resposta, a qual produz conseqüências que determinarão a probabilidade de futuras ocorrências de respostas da mesma classe.

Então, bem como a espécie, em seu processo de evolução ao longo dos tempos, teve suas características biológicas mais adaptativas - ou seja, que contribuíram para a sobrevivência da espécie - selecionadas pelo ambiente, assim também o indivíduo tem, ao

³ Contingências são abrangentes, incluindo campos clássicos da intenção e do propósito, mas de um modo mais útil e possibilitando formulações alternativas para os chamados “processos mentais”. Contingências são acessíveis e, ao entender as relações entre comportamento e meio, podemos descobrir modos de modificar o comportamento.

O termo *contingências* pode ser entendido como as relações entre o indivíduo e o meio ambiente, em que o indivíduo altera o mundo e é, por sua vez, alterado por ele: ocorre uma ação do organismo nesse ambiente; conseqüentemente, essa ação modifica características do ambiente. Essa modificação estabelecerá se essa ação ocorrerá novamente no futuro, quando o organismo estiver num ambiente que tenha algumas características semelhantes àquelas que estavam presentes quando o organismo emitiu aquela ação, se não ocorrerá, ou se essas características são indiferentes à ação.

Se tais características não forem indiferentes à probabilidade de ocorrência futura dessa ação, essas características ambientais são chamadas de estímulos discriminativos. De outro modo, e estabelecendo os três termos S – R – C que correspondem a um estímulo anterior, uma ação e uma conseqüência dessa ação, podemos supor que a contingência é o amálgama desses três termos, o que estabelece a relação entre o indivíduo e o ambiente. Um termo só pode ser definido com referência ao outro; não há estímulo fora da contingência, nem resposta, nem comportamento; um depende do outro para existir. As respostas são os eventos do corpo e os estímulos são os eventos do mundo.

Nesse sentido, pode-se pensar numa ontologia relacional e não fisicalista no operante de Skinner. A contingência não é a resposta, não é o estímulo antecedente e não é a conseqüência, mas o amálgama desses três termos em relação. A contingência não está no organismo nem no mundo, mas se forma a partir da relação entre eles. Se não estiver em relação com um organismo e afetá-lo de algum modo, nenhuma parte do mundo é estímulo. Se o organismo não estiver em relação com o mundo e afetá-lo de algum modo, não é possível dizer, sob a ótica do Behaviorismo Radical, que existe alguma resposta.

longo de sua vida, seus comportamentos selecionados pelo meio. Ambos os processos consistem no mecanismo de variação e seleção: a filogênese e a ontogênese respectivamente.

No caso da ontogênese, as respostas reforçadas são selecionadas. Tal afirmação parece soar como tautológica, pois, na verdade, o conceito de reforço é dado apenas *a posteriori*, isto é, a partir da observação, podemos dizer se determinado evento foi reforçador em relação a determinada classe de respostas. O reforçamento pode ser positivo ou negativo. No primeiro caso, ele pode ser entendido como operação por meio da qual a apresentação de um estímulo reforçador positivo ocorre de maneira contingente a uma resposta; como processo, é o aumento conseqüente da freqüência de respostas da mesma classe daquela resposta que foi reforçada. No segundo caso, o reforçamento negativo, pode ser entendido como operação por meio da qual a retirada ou a evitação de um reforçador negativo ocorre de maneira contingente a uma resposta; como processo, é o aumento conseqüente da freqüência de respostas da mesma classe daquela resposta que foi reforçada, ou seja, daquela resposta que retirou (fuga) ou evitou (esquiva) o estímulo reforçador negativo (Skinner, 1953).

Os reforçadores incondicionados são produto da seleção natural. O surgimento dos reforçadores possibilitou a modelagem de novas formas de comportamentos ao longo da vida de um indivíduo. Quando comer ocorre apenas porque comer tem valor de sobrevivência, a comida não precisa ser um reforçador. Quando fazer sexo ocorre apenas porque fazer sexo tem valor de sobrevivência, o sexo não precisa ser reforçador. "Porém, quando, por meio da evolução de suscetibilidades especiais, comida e contato sexual se tornaram reforçadores, novas formas de comportamento puderam ser modeladas" (Skinner, 1981, p. 501).

O ambiente pode, ao invés de fortalecer, reduzir a probabilidade de emissão de determinados comportamentos. A **punição** pode ser responsável por essa redução⁴. Ela é uma

⁴ O efeito da punição não é simplesmente o inverso do efeito do reforço (Skinner, 1953). Quando o comportamento é punido, vários estímulos gerados pelo comportamento ou pela ocasião são condicionados de modo respondente, adquirindo, portanto, propriedades aversivas; o comportamento punido é, então, substituído por um comportamento incompatível condicionado, como fuga ou esquiva. A pessoa punida permanece

técnica de controle aversivo que consiste em retirar estímulos reforçadores positivos ou apresentar estímulos aversivos de modo contingente à emissão da resposta que se pretende suprimir (Skinner, 1953). Tal prática é bastante utilizada, apesar de apresentar muitas desvantagens. A tendência a punir parece ser herdada filogeneticamente, mas a topografia da punição parece ser produto da história ontogenética. A punição gera disposições emocionais que podem ser perigosas para o controlado e para o controlador. Muitos problemas são gerados por controle aversivo, isto é, reforçamento negativo e punição.

Então, até o momento, podemos concluir da filosofia de Skinner que a relação entre corpo e mundo, resposta e estímulo, pode ocorrer por meio do comportamento respondente ou do operante. O comportamento respondente, ou reflexo, pode ser descrito como aquele em que a relação entre estímulo e respostas é de linearidade causal mecânica⁵: o organismo reage ao estímulo ambiental; isto é, o estímulo ambiental elicia uma resposta. Os reflexos são relações estímulo-resposta em que um estímulo de uma certa classe de estímulos elicia uma resposta de certa classe de respostas. Reflexos incondicionados são filogeneticamente determinados, isto é, o organismo nasce com uma carga genética herdada da evolução da espécie, na qual já estão determinados alguns comportamentos reflexos, como, por exemplo, a contração pupilar por estímulo luminoso. Provavelmente, esses reflexos herdados tiveram importância para a sobrevivência dos organismos que, por acaso, tinham esses reflexos. Esses organismos teriam mais chance de sobreviver e, portanto, de transmitir essas características para seus descendentes. Por esse processo, todos os indivíduos da mesma espécie passam a ter esses reflexos enquanto característica de seu material genético; são comportamentos selecionados na filogênese. Podemos dizer que a sobrevivência era contingente a certos tipos de comportamento.

inclinada a se comportar do modo que foi punido, porém evita a punição ao agir de outra forma, possivelmente até permanecendo inativa (Skinner, 1974/1976, p. 69).

⁵ Essa classificação é discutível (Laurenti, 2004).

Reflexos e comportamentos instintivos, como o cortejo, o acasalamento, a construção de ninhos e os cuidados com os mais jovens, são inatos. Existe, ao longo da ontogênese, o processo de substituição de estímulos, por meio do condicionamento respondente, mas esse condicionamento ocorre inicialmente sobre uma base inata, sobre um reflexo incondicionado, inato ao organismo. Apesar disso, Skinner discorda de autores clássicos da Filosofia e da Psicologia que consideram os instintos como forças motoras, como causas e explicação para comportamentos. Um comportamento agressivo pode ser tão determinado geneticamente quanto a respiração e a digestão. Porém, “não temos razão em dizer que um organismo ataca porque possui um instinto agressivo. O ataque é a única evidência que nós temos da tendência de atacar” (Skinner, 1976, p. 40). A tendência a agir agressivamente, como outros comportamentos instintivos herdados da filogênese, tende a adquirir propriedades não justificadas pelas evidências e começa a servir como causa ao invés de representar o efeito atual da seleção natural.

A teoria da seleção natural de Darwin apareceu muito tarde na história do pensamento. Darwin descobriu o papel da seleção, um tipo de causalidade muito diferente do modelo linear mecânico presente na ciência de até então. Novos fatores de origem aleatória, que surgiam ao acaso poderiam contribuir para a sobrevivência e serem, por isso, selecionados, e isso explica a variabilidade dos organismos vivos. De acordo com Skinner, a **seleção enquanto princípio causal** foi uma descoberta revolucionária para o pensamento científico. Então, pode-se falar em contingências de sobrevivência, que são aquelas que selecionaram comportamentos ao longo da filogênese, os quais nos aparecem hoje como comportamentos inatos, os reflexos e os instintos.

As contingências de sobrevivência preparam o organismo para um futuro semelhante ao passado selecionador. Ocorre, contudo, que o ambiente pode se modificar ao longo da vida do indivíduo. Logo, esse indivíduo precisa, como a espécie o fez durante milhares de anos, se

adaptar ao meio. A própria filogênese dotou o organismo dessa capacidade, que é representada pela suscetibilidade ao condicionamento reflexo e a suscetibilidade ao condicionamento operante. Coisas que provavelmente contribuíram para a evolução da espécie passaram a ter efeito reforçador ao longo da filogênese. Os reforçadores têm dois efeitos: um efeito prazeroso e um efeito fortalecedor (Skinner, 1986, p. 568). Na distinção entre o que a filogênese determinou e o que a ontogênese determina está a clássica divisão entre inato e aprendido⁶. Há um outro tipo de comportamento, o *instintivo*⁷, que também é produto da filogênese, embora não seja considerado um reflexo, pois sua relação com o meio não é de eliciação. O comportamento operante, por sua vez, é aquele em que a relação entre estímulo e resposta não é mecânica nem teleológica, mas probabilisticamente determinada, pois o estímulo discriminativo apenas altera a probabilidade de ocorrência da resposta⁸. Não é mecânica porque não é possível afirmar que um estímulo discriminativo elicia, dispara, ou leva necessariamente a uma resposta⁹. E não é teleológica porque não é lícito dizer que o organismo emitiu determinada resposta para obter determinada conseqüência, com o fim de, com o objetivo de obter determinada conseqüência. Também não é uma relação linear, mas

⁶ Ao estabelecer o modelo de seleção por conseqüência, Skinner redireciona a discussão entre inato *versus* aprendido, pois, em última instância, tudo é aprendido. Isto quer dizer que tudo ocorre em função de uma história, pois a diferença não é estrutural de cada comportamento, mas das variáveis relevantes em cada caso, filogenéticas ou ontogenéticas. Dittrich (2004) supõe que o principal mérito do modelo de seleção por conseqüências é seu caráter necessariamente histórico.

⁷ Skinner pouco fala do comportamento instintivo, talvez por ser muito complexo, por termos poucos fatos relevantes e podermos apenas especular sobre os tipos de sistemas que evoluíram. O autor afirma que os instintos não são forças motoras, iniciadoras de comportamentos (Skinner, 1974/1976, p.39). Instintos são comportamentos herdados da filogênese, mas que, ao contrário dos reflexos, não são eliciados, mas sim "liberados" pelo ambiente. De forma semelhante ao estímulo discriminativo, o estímulo antecedente, no comportamento instintivo, apenas estabelece uma ocasião em que é mais provável que a resposta ocorra. A principal diferença entre um comportamento reflexo e um instinto não é a complexidade da resposta, mas a ação do estímulo: no reflexo, ela é eliciadora e, no instinto, ela é liberadora (Skinner, 1969, p. 175).

⁸ A aparente falta de uma causa imediata no comportamento operante levou à invenção de eventos iniciadores (Skinner, 1974/1976, p. 59).

⁹ Para distinguir um operante de um reflexo, dizemos que a resposta operante é "emitida", como a luz é emitida do filamento aquecido da lâmpada (Skinner, 1974/1976, p. 58).

uma relação que poderíamos chamar de retroativa, pois um estímulo produzido, retirado ou diminuído por uma resposta que foi emitida por um organismo pode determinar o aumento ou a diminuição da probabilidade de ocorrência futura de respostas da mesma classe em situações ambientais futuras semelhantes.

A ontogênese, o processo de variação e seleção que ocorre no nível individual, depende, é função, de alterações no lado ambiental nas contingências. Há muitas coisas que são importantes para a sobrevivência do indivíduo e da espécie, como comida, água, sexo, fuga de perigos. Qualquer comportamento que produza esse tipo de consequência tem valor de sobrevivência. Dizemos que o comportamento foi fortalecido por suas consequências e que, por isso, tais consequências são os reforçadores. Por meio de condicionamento clássico, respondente, esses reforçadores podem gerar reforçadores condicionados, como o dinheiro.

Um comportamento de “fazer birra” de uma criança pode talvez ser selecionado pelo ambiente social caso ela tenha atenção das pessoas como consequência de “fazer birra”. Por outro lado, se o ambiente for modificado de modo a não haver mais essa consequência para esse comportamento, ele pode ser extinto, desaparecer, como uma espécie em cujo ambiente natural não se encontrem mais recursos.

Há certas similaridades entre as contingências de sobrevivência na evolução da espécie e as contingências de reforçamento na ontogênese: ambas representam um tipo de causalidade tardiamente descoberta na história do pensamento humano; ambas explicam o propósito ao colocá-lo depois do fato; ambas são importantes na explicação do planejamento criativo. Apesar de semelhantes, são processos distintos, mas que muitas vezes se misturam, como no caso do “*imprinting*”¹⁰.

¹⁰ Esse é o nome dado ao processo pelo qual um patinho recém-nascido pode seguir sua mãe. Há um período crítico após o nascimento em que ele seguirá qualquer objeto que se mova - o qual, na maioria das vezes, é a própria mãe - de modo que este objeto será sempre seguido, e não outro que possa aparecer depois. Tal comportamento tem claramente um valor de sobrevivência, pois um patinho tem mais chances de sobreviver se estiver sob a proteção da mãe. O que o patinho herdou da filogênese é a capacidade de ser reforçado por manter ou reduzir a distância entre ele e um objeto que se mova. Caso sejam arranjadas contingências que estabeleçam que o movimento do pato em direção ao objeto faz este objeto se mover rapidamente para longe e que o

As diferenças entre inato e aprendido devem ser inferidas a partir das variáveis controladoras, e não da forma ou estrutura do comportamento. Por exemplo, definir imitação simplesmente como comportar-se como o outro significa mencionar estímulos e respostas, mas negligenciar as **conseqüências, que podem ser filogenéticas ou ontogenéticas**. A questão principal é empírica: quais são as variáveis relevantes pela origem e manutenção atual do comportamento? E não se o comportamento é instintivo ou aprendido no sentido de estes termos descreverem essências (Skinner, 1969, p. 199). Comportamento é sempre comportamento, nas palavras de Skinner, seja inato ou aprendido. O que faz a diferença são as variáveis controladoras, porém a diferença nem sempre é importante. Por outro lado, se nos propusermos a controlar o comportamento, essa distinção se mostra necessária, pois a origem do comportamento nos explica como o manter ou como o modificar (p. 189). É mais provável que a possibilidade de modificação de comportamentos se dê, na maioria dos casos, no nível da ontogênese. Em outras palavras, as contingências de reforço levam vantagem quando se pretende prever e controlar o comportamento, pois são mais acessíveis que as contingências de sobrevivência (Skinner, 1974/1976, p. 49).

Há muitos casos em que há inter-relação entre variáveis filogenéticas e variáveis ontogenéticas. Um exemplo simples se refere ao sexo. Se o comportamento reforçado por contato sexual tem valor de sobrevivência, é coerente a hipótese de que um aumento no poder do reforçador teve valor de sobrevivência. O processo de condicionamento operante provavelmente surgiu por causa de suas conseqüências filogenéticas. Outro exemplo de interação entre filogênese e ontogênese está no comportamento verbal vocal, pois houve um incrível avanço quando a musculatura vocal ficou sob controle operante, porque, a partir daí, as contingências sociais poderiam agir. Skinner cita também a importância da herança

movimento em direção contrária ao objeto faz este objeto se aproximar, o patinho aprenderá a se mover para longe do objeto ao invés de o seguir. Só podemos ter certeza a respeito dos comportamentos inatos do patinho quando soubermos o que e como ele aprende ao longo de sua vida.

filogenética que consiste em determinados padrões de suscetibilidade ao reforçamento, pois alguns desses padrões podem ter tido valor de sobrevivência para a espécie.

É possível que, ao nos referirmos a sentimentos, estamos nos referindo a respostas reflexas geralmente mediadas pelo sistema nervoso autônomo, ou seja, o comportamento respondente, que podem ser condicionadas de acordo com os princípios de Pavlov¹¹. Quase sempre os dois sistemas – condicionamento respondente e operante – estão conectados por meio das contingências.

Skinner parece eleger, como causa última do comportamento, o ambiente externo, ou seja, o mundo (mesmo quando este originalmente determina a carga genética, portanto, o corpo), pois, em ambas as evoluções – tanto na ontogênese quanto na filogênese -, é o ambiente que seleciona as variações mais adequadas. O autor se pergunta quais as origens últimas da solução pessoal, interior (*inner solution*) e conclui que as causas estão inicialmente no ambiente¹² (Skinner, 1953, p. 439). Portanto, a filogênese e a ontogênese ocorrem por mecanismos de variação e seleção, que determinam um novo tipo de causalidade. As variações são aleatórias, acidentais, ocorrem por acaso. Podemos concordar com Glenn

¹¹ Conforme já dito, o condicionamento operante se refere à seleção do comportamento pelas suas conseqüências; neste caso, ocorre o estabelecimento de uma nova resposta. No condicionamento respondente ou pavloviano, ocorre o estabelecimento de um novo estímulo. Um estímulo neutro que é apresentado ao organismo ao mesmo tempo (ou pouco tempo antes) em que lhe é apresentado um estímulo eliciador de alguma resposta passa, depois de algumas eliciações sucessivas, a eliciar a mesma resposta. Em outras palavras, o estímulo neutro se tornou condicionado por meio do pareamento com o estímulo incondicionado, que originalmente causava a resposta. Desse modo, se formou uma nova relação, um reflexo condicionado. Estímulos têm mais de uma função. Um estímulo pode se tornar aversivo por meio de condicionamento respondente e, desse modo, se tornar um estímulo discriminativo aversivo condicionado, no operante de fuga ou esquiva. Um sujeito pode se sentir ansioso (comportamento respondente, respostas orgânicas) e evitar uma situação (comportamento operante), mas ele não a evita por causa da ansiedade que sente. De fato, há um conjunto de contingências que explica ambos os comportamentos: a ansiedade e a esquiva. Um não é causa do outro.

¹² Por outro lado, o autor afirma (p. 449) que filosofias democráticas pensam o indivíduo como ponto de partida, mas que não temos razão em eleger nada nem ninguém como iniciador e, embora seja necessário que a ciência se restrinja a selecionar segmentos na série contínua de eventos, é à série inteira que qualquer interpretação deve ser aplicada. E aí parece contraditório que, ao mesmo tempo em que critica filosofias democráticas por elegerem uma causa inicial para explicar o comportamento (neste caso, o próprio indivíduo), o autor eleja também uma causa inicial, o ambiente externo.

(1988) quando ela afirma que existe um caráter "cego" na evolução biológica - do mesmo modo como há um caráter "cego" na evolução comportamental e na evolução cultural, como veremos adiante. No processo de evolução, aquelas variações que se adaptam mais ao ambiente tendem a permanecer.

Laurenti (2004) defende que o modelo de seleção por conseqüências não se apresenta como um modo causal, mas como um modo funcional, instrumental e probabilista de explicação do comportamento. Por se ocupar da descoberta das relações funcionais entre os eventos comportamentais, a teoria comportamental no Behaviorismo Radical é representante do descritivismo científico. O conceito de *função* se refere a uma concepção relacional: os eventos não têm significado neles mesmos, *a priori*, mas apenas na relação com outros eventos. A noção de *contingência* no Behaviorismo Radical, pelo fato de estabelecer os conceitos apenas quando inseridos na relação, esvazia o sentido do dualismo experiência / realidade. Dessa forma, não se alinha nem com o realismo, nem com o idealismo.

Então, a ciência do comportamento explica por meio de descrição das relações funcionais e, além disso, se apresenta como uma versão do instrumentalismo científico, pois 1- trata a verdade em termos de eficácia da teoria em orientar o cientista na pesquisa experimental [nesse sentido, se rompe o elo ciência - verdade - realidade] e 2- é uma ferramenta intelectual efetiva para interpretar, em termos relacionais, outros fenômenos que não podem ser manipulados experimentalmente. Desse modo, também, o instrumentalismo propicia à teoria do comportamento uma espécie de completude explicativa, tendo em vista que o modelo de seleção compõe um "olhar" para as ciências naturais e sociais conduzirem seus estudos (Laurenti, 2004). O instrumentalismo se alinha ao pragmatismo por substituir a dicotomia verdade / falsidade pela dicotomia efetivo / inefetivo.

Além do descritivismo e do instrumentalismo, Laurenti vê o modelo explicativo do Behaviorismo Radical como probabilista. Não apenas um probabilismo metodológico, mas

defende, com coerência, um probabilismo metafísico no modelo explicativo do Behaviorismo Radical. Sem excluir a possibilidade de previsão e controle, o modelo de seleção por conseqüências sempre traz um elemento de incerteza em sua explicação.

Capítulo 3 - A cultura

O estudo da cultura se mostra essencial para uma ciência que visa a explicar o comportamento humano, pois, segundo o próprio Skinner, o que diferencia a espécie humana é o desenvolvimento de uma cultura, um ambiente social que contém as contingências responsáveis pelo autoconhecimento e pelo autocontrole (Skinner, 1978, p. 52).

A inferência fundamental de Skinner, a qual foi determinante para o presente trabalho, é sua afirmação de que a análise das contingências pode também ser utilizada na explicação de fenômenos sociais. A questão de interesse para o autor são os métodos das ciências naturais, como os utilizados na análise do comportamento do indivíduo e até que ponto eles podem ser utilizados no estudo do comportamento de grupo. Se isso for possível, haverá enorme simplificação dos dados. Ciências sociais como a economia, a sociologia e a antropologia explicam muitos fenômenos de grupo sem a necessária referência aos indivíduos. Porém, uma lei social deve ser gerada pelo comportamento de indivíduos; é sempre um indivíduo que se comporta e ele o faz com o mesmo corpo e de acordo com os mesmos processos de uma situação não social. De acordo com o autor, o comportamento do indivíduo explica o fenômeno de grupo (Skinner, 1953). Sem pressupor nenhum novo processo ou princípio, tendo como objetivo uma ciência parcimoniosa, Skinner se propõe a testar a adequabilidade dos conceitos da análise do comportamento para a análise de fenômenos de grupo.

O comportamento social não exige a formulação de leis para existir - da mesma forma como o mundo não precisa de leis para funcionar, embora os cientistas as formulem para facilitar sua interação com o meio -, isto é, as contingências que geram o comportamento social nem sempre estão formuladas em leis. Porém, mesmo que haja leis sociais, as pessoas não precisam conhecê-las para se comportar socialmente. As contingências presentes na cultura modelam o comportamento e criam condições corporais nomeadas como sentimentos (Skinner, 1974/1976, p. 212). Como Skinner enfatiza com frequência, não podemos perder de vista que sentimentos e comportamentos são produtos de contingências.

O autor define comportamento social como comportamento de duas ou mais pessoas em relação a uma outra ou de duas ou mais pessoas em um grupo articulado. Nos dois casos, ele se dá em um ambiente comum. Muitas vezes, se diz que o comportamento social difere do comportamento individual e que há “situações sociais” e “forças sociais” que não podem ser estudadas pela ciência natural, sendo necessária uma ciência social, com métodos diferentes daqueles das ciências físicas, para que se possa estudar o comportamento social e isso representaria um corte na natureza¹³. Skinner, todavia, e apesar de assumir que existem fenômenos que ocorrem apenas quando as pessoas agem em grupo, se questiona se os dados são fundamentalmente diferentes, ou seja, se há diferença ontológica nesses dois níveis (o comportamento do indivíduo e o comportamento do indivíduo em sociedade) que possa justificar epistemologias tão distintas.

A questão do controle pessoal, isto é, o controle recíproco de um indivíduo sobre o outro – necessariamente presente numa sociedade, numa cultura - é freqüentemente minimizada ou negada por algumas ciências humanas. Skinner afirma que isso parece se dever ao fato de que o controle é geralmente aversivo ao controlado, pois grande parte das técnicas se baseia na punição ou ameaça de punição ou recorre a outros processos cuja

¹³ "Corte na natureza", conforme dito aqui, significa a suposição de uma nova ontologia.

vantagem para o controlador é oposta ao interesse do controlado. Um possível efeito disso é que o controlado estabeleça contracontrole. Como resultado da principal técnica empregada no contracontrole, o controlador automaticamente gera auto-estimulação aversiva condicionada: ele se sente culpado por exercer controle e é assim reforçado por fazer algo a mais, por desistir de tentar controlar e por se declarar oposto ao controle pessoal de modo geral. O contracontrole exercido pelo grupo e por certas agências pode explicar nossa hesitação em discutir o tema do controle pessoal francamente e de lidar com os fatos de um modo objetivo.

Geralmente se faz referência a grupos como se eles fossem indivíduos e termos como “mente do grupo” ou “caráter nacional” sustentam essa idéia. Contudo, é sempre o indivíduo que se comporta, e não o grupo, e o problema está em explicar por que ele se junta a um grupo (Skinner, 1953). É preciso, de acordo com a ciência do comportamento, analisar as variáveis geradas pelo grupo que levam o indivíduo a se juntar e a se conformar a ele¹⁴.

Então, o argumento de Skinner que leva a ciência do comportamento ao campo antropológico é o seguinte: a cultura também pode ser tomada como objeto da ciência do comportamento, pois é entendida como as contingências às quais o indivíduo é exposto e que são arranjadas por outras pessoas (Skinner, 1971, p. 121). A cultura é o ambiente social; ele modela e mantém o comportamento daqueles que vivem nele. Retomando a citação presente no *Questões Recentes na Análise Comportamental*, a ciência do comportamento tem como objeto o comportamento e o trata como objeto de estudo em si mesmo, sem referências internas, mentais ou fisiológicas (Skinner, 1989/1995, p. 164). Nesse sentido, a cultura como objeto de estudo da ciência do comportamento deve também ser definida em termos

¹⁴ A análise do comportamento imitativo pode ajudar na explicação, pois se observa que é mais provável ser reforçado quando se age como os outros. Além da imitação, outro aspecto pode ser útil: ao se juntar a um grupo, o indivíduo aumenta seu poder de conseguir reforço, pois as conseqüências reforçadoras geradas pelo grupo facilmente são maiores do que a soma das conseqüências geradas por cada membro individualmente. As trocas em um grupo e o efeito aumentado do grupo sobre o ambiente podem ser estudados no arcabouço de uma ciência natural. Para Skinner, isso precisa ser mais explorado antes de se aceitar a proposição de que leis, forças ou unidades sociais precisam de métodos científicos fundamentalmente diferentes para seu estudo.

comportamentais. São as práticas dos membros da cultura que, ao mesmo tempo, estabelecem as contingências sociais e são por elas estabelecidas.

Em sua análise da cultura, o autor estabelece um conceito fundamental para o entendimento de fenômenos de grupos na ótica do Behaviorismo Radical, o de agências de controle: "Dentro do grupo, entretanto, certas agências controladoras manipulam certos conjuntos de variáveis. Essas agências são, habitualmente, mais bem organizadas que o grupo como um todo e geralmente operam com maior sucesso" (Skinner, 1953, p. 333). Isto é, as agências de controle são grupos de pessoas organizados de modo a manipular determinadas variáveis que agem sobre o comportamento de outras pessoas ou mesmo das pessoas da própria agência. As agências analisadas pelo autor no *Ciência e Comportamento Humano* são: o governo, a educação, a religião, a psicoterapia e a economia (ver **ANEXO 2**).

Elas operam por meio de práticas de controle, que podem ser entendidas como a manipulação de estímulos de modo a se estabelecerem contingências. Dessa forma, os controladores lançam mão de técnicas de reforço e de punição, o que é fundamental para o entendimento da crítica de Skinner às agências de controle. A punição geralmente provoca uma condição aversiva da qual se foge com os comportamentos esperados pela agência. Ou seja, a condição aversiva gerada pela punição a comportamentos inadequados é evitada com comportamentos adequados, sendo estes reforçados por isso mesmo. Isso se torna bem claro na análise da economia, da religião, da educação e do governo. E, com relação à psicoterapia, o terapeuta se apresenta como audiência não-punitiva. Desse modo, os comportamentos anteriormente punidos e, por isso, reprimidos, aparecem. Como eles não serão mais punidos, alguns efeitos da punição podem ser extintos.

Freqüentemente uma agência opera em consonância com o controle exercido por outras agências ou pelo grupo ético, utilizando suas práticas. A classificação dada pelo grupo ético a alguns comportamentos pode ser utilizada de maneira semelhante pelo governo, pela

religião ou pela educação. O que a Ética chama de *bom* e *ruim*, o governo classifica como *legal* e *ilegal*, a religião denomina *virtuoso* e *pecaminoso* e a educação usa termos como *certo* e *errado*.

As agências organizadas induzem as pessoas a se comportarem pelo "bem dos outros" - expressão utilizada por Skinner em sua análise dos valores e que será discutida na seção sobre Ética do presente trabalho - mais efetivamente. Nesse sentido, o cidadão que apóia o governo assim o faz por causa de contingências estabelecidas pelo governo e não porque o cidadão é leal, ou tem lealdade. Dizemos que ele é leal e o ensinamos a chamar a si mesmo de leal e a relatar quaisquer condições especiais que ele possa sentir como *lealdade* (Skinner, 1971, p. 111).

A interação entre as agências é comum, sendo que os membros de uma podem fazer parte de outras. A agência religiosa, por exemplo, pode ficar rica e agir por meio de controle econômico, pode formar e dar apoio a professores para conseguir controle educacional, pode utilizar técnicas éticas e governamentais juntas às suas próprias. O autor enfatiza a relação controle / contracontrole nas agências, pois eles podem se equilibrar. O contracontrole em cada uma das agências se estabelece, ou por outras agências, ou pelos controlados. Ao mesmo tempo que limita, o contracontrole perpetua, por isso mesmo, o poder da agência. São inegáveis os prejuízos decorrentes do controle abusivo, o qual, pelo próprio "esgotamento" do controlado, tenderia a se findar. Conseqüentemente, um certo controle sobre o agente controlador tem como função impedir esse "esgotamento" do controlado, possibilitando, dessa forma, a perpetuação da agência.

De certa forma, algumas agências **justificam** seu poder, o controle que elas exercem, recorrendo a entidades associadas a hierarquias de **valores**: diz-se que os governos promovem justiça, segurança e paz; que a religião promove piedade e salvação; que a economia gera riqueza; que a educação gera conhecimentos e habilidades e que a psicoterapia promove a

saúde mental (Skinner em Tobach, 1971, p. 546). De fato, o indivíduo se beneficia, de algum modo, do controle estabelecido pelas agências, pois essas organizações induzem o indivíduo a agir pelo "bem dos outros" e esse indivíduo pode ser um dos "outros" que exercem controle e que o fazem para seu benefício próprio (Skinner, 1971, p. 117).

A descrição das agências de controle ocorre, portanto, no sentido da implementação da análise do comportamento no nível das práticas culturais e busca demonstrar que não há necessidade de recurso a outros pressupostos senão aqueles apresentados pelo Behaviorismo Radical para esse patamar de análise.

Cronologicamente, então, poderíamos resumir, da seguinte forma, a descrição das causas do comportamento de uma pessoa, de acordo com a teoria skinneriana: uma criança nasce como membro da espécie humana, com uma carga genética que apresenta muitas características particulares - que são produto da ação de variáveis filogenéticas - e começa a adquirir um repertório de comportamentos sob as contingências às quais ela é exposta, tanto com relação ao meio físico como com relação ao meio social, ou seja, sob a ação das variáveis ontogenéticas e culturais. Isso resume a influência dos três níveis de seleção, que explicam o comportamento do indivíduo - os dois primeiros já foram analisados; nos resta o terceiro, que se refere à seleção das práticas culturais.

De outro modo, podemos considerar, então, ser lícito afirmar que o modelo explicativo skinneriano se fundamenta no papel seletivo do ambiente. Ou seja, a tese fundamental de Skinner é que todo e qualquer comportamento pode ser explicado por meio do recurso a três histórias de variação aleatória e seleção ambiental: a da espécie, a do indivíduo e a da cultura na qual está o indivíduo. O primeiro nível de seleção se refere às contingências de sobrevivência, que atuam na evolução da espécie. Os indivíduos possuem características genéticas que se manifestam fenotipicamente. As características ambientais determinam a sobrevivência de alguns indivíduos, que transmitirão seus genes a gerações futuras. O

segundo nível de seleção se refere às contingências de reforçamento, que atuam ao longo da vida do indivíduo, modificando seu repertório comportamental. De acordo com as conseqüências, os comportamentos são fortalecidos ou enfraquecidos. O terceiro nível de seleção, a ser discutido com mais detalhes a seguir, ocorre nas práticas culturais, que também podem ser fortalecidas ou enfraquecidas¹⁵.

A maioria das contingências de reforçamento é arranjada por outras pessoas e compõe o que se chama de cultura. A cultura são os costumes, ou seja, os comportamentos costumeiros de um povo. Para explicá-los, devemos nos voltar para as contingências que os geraram. Algumas contingências são parte do meio físico, mas geralmente estão em combinação com contingências sociais. A descrição que Skinner dá para algumas práticas culturais pode ser encontrada em várias de suas obras. Nos capítulos 19, 20, 21, 27 e na seção sobre Agências de Controle do *Ciência e Comportamento Humano*; nos capítulos 2, 4 e 29 do *Cumulative Record*, no capítulo 7 do *Beyond Freedom and Dignity* e no capítulo 9 do *Technology of Teaching* se baseia o texto do **ANEXO 2**, o qual explicita práticas de controle pessoal e de grupo sob o ponto de vista do Behaviorismo Radical.

Paralelo entre evolução da espécie e evolução da cultura

O ambiente responsável pela modificação do repertório comportamental do indivíduo é, em sua maior parte, formado por outras pessoas ou por ambientes já modificados por outras pessoas. O comportamento verbal vocal, que se tornou possível quando a musculatura vocal veio a ficar sob controle operante, ampliou enormemente a determinação do ambiente social

¹⁵ A analogia entre os três níveis de seleção, apesar de suas limitações, é plausível. O núcleo desta comparação é a idéia de seleção por conseqüências e, nesse sentido, é perfeitamente coerente (Dittrich, 2004, p. 200), pois cada um dos três níveis se baseia na seleção por conseqüências - para a espécie no primeiro nível; para o indivíduo no segundo nível e para a cultura no terceiro nível. Esse modelo causal, "além de afastar o Behaviorismo Radical de concepções mecanicistas, delimita com precisão o escopo da ciência do comportamento entre a etologia e a antropologia - além de balizar o discurso de Skinner sobre fenômenos culturais" (p. 121).

sobre o indivíduo. É possível que o que é singular na espécie humana seja apenas a extensão do controle operante sobre a musculatura vocal (Skinner, 1981, p. 502). Ou, seja, para Skinner, não há nenhum salto entre a natureza e a cultura, senão um *continuum*¹⁶.

O comportamento verbal vocal possibilitou a construção de repertórios individuais extremamente complexos e, por isso, tornou possíveis formas complexas de organização dos membros da espécie humana. É a cultura o ambiente composto por contingências estabelecidas por outras pessoas. As práticas culturais, porém, não se dão em um ambiente estável. Por isso, à medida que o ambiente natural ou mesmo social sofre modificações, as práticas culturais podem sofrer alterações. Nesse sentido, falamos de uma evolução da cultura. E, da mesma forma com relação à filogênese e à ontogênese, o termo *evolução* não pressupõe ir em direção a algo melhor, pois, conforme argumenta Skinner, os processos de evolução contêm falhas. Eles não levam a algo melhor ou pior - se quisermos afirmar uma direção, talvez pudéssemos afirmar que a direção ocorre no sentido de tornar os indivíduos mais flexíveis ao controle dos ambientes atual e futuro -, mas sim a algo mais adaptado ao ambiente selecionador. "O comportamento verbal aumentou enormemente a importância do terceiro tipo de seleção por conseqüências, a evolução dos ambientes sociais ou culturas" (Skinner, 1981, p. 502). O autor descreve:

Vimos que, em certos aspectos, o reforçamento operante se assemelha à seleção natural da teoria evolucionária. Assim como características genéticas provenientes de mutações são selecionadas ou descartadas por suas conseqüências, novas formas de comportamento são selecionadas ou descartadas por meio de reforçamento. Há ainda um terceiro tipo de seleção, que se aplica a práticas culturais. O grupo adota uma prática (...) Como uma característica do ambiente social, esta prática modifica o comportamento dos membros do grupo. O comportamento resultante pode afetar o sucesso do grupo em competição com outros grupos ou com o ambiente não social.

¹⁶ Na verdade, Skinner afirma (1981, p. 502) que, em último caso, é tudo uma questão de seleção natural, pois foi ela que tornou possível o condicionamento operante, do qual práticas culturais são aplicações especiais.

Práticas culturais que são vantajosas tenderão a ser características de grupos que sobrevivem e que perpetuam aquelas práticas. Pode-se dizer, portanto, que algumas práticas culturais têm valor de sobrevivência, enquanto outras são letais no sentido genético (Skinner, 1953, p. 430).

Então, dizemos que uma cultura evolui quando novas práticas contribuem para que o grupo que a pratica consiga resolver seus problemas (Skinner, 1981, p. 502). Desse modo, a cultura se fortalece e tem mais chances de sobreviver, ou seja, existe um efeito das práticas sobre o grupo. O fato de que uma cultura pode sobreviver ou desaparecer sugere um tipo de evolução e, conseqüentemente, um paralelo com a evolução da espécie. É o que Skinner se propõe a descrever (Skinner, 1971).

Nessa comparação, segundo o autor, a cultura corresponde à espécie. As práticas descrevem uma cultura, enquanto que fatores anatômicos descrevem uma espécie. Uma prática pode ser compartilhada por mais de uma cultura e uma característica anatômica pode ser compartilhada por mais de uma espécie e tanto as práticas culturais quanto as características anatômicas são carregadas pelos indivíduos e transmitidas a outros indivíduos. Como a espécie, a cultura é selecionada por sua adaptação ao meio ambiente: à medida que ela ajuda seus membros a conseguir o que eles precisam e a evitar o que é perigoso, ela os ajuda a sobreviver e a transmitir a cultura. Para Skinner, os dois tipos de evolução estão bastante interconectados: as mesmas pessoas transmitem características anatômicas e práticas culturais; a capacidade de haver mudanças no comportamento que tornam a cultura possível foi adquirida na evolução da espécie; a cultura determina muitas das características biológicas transmitidas, pois pode, por exemplo, ter práticas que levam à sobrevivência de indivíduos que, sem tais práticas, morreriam e, conseqüentemente, não transmitiriam sua carga genética. Outros paralelos possíveis, de acordo com o autor: nem toda prática cultural - bem como nem todo traço anatômico - é adaptativa, pois práticas e traços adaptativos podem carregar os não adaptativos. Novas práticas culturais correspondem a mutações genéticas (Skinner, 1971, p.

123), ou seja, podem surgir por acaso, e podem enfraquecer ou fortalecer a cultura; não há relação direta, portanto, com seu valor de sobrevivência.

Entretanto, o paralelo acaba no ponto de transmissão (p. 124). Na evolução cultural, as práticas adquiridas são transmitidas. Uma nova prática pode ser transmitida não somente para novos membros, mas também a contemporâneos e até mesmo para sobreviventes de gerações anteriores. Além disso, outra diferença está no fato de que as espécies não podem transmitir umas às outras seus traços genéticos, mas não há tal isolamento no nível cultural. Muitos tipos de isolamento podem produzir uma cultura bem definida ao delimitá-la, mas não podem impedir as possibilidades de transmissão das práticas (p. 125). Essa delimitação entre uma cultura e outra pode ocorrer no caso do isolamento geográfico, no caso de culturas formadas por povos com características raciais diferentes ou no caso de existir uma agência de controle forte e dominante.

Apesar de sua limitação, o paralelo entre evolução biológica e evolução cultural é útil (p. 126). Novas práticas surgem e tendem a ser transmitidas se contribuírem para a sobrevivência daqueles que as praticam¹⁷. Podemos traçar a evolução de uma cultura mais

¹⁷ Como forma de enriquecer a discussão a respeito da unidade de seleção do terceiro nível, isto é, a prática cultural, poderíamos utilizar o conceito de *metacontingências*, cunhado por Sigrid Glenn, em 1986. Segundo Glenn (1988), está claro que práticas culturais podem ser reduzidas a contingências de reforço que operam em cada indivíduo e que compõem a prática cultural. Entretanto, tal redução não explica completamente a evolução e a manutenção da prática como tal (p. 162). Ela argumenta que uma análise científica das culturas não pode ser reduzida ao comportamento dos indivíduos porque as práticas culturais, apesar de serem compostas pelo comportamento dos indivíduos, têm resultados próprios, que afetam a sobrevivência da cultura. Para Glenn, é preciso diferenciar entre as contingências que são a base da mudança comportamental e as contingências que são a base do desenvolvimento cultural (p. 163), ou seja, entre contingências do segundo nível de seleção e do terceiro nível de seleção (p. 167).

A prática cultural pode ser descrita como um conjunto de contingências entrelaçadas, ou seja, como uma metacontingência (Andery e Sérgio, 2005, p. 149). É interessante notar que uma metacontingência tem uma consequência, um produto agregado, que atua sobre o próprio entrelaçamento, mantendo ou não a prática cultural. Isso não impede que cada contingência dentro da metacontingência tenha sua própria consequência para o indivíduo que se comporta. A consequência individual mantém o comportamento do indivíduo enquanto que o produto agregado mantém a metacontingência, a prática cultural.

Glenn (1988) afirma que "uma prática cultural é um conjunto de contingências de reforçamento entrelaçadas no qual o comportamento e os produtos comportamentais de cada participante funcionam como eventos ambientais com os quais interage o comportamento de outros indivíduos" (p. 167). E a metacontingência é a unidade de análise que inclui uma prática cultural, em todas as suas variações e o produto agregado de todas as variações atuais (p. 168).

claramente que a evolução de uma espécie, pois as condições essenciais são observadas, e não inferidas, e muitas vezes podem ser diretamente manipuladas. Porém o papel do meio ambiente apenas começou a ser entendido e o meio social, que é a cultura, é difícil de identificar: está em constante mudança, lhe falta substância e é facilmente confundido com as pessoas que mantêm esse meio e que são afetadas por ele. Essa confusão pode servir de justificativa para o “Darwinismo social” (p. 126) - contra o qual Skinner buscou argumentar diversas vezes -, estimulando a competição entre as culturas. É preciso enfatizar, que, na verdade, o que evolui são as práticas. Tanto a espécie quanto a cultura “competem” primeiramente com o meio físico. Uma cultura evolui quando novas práticas promovem a sobrevivência daqueles que as praticam.

Ao expor o processo de evolução das culturas, Skinner descreve a cultura como um conjunto de práticas, em que algumas delas são selecionadas e outras, não. Entretanto, também se referiu à cultura como os costumes de um grupo, seus comportamentos costumeiros, ou como as contingências que são arranjadas pelas pessoas que compõem o grupo, ou como o ambiente social (Skinner, 1974/1976, p. 223), como já citado, no texto e no **ANEXO 2**. Embora não completamente equivalentes, todas essas quatro definições assumem a análise do comportamento humano, também no nível cultural, como objeto de estudo em si mesmo, de acordo com o pressuposto mais fundamental do Behaviorismo Radical. No *About Behaviorism*, de 1974, Skinner resume de modo interessante como a cultura é vista pelo Behaviorismo Radical:

Tudo isso parece ser coerente com o processo de seleção por conseqüências; o que há de novidade é a explicação dada para as práticas culturais. Skinner já havia afirmado que eram conjunto de contingências estabelecidas pelas pessoas, porém, o autor não buscou detalhar como se constitui uma prática cultural.

Então, um melhor delineamento e descrição da unidade de análise do terceiro nível possibilitaria uma intervenção mais efetiva em fenômenos culturais e sua melhor interpretação sem necessariamente ir além dos pressupostos do Behaviorismo Radical. Todavia, é preciso cautela para que não se criem conceitos novos já abrangidos pelos antigos e não se perca de vista a parcimônia, tão cara à ciência. A noção de contingências entrelaçadas como unidade de análise (Andery, Micheletto e Sérió, 2005, p. 132) pode se mostrar útil nesse sentido.

Como um conjunto de contingências de reforçamento mantido por um grupo, possivelmente formulado em regras ou leis, ela [a cultura] possui um status físico nítido, uma existência que continua além das vidas dos membros do grupo, um modelo que se modifica [changing pattern] à medida que práticas são adicionadas, descartadas ou modificadas e, acima de tudo, [possui] poder. Ela não é uma coisa monolítica e não temos razão para explicá-la apelando para mente, idéia ou vontade de um grupo (Skinner, 1974/1976, p. 223).

Pelo que podemos concluir, a cultura, sob o ponto de vista da evolução, é algo dinâmico, pois algumas características suas são selecionadas e permanecem, enquanto que outras somem com o passar do tempo. Sob esse ponto de vista, a cultura está em constante modificação, ao mesmo tempo em que algo "essencial" dela permanece para que ela continue a ter um nome próprio que a identifique. A cultura indígena, por exemplo, possui características que nos levam a caracterizá-la como cultura indígena, apesar de ter sido tão variada, tão diferente nos vários povos, quando os europeus aqui chegaram e apesar de tanta modificação sofrida até o presente. Ainda assim, é possível falar da cultura indígena sobrevivente em algumas comunidades brasileiras. Mas o que é esse algo "essencial" que sobrevive?

O processo de variação e seleção, que caracteriza a evolução cultural, pressupõe fenômenos concomitantes e aparentemente antitéticos: a cultura sobrevive, apesar de nunca permanecer a mesma. De certo modo, sobrevivência e evolução parecem incompatíveis. Se quisermos que a cultura sobreviva, ela precisa se adaptar ao meio, se modificar e, portanto, não será mais a mesma que sobreviverá, a não ser que seja possível determinar o que caracteriza determinada cultura e que não pode ser modificado, sob a pena de já não se ter mais a mesma cultura.

A cultura evolui quando suas práticas variam e são selecionadas pelo ambiente social ou natural. Portanto, se a sobrevivência de uma cultura significar a sua manutenção inalterada, ou seja, a manutenção daquele conjunto de práticas ao qual chamamos de cultura, sobrevivência e evolução se tornam processos mutuamente exclusivos, pois o primeiro significa manutenção, enquanto que o segundo caracteriza modificação. Uma alternativa é assumir que, dentro daquele amplo conjunto de práticas formadoras da cultura, existe um subconjunto próprio, exclusivo, único, o qual a caracteriza como diferente de qualquer outra. Seria ele o sobrevivente quando falamos que a cultura sobrevive.

O processo de variação e seleção ocorreria nas práticas marginais que se modificariam de modo a adaptar o núcleo de práticas essenciais característico e exclusivo daquela cultura. Se tal hipótese for coerente e encontrar respaldo nos pressupostos do Behaviorismo Radical, conseqüentemente poderíamos dizer que uma cultura evolui quando o núcleo de práticas característico dela se adaptou melhor ao ambiente por causa do processo de variação e seleção ocorrido nas práticas marginais. Então, o núcleo sobrevive quando as práticas marginais evoluem. O que parece evidente é que uma cultura só é capaz de sobreviver se ela se modificar de modo a se adaptar ao meio.

Nesse sentido, parece ter faltado, com relação à definição de cultura, na obra skinneriana, uma discussão semelhante à implementada pelo autor quando discute a natureza genérica do estímulo e da resposta nos primórdios de sua psicologia (Skinner, 1959/1972, Capítulo 31). Naquela discussão, um dos pontos principais era a relevância ou irrelevância das propriedades não definidoras. O mesmo tipo de empreitada filosófica poderia ser útil para lapidar o conceito de cultura, de modo que não fosse possível supor incompatibilidade entre evolução e sobrevivência. Isto é, se não formos capazes de afirmar o que define uma cultura, não poderemos dizer por que uma cultura permaneceu, sobreviveu, tem o mesmo nome, depois de sofrer modificações no processo de evolução. Ou seja, se Skinner não definiu tão

minuciosamente o que caracteriza uma cultura - como o fez com o reflexo - há espaço para que se suponha uma incompatibilidade entre evolução e sobrevivência, o que, na verdade, não era seu objetivo, pois, para ele, a cultura deveria evoluir para poder sobreviver e, obviamente, sobreviver para poder evoluir. Logo, os conceitos são, para o autor, interdependentes e não excludentes.

Tal fato está muito claro na seguinte passagem. Quando propõe o planejamento de uma cultura, Skinner assim especifica uma cultura bem planejada:

Uma cultura bem planejada é um conjunto de contingências de reforçamento sob as quais seus membros se comportam de modo que mantêm a cultura, a preparam para encontrar emergências e a modificam de tal modo que ela fará essas coisas ainda mais efetivamente no futuro (Skinner, 1969, p. 41).

Se uma cultura consegue se modificar de maneira a se fortalecer - no sentido de lidar melhor com o ambiente natural e com o ambiente social - ela terá mais chances de sobreviver. Uma ciência do comportamento, ao ser capaz de analisar contingências culturais, poderá ajudar a prever se uma cultura sobreviverá. **A partir disso, Skinner propõe considerar a sobrevivência da cultura como um novo tipo de valor.** Segundo ele, as contingências sociais, culturais, ou os comportamentos que elas geram são as “idéias” de uma cultura e os estímulos reforçadores que aparecem nas contingências são os “valores” de uma cultura (Skinner, 1971, p. 121). Como cada grupo de pessoas tem sua própria carga genética e suas próprias contingências naturais e sociais, o que é bem, valor, para um grupo pode não ser para outro (p. 122). Cada cultura tem seu próprio conjunto de valores. Um certo conjunto de valores pode explicar por que uma cultura funciona, possivelmente sem muita mudança por um longo tempo. Mas nenhuma cultura fica em equilíbrio permanentemente, pois as contingências mudam, levando a cultura a se fortalecer ou a se enfraquecer, e podemos,

assim, prever se ela irá sobreviver ou perecer. A sobrevivência da cultura nos aparece como um novo valor a ser considerado além dos bens pessoais e sociais (p. 123).

Fazendo referência aos três níveis de seleção, Skinner (1974/1976) considera que existem semelhanças importantes entre a seleção natural, o condicionamento operante e a evolução dos ambientes sociais. Os três não precisam de um planejamento ou um propósito prévio e, além disso, eles invocam a noção de sobrevivência como um valor. "O que é bom para a espécie é o que contribui para sua sobrevivência. O que é bom para o indivíduo é o que promove o seu bem-estar. O que é bom para uma cultura é o que lhe permite resolver seus problemas" (p. 224). Nos três níveis, uma mudança repentina e possivelmente ampla pode ser explicada por novas variações selecionadas pelas contingências já presentes ou por novas contingências (Skinner, 1981, p. 502).

Então, do ponto de vista do Behaviorismo Radical, é possível explicar o comportamento humano recorrendo-se apenas à história filogenética na qual a espécie evoluiu, à história de contingências de reforço sociais e não sociais pela qual passou o indivíduo. Isso porque o comportamento humano é o produto combinado: das contingências de sobrevivência responsáveis pela seleção natural das características da espécie e das contingências de reforço responsáveis pelos repertórios adquiridos, as quais incluem contingências especiais mantidas pelo ambiente social. As contingências modificam o indivíduo, que se comporta de determinada maneira porque foi modificado pelas contingências¹⁸ (Skinner, 1981, p. 502 - 503).

¹⁸ Contudo, há duas falhas em qualquer ponto de vista comportamental: "um entre a ação estimuladora do ambiente e a resposta do organismo e outro entre as conseqüências e a mudança resultante no comportamento. Apenas a ciência do cérebro pode suprir essas deficiências. Ao fazê-lo, completa a descrição; não fornece uma explicação diferente. O comportamento humano eventualmente será explicado, e só poderá ser explicado através da ação conjunta da etologia, da ciência do cérebro e da análise do comportamento" (Skinner, 1989/1995, p. 41).

PARTE II : PRESCREVER

Capítulo 4 - O planejamento da cultura

Precisamos esclarecer, de início, que Skinner não menciona uma divisão, em sua teoria, entre aspectos descritivos e aspectos prescritivos. Filosoficamente, aí está a distinção entre fatos e valores, entre o "como é" e o "como deve ser". Para Skinner, essa diferença poderia estar entre *tactos* e *mandos* (Dittrich e Abib, 2004), o que não implicaria uma diferença ontológica, como tradicionalmente se vê na filosofia. Algumas vezes, Skinner tenta traduzir enunciados prescritivos em enunciados descritivos e estabelece, em alguns deles, que, em frases do tipo "*você deve levar o guarda-chuva*", a diferença em relação a um enunciado obviamente descritivo é apenas temporal e probabilística, pois uma sentença como essa pode ser enunciada em forma de descrição de contingências. Portanto, é muito provável que Skinner não concordasse com a divisão defendida no presente texto. O viés pragmático da teoria comportamental alicerça o vínculo entre teoria e prática; porém, qual é o limite - se é que ele existe? Até onde a primeira pode ditar a segunda?

Como já pudemos perceber, Skinner elaborou uma ciência do comportamento e a filosofia dessa ciência. Nesse sentido, método e metafísica foram construídos de modo não-linear, dinâmico e com constantes interações na fronteira entre um e outro (Dittrich, 2004). A prática ajudou a elaborar a teoria, a qual, por sua vez, estabeleceu guias para a prática da ciência do comportamento. Talvez o pragmatismo inerente ao Behaviorismo Radical implique uma Ética e um compromisso social; há quem assim argumente (Laurenti, 2004).

De fato, não é inicial a preocupação de Skinner com um projeto para a cultura, para uma sociedade melhor. Em suas obras iniciais, se ateve a questões científico-filosóficas do comportamento. Contudo, mesmo aí, já era possível perceber um tom pragmático em seu

discurso. A partir de meados do século, o autor começou a buscar, em sua ciência, a possibilidade de elaboração de uma tecnologia para a cultura, que garantisse o futuro da humanidade, na época, à beira de uma hecatombe nuclear. De certa forma, sua preocupação muda um pouco de conteúdo de 1953 até o final dos anos 80, porém os fundamentos da proposta skinneriana permanecem os mesmos: como uma ciência do comportamento pode ser útil para a humanidade. Ele se mantém na defesa da tese de que é necessária a implementação de uma tecnologia do comportamento em nível cultural.

O fato de o Behaviorismo Radical negar a existência de um agente iniciador, substituindo esse conceito pelo modelo de seleção por consequência poderia levar à conclusão equivocada de que, já que não somos agentes, vamos esperar a seleção agir e resolver nossos problemas. Porém, nosso comportamento não perde sua capacidade de intervir e modificar contingências por ser, ele próprio, produto de contingências seletivas. Segundo Skinner, devemos tomar passos explícitos para tornar nosso futuro mais seguro. Podemos alterar genes, introduzir novas formas de comportamentos individuais ou criar novas práticas culturais. Mesmo assim, devemos esperar a seleção agir. De acordo com o autor, o grande problema de considerar o indivíduo como agente iniciador é não identificarmos as condições que devem ser modificadas de modo a resolvermos nossos problemas (Skinner, 1981, p. 504). Então, se alguém defende que o determinismo presente no Behaviorismo Radical faz do homem um ser passivo, temos o mote para uma bela discussão, pois, em vários momentos, Skinner defende a ação deliberada do homem para modificar seu meio.

Em 1974, no *About Behaviorism*, o autor afirma a necessidade de se planejar explicitamente a cultura porque **o processo de evolução, em qualquer dos níveis, pode conter erros**. Isso ocorre porque, além de o processo de seleção preservar características incidentais, as quais não possuem relação com a função de sobrevivência, a evolução prepara o organismo para funcionar bem sob condições semelhantes àsquelas presentes no ambiente

passado responsável pela seleção. Entretanto, no nível da filogênese, o próprio processo de seleção dotou o organismo de capacidade para se adaptar a um meio não estável, diferente daquele no qual ocorreu a seleção filogenética. Estamos nos referindo à possibilidade de condicionamento respondente, no qual as respostas preparadas na filogênese poderiam ficar sob controle de novos estímulos, e à possibilidade de condicionamento operante, no qual novas respostas podem ser fortalecidas por eventos que as seguem (Skinner, 1981, p. 501). A suscetibilidade ao reforçamento positivo, por sua vez, pode causar problemas para uma cultura, conforme veremos adiante. O bem representado pela sobrevivência não necessariamente dá certo por si só. **A evolução pode fracassar, por isso o autor defende uma tecnologia do comportamento que corrija esses fracassos e afirma que é possível intervir nos três níveis, sendo que o segundo e o terceiro caberiam à ciência do comportamento.**

Em seu texto de 1971 - sobre a análise dos juízos de valor -, no artigo de 1981 e no de 1987, o autor descreve a evolução da humanidade: tudo começara com os átomos, que um dia se uniram e formaram moléculas. Da união de moléculas surgiram as células, as quais adquiriram a capacidade de se reproduzir, gerando descendentes diferentes, dentre os quais o ambiente selecionava os mais aptos a sobreviver; ou seja, conseguiram sobreviver apenas aqueles cujas características eram mais adaptadas ao meio ambiente onde viviam. E estes passaram suas características aos seus próprios descendentes. Assim, as células evoluíram, e daí surgiram tecidos, órgãos e organismos. As espécies surgiram. Uma delas, a *Homo sapiens*, desenvolveu a musculatura vocal e, através do controle operante, a fala. Por meio da fala, desenvolveram-se práticas culturais, entre elas, a ciência e a tecnologia, que, infelizmente, foram utilizadas para apoiar disposições genéticas que haviam evoluído num estágio anterior: porque comida era reforçador, os humanos passaram a cultivar a Terra em vastas áreas; porque os outros poderiam roubar suas coisas boas, eles inventaram armas; para evitar

doenças e mortes, praticaram medicina e saneamento. Seu número aumentou e eles passaram a viver mais e mais. Por isso, precisavam de mais recursos naturais, que poderiam se esgotar. Alguns países guerrearam com outros por recursos, matando milhões de pessoas. Algumas poucas pessoas perceberam o perigo, afirma o autor em 1987, mas seus propósitos (por apresentarem conseqüências remotas, distantes) entraram em conflito com práticas que eram apoiadas por conseqüências imediatas e por princípios morais e éticos ultrapassados. Então, aqueles que puderam, continuaram a procriar à vontade, a consumir inconseqüentemente, a preparar-se para se defender a qualquer preço. Isso pode levar a uma situação em que a espécie humana seja extinta.

Os modos como as pessoas reagem ao reforçamento positivo e ao negativo levaram ao estabelecimento dos direitos a vida e liberdade e à busca da felicidade, respectivamente. Levaram também a problemas, pois os processos por meio dos quais os organismos aprendem a escapar ou evitar vários tipos de dano físico tiveram um evidente valor de sobrevivência; porém, num ambiente civilizado, eles se tornam menos importantes e podem até mesmo funcionar contra a sobrevivência. Isto ocorre quando, por nos protegermos demais de danos físicos ou de trabalhos exaustivos, nos tornamos vulneráveis a qualquer demanda ambiental mais forte. Ou quando a luta histórica pela liberdade, por meio da qual as pessoas têm escapado de e enfraquecido ou destruído aqueles que as tratam aversivamente, leva ao extremo de todos fazerem o que tiverem vontade de fazer, a um *laissez faire* econômico e a um individualismo extremado.

Além disso, levaram a problemas como resultado da busca da felicidade, pois a luta excessiva por bens reforçadores pode vir a esgotar os recursos do planeta e porque as pessoas diferem quanto à habilidade de conseguir tais bens e, logo, quanto à quantidade de bens possuídos. Ademais, como maiores posses facilitam mais aquisição de bens, as diferenças se

tornam muito grandes. Desse modo, o reforçamento positivo tem levado a grande riqueza e a extrema pobreza.

Estas são as possíveis conseqüências das ações atuais. Porém, apontar conseqüências não é suficiente; devem-se arranjar contingências nas quais as conseqüências tenham efeito. A questão com que Skinner se preocupa é: como as culturas poderiam fazer o comportamento de seus membros ficar sob controle dessas terríveis possibilidades?

Esses "terríveis problemas" são conseqüências muito remotas para servirem de punição que suprima os comportamentos causadores dos distúrbios ou de reforço negativo que fortaleça comportamentos que corrijam tais distúrbios (Skinner, 1989/1995, p. 157). É nesse contexto de possibilidades catastróficas que Skinner propõe utilizar a ciência do comportamento no planejamento deliberado de práticas culturais. E esse planejamento deveria propor um mundo no qual todos vivessem bem¹⁹; entretanto, antes disso, precisamos, diz Skinner, parar de construir um mundo no qual será totalmente impossível viver (Skinner, 1989/1995, p. 116).

Como vimos, o autor define o ambiente social de qualquer grupo como sendo o produto de uma série complexa de eventos, na qual o acidental às vezes predomina. Algumas maneiras e costumes podem se estabelecer no grupo sem nenhuma relação com seu efeito final sobre o grupo. O padrão pessoal de controle de um forte líder pode resultar numa classificação governamental do comportamento legal e ilegal e pode estabelecer o padrão de uma agência altamente organizada. A preocupação de Skinner é, todavia, com a possibilidade de se modificar o ambiente social de modo deliberado, planejado, a fim de que o resultado

¹⁹ Mesmo nesse nível de análise, o cultural, a crítica do autor ao mentalismo resiste. Afirma Skinner que uma das mais trágicas conseqüências do mentalismo é dramaticamente ilustrada por aqueles que concordam a respeito dos problemas do mundo atual e que vêem como única saída para essa situação o retorno à moralidade, à ética, à decência, entendidas como possessões pessoais. O que é necessário, para o autor, é uma restauração do ambiente social em que as pessoas se comportam de maneiras classificadas como morais (Skinner, 1974/1976, p. 215).

seja mais adequado. Isso já acontece em muitas culturas. Leis governamentais, religiosas e escolares são exemplos.

O grupo possui instituições que arranjam conseqüências atuais que têm o efeito que conseqüências remotas não podem ter no presente, garantindo, desse modo, o futuro da própria instituição. A religião, por exemplo, leva seus membros a sentirem vergonha por comportamentos que ela classifica como pecaminoso, ou ilegal, no caso do governo. É o autocontrole dos controlados que garante o futuro da agência, porque, mesmo em sua ausência, os controlados se comportam de acordo com ela (Skinner, 1953). As práticas que levam a isso são, geralmente, punitivas. Apesar de tudo, essas agências se fazem sentir necessárias, e são assim justificadas, por causa de suas conseqüências positivas, como paz interior dada pela religião e segurança e ordem promovidas pelo governo. Ou seja, a agência garante seu próprio futuro por meio do estabelecimento de autocontrole dos controlados.

Se há instituições que garantem o futuro, deve haver um motivo de o futuro da espécie parecer ruim: ele não é o mesmo das instituições. **Os futuros dos governos, das religiões e dos sistemas capitalistas não são congruentes com o futuro da espécie.** Cada um garante o seu, de modo conflitante ao necessário para a sobrevivência do grupo como um todo. Ou seja, governos, religiões e empreendimentos econômicos estão sob controle de conseqüências que afetam sua própria sobrevivência, as quais são muito menos remotas e, portanto, mais poderosas do que a sobrevivência da espécie. Afirmo Skinner: "Sobretudo, os efeitos dessas conseqüências estão usualmente em conflito com ela [a sobrevivência da espécie]" (Skinner, 1989/1995, p. 159).

Em nosso contexto, poderíamos citar alguns exemplos de conseqüências das práticas das agências que podem estar em conflito com outras agências ou mesmo com a sobrevivência da espécie: 1) oficialmente a igreja católica é contra o uso de preservativos em relações sexuais, o que pode facilitar a transmissão do vírus da AIDS; 2) a indústria busca

produzir mais em menos tempo, com o menor custo e com maior escoamento da produção e todos esses quatro pontos geram problemas: produtos de baixa qualidade, alimentos com baixo valor nutricional, produtos descartáveis, exploração da mão-de-obra, exploração excessiva de recursos naturais, incentivo ao consumo desenfreado; 3) os capitalistas financeiros nunca ganharam tanto dinheiro como nessa última década no Brasil por causa da alta taxa de juros, pagos pelas classes média e baixa, que fazem compras a prazo, que pedem empréstimos nos bancos e em financeiras; 4) os governos brasileiros estão tradicionalmente ligados às agências econômicas e religiosas e, com relação à política interna, geralmente são tomadas decisões que fortalecem esses grupos.

Poderíamos dizer que o “erro”, se fosse possível definir apenas um, está nas práticas culturais selecionadas pelas agências, pois elas selecionam apenas aquelas que garantirão seu próprio futuro, de modo incongruente ao que seria necessário para garantir o futuro do grupo como um todo. A luta pela liberdade não diminuiu ou eliminou o controle, ela apenas o corrigiu por meio de práticas de contracontrole. Entretanto, o contracontrole leva a um equilíbrio instável. Então a proposta de Skinner é um projeto explícito de cultura que vá além dos interesses imediatos do controlador e do controlado (Skinner, 1978, p. 197). "Necessitamos construir conseqüências relativamente imediatas para o comportamento humano, as quais devem atuar como atuariam conseqüências mais remotas se estivessem disponíveis aqui hoje" (Skinner, 1989/1995, p. 116).

As Utopias

Planejar a estrutura de uma grande indústria ou uma agência governamental é um experimento de planejamento cultural. Entretanto, são planejamentos culturais parciais; um planejamento total pode ser exemplificado pelas Utopias.

Um conjunto de planejamentos culturais pode ser encontrado na literatura utópica (Skinner, 1971, p. 146). Uma comunidade utópica é geralmente composta de poucas pessoas vivendo juntas em contato estável. O controle informal minimiza o papel das agências organizadas. Geralmente se propõe que a comunidade fique isolada geograficamente, o que previne contatos problemáticos com outras culturas. Todas as partes trabalham juntas. O pequeno tamanho, o isolamento geográfico e a coerência interna dão à comunidade uma identidade que torna a sua sobrevivência importante para seus membros. A questão fundamental de qualquer utopia é se ela funcionará. Há muitas razões para que não se tenha conseguido realizar qualquer utopia. Em primeiro lugar, é difícil colocar um grande número de pessoas sob controle informal; o controle ético pode sobreviver em grupos pequenos, mas em grupos grandes, o controle precisa ser delegado a agências com seus especialistas. Geralmente, o controle de uma agência entra em conflito com outra agência. O insucesso de uma utopia não é um erro; para o autor, o erro está em deixar de tentar (p. 147 - 148).

Skinner considera que a manipulação deliberada da cultura é questão que cabe a uma ciência do comportamento, tanto no que se refere à proposta de mudança, quanto à efetivação e aceitação da mudança. Os processos comportamentais cotidianos são iguais àqueles de uma comunidade utópica e as práticas têm o mesmo efeito pelas mesmas razões (Skinner, 1971, p. 148). O princípio fundamental nos parece claro: as condições ambientais devem ser modificadas para que se modifiquem os comportamentos. Para o autor, é impossível ditar o que é o melhor absoluto para uma cultura, mas é possível propor caminhos melhores que os atuais. E, para isso, uma análise científica do comportamento humano é relevante, pois ela **define o que deve ser feito e como fazê-lo.**

Skinner defende uma utopia enquanto um experimento piloto de planejamento cultural. Desse modo, ele não entende utopia como algo bom e inexistente, pelo contrário, é

um projeto experimental de comunidade que pode e deve ser posto em prática²⁰. O problema geral das utopias, segundo o autor, é a falta de possibilidade de implementação, isto quer dizer que elas geralmente descrevem a "Vida Boa" - "*Good Life*"²¹, mas não dizem como chegar até ela, como construí-la. Isso, de fato, não era possível, pois ainda não se havia desenvolvido uma ciência do comportamento que desse conta dessa construção. Skinner descreve a sua "*Good Life*":

Eles desfrutam de um ambiente rural agradável e trabalham somente poucas horas por dia, sem serem forçados a isso. Suas crianças são cuidadas e educadas por especialistas que levam em consideração a vida que elas vão levar. A comida é boa, e a saúde pública e os cuidados médicos são excelentes. Há muito lazer e muitas formas de aproveitá-lo. Arte, música e literatura florescem e a pesquisa científica é encorajada (Skinner, 1969, p. 29).

Segundo o autor, a *Good Life* está ao alcance de "homens inteligentes de boa vontade" que aplicarão os princípios da ciência do comportamento no planejamento da cultura. Um deles, pode-se dizer, o mais fundamental, é aquele segundo o qual o importante com relação às "coisas boas" na *Good Life* é o que as pessoas estão fazendo quando as conseguem. Então, uma utopia de acordo com a ciência do comportamento não daria simplesmente a cada um de acordo com sua necessidade, porque as pessoas permaneceriam inativas (Skinner, 1969, p. 36 - 37). Nesse sentido, a crítica skinneriana se dá tanto ao *welfare state* quanto ao comunismo, pois ambos dão a cada pessoa de acordo com sua necessidade e **sem levar em consideração o**

²⁰ É importante salientar que as propostas utópicas de Skinner estão mais restritas às décadas de 60 e 70.

²¹ Talvez possamos supor aqui uma relação entre "vida boa" e "vida feliz". Felicidade é entendida por Skinner como um sentimento, subproduto de condicionamento operante. O que nos faz feliz é o que nos reforça, porém, de acordo com o autor, são as coisas que nos reforçam e não os sentimentos que devem ser identificados e usados na predição, controle e interpretação. O condicionamento operante é efetivo independentemente de qualquer ganho final, como pode ser demonstrado nos jogos de azar (Skinner, 1974/1976, p. 78 - 79), pois o esquema de reforçamento intermitente produz um padrão resistente de comportamento, mesmo que, ao final das contas, o jogador acabe perdendo mais do que ganhando.

que ela está fazendo. Essa é uma importante crítica que o autor elabora contra os direitos incondicionais (ver **ANEXO 3**, sobre as propostas políticas do autor).

Os bens - *goods* - de uma cultura são os reforçadores e o modo de vida é um conjunto de contingências de reforço (Skinner, 1969, p. 37). Na literatura utópica em geral, raramente se explicitam as contingências. O que comumente está presente nas utopias é a descrição de um mundo em que a vida seria boa, porque ele estaria repleto de coisas boas. Nesse sentido, não há descrição de como um mundo como esse poderia existir e sobreviver. Para tal, seria necessário considerar o papel das contingências de reforço, que possibilitariam um planejamento cultural, a construção de uma comunidade utópica enquanto um experimento piloto²².

Numa comunidade utópica, reforçadores condicionados podem ser usados para preencher a lacuna entre o comportamento e suas conseqüências remotas e reforçadores suplementares podem servir até que os reforçadores remotos funcionem. E, de acordo com o autor, aqueles que alcançarem as contingências terminais serão produtivos, criativos e felizes, em uma palavra, **maximamente efetivos**. Alguém que seja confrontado, pela primeira vez, com as contingências terminais pode não gostar delas e nem sequer se imaginar gostando delas (Skinner, 1969, p. 40).

Skinner afirma que os autores da literatura utópica clássica propõem alcançar a *Good Life* de maneiras que hoje parecem inadequadas, mas enfatiza que o valor do pensamento

²² O Behaviorismo Radical explica que tanto a espécie quanto o comportamento de um indivíduo se desenvolvem ao serem modelados e mantidos por seus efeitos sobre o mundo que os cerca. Este é o único papel do futuro. Contudo, isso não significa que não haja direção na evolução. Entende-se, muitas vezes, que esta direção se dá no sentido de um aumento da complexidade das estruturas, da sensibilidade à estimulação ou da efetiva utilização da energia. Uma possibilidade, levantada por Skinner, é que ambos os processos de evolução tornam os organismos mais sensíveis às conseqüências de suas ações. Organismos que têm mais probabilidade de serem modificados por certos tipos de conseqüência provavelmente levaram vantagem; e uma cultura leva o indivíduo a ficar sob controle de conseqüências remotas que podem não ter tido função nenhuma na evolução da espécie. Um bem pessoal remoto se torna efetivo quando uma pessoa é controlada pelo bem dos outros e uma cultura que induz alguns de seus membros a trabalhar pela sobrevivência dela torna efetivas conseqüências ainda mais remotas. A tarefa de quem projeta uma cultura é acelerar o desenvolvimento de práticas que tornem efetivas conseqüências remotas do comportamento. O que antes parecia mais arbitrário, agora parece mais claro: se o desenvolvimento é isso, o papel do projetista é trabalhar pelo desenvolvimento.

utópico não pode ser subestimado. A longo prazo, devemos dispensar simplificações utópicas, porque o teste real de uma cultura é o mundo como um todo (p. 47).

Uma escola treinamento é um exemplo de uma cultura em miniatura. Se ela pode ser planejada e obter sucesso, a cultura como um todo também pode (Skinner, 1959/1972, p. 426). Contudo, Skinner crê que a maioria dos cientistas sociais ainda não entendeu a importância da posição comportamental. A maioria deles procura soluções para seus problemas dentro das pessoas que eles estudam. Isso obscurece o fato de que é preciso modificar a cultura e não o interior ou a mente das pessoas.

De acordo com Skinner, as ciências do comportamento não dão este passo por várias razões. Uma delas está no fato de que, ao se constatar a possibilidade de uma tecnologia do comportamento muito poderosa, se pergunta: quem exercerá o controle? (Skinner, 1974/1976, p. 226; 1953, p. 445) Quem faz essa pergunta comete novamente o erro de procurar estados mentais ou sentimentos nos potenciais controladores: eles serão benevolentes, quais serão suas intenções? Para o autor, a pergunta correta seria: que tipo de contingências culturais induzem as pessoas a se engajar no controle de outras pessoas? Sob quais contingências as pessoas agem como tiranos ou como homens de boa vontade? Ou ainda: sob quais condições os que detêm o poder para controlar o comportamento humano usarão esse poder de modo que garanta um futuro melhor? (Skinner, 1989/1995, p. 160). Devemos desejar que surja uma cultura na qual aqueles que têm poder o utilizarão para o bem geral. Tal cultura provavelmente teria mais chances de sobreviver. À medida que entendemos a cultura, podemos fazer planejamentos melhores.

Críticas comuns à aplicação da ciência do comportamento no planejamento de uma cultura

A ciência vem aumentando nosso poder de modificar o comportamento. Ao ampliar nosso entendimento sobre ele, nos habilita a lidar melhor com as pessoas no dia-a-dia e nos habilita também a construir uma rigorosa tecnologia do comportamento, pois explicita variáveis que controlam o comportamento e que são manipuláveis. Ou seja, explica o que é externo no comportamento e que o controla, sem o auxílio de visões tradicionais que atribuem causas mentais, portanto inacessíveis, ao comportamento. Há quem argumente que o homem é um agente livre e, portanto, de acordo com Skinner, uma ciência rigorosa do comportamento humano é impossível. Ele diz que, geralmente, o controle sobre o comportamento não é visto com bons olhos. Qualquer tentativa de controle normalmente gera reações emocionais. Por medo de críticas, nos recusamos a admitir que controlamos e nos recusamos a controlar mesmo que por um fim útil. O problema é que o controle mais utilizado se baseia na punição ou em sua ameaça ou então é exercido com propósitos egoístas, que, indiretamente, têm efeitos aversivos. Nesses casos, a literatura da democracia e a arte (Skinner, 1953, p. 447) e a literatura da liberdade e da dignidade, segundo denominação do próprio autor, foram bem utilizadas, pois levaram os indivíduos a se mobilizarem contra o uso da força bruta e os governos despóticos. Entretanto, a onipresença de termos relacionados a essas literaturas não científicas gera problemas para qualquer ciência que queira implementar uma tecnologia do comportamento.

A liberdade enquanto valor parece estar ameaçada por uma ciência que se propõe a controlar o comportamento humano. Porém, liberdade, responsabilidade, ética e justiça são termos extremamente relacionados e Skinner não se furta a analisá-los à luz do Behaviorismo Radical. Acima de tudo - diz Skinner em 1953, no texto sobre as agências de controle - os governos devem ser capazes de promover os direitos humanos como *justiça, liberdade e*

segurança, os quais funcionam como contracontrole dos governados, limitação do poder da agência e que, ao mesmo tempo, justificam - e este ponto é de extrema relevância - a sua existência. Um governo que zela pelos direitos humanos tem maior probabilidade de reforçar o comportamento de apoio a ele por parte dos governados. Abaixo estão elencadas algumas explicações que o autor elabora para os termos: *liberdade, responsabilidade, justiça e ética*.

1: LIBERDADE: A crença na liberdade humana pode contribuir para formas de tirania (Skinner, 1978, p. 54), pois os controlados não buscam analisar de que modo estão sendo controlados e, portanto, têm menos chances de estabelecer contracontrole. Uma das formas de liberdade analisadas por Skinner é a ausência de controle aversivo, é estar sob controle de reforçamento positivo, o qual se torna explícito quando a pessoa diz que se sente livre e que faz o que quer e o que gosta. Apesar de ser chamado de voluntário, o comportamento operante é causado, é determinado, embora tais causas, por estarem na história, talvez sejam dificilmente identificáveis (Skinner, 1974/1976, p. 60). Skinner deixa claro que não podemos escolher por um modo de vida sem controles, porém podemos modificar as condições de controle e o autor enfatiza essa possibilidade. O fato de nos sentirmos livres sob controle por reforçamento positivo e lutarmos por essa liberdade nos impede, algumas vezes de perceber que esse controle pode acarretar conseqüências aversivas atrasadas e, nesse sentido, tornar menos prováveis ações de contracontrole. O sentimento de liberdade é uma marca importante de um tipo de controle caracterizado pelo fato de que ele não gera contracontrole. Por causa disso os possíveis controladores podem, apenas, mudar o tipo de controle para um controle positivo (Skinner, 1974/1976, p. 213, 217, 218), mesmo que existam conseqüências aversivas postergadas. Atualmente, um exemplo disso pode ser visto na facilidade com que se faz um empréstimo nas inúmeras financeiras que surgiram no Brasil por causa dos juros altos. Nesse sentido, podemos falar de um outro tipo de liberdade, a liberdade das conseqüências aversivas posteriores do reforçamento positivo (Skinner, 1968/2003, p. 172). Um outro tipo de

liberdade provém da autoconfiança, isto é, quando o indivíduo age menos por regras estabelecidas por outras pessoas e mais por contingências com relação às coisas (p. 173-174). Um exemplo da ausência desse terceiro tipo de liberdade pode ser visto quando mulheres e homens elegantemente vestidos se sentem desconfortáveis com suas roupas e sapatos caros e elegantes²³. Então, com relação à liberdade, o argumento skinneriano não se põe a discutir uma entidade filosófica chamada liberdade e sim o comportamento daqueles que lutam para serem livres. Nesse sentido, o Behaviorismo Radical não suprime nenhum tipo de liberdade; ao contrário, sugere que há outros modos de nos sentirmos mais livres ainda (Skinner, 1978, p. 195 - 196).

2: JUSTIÇA: no *Ciência e Comportamento Humano*, ao analisar o governo, Skinner explica o que é justiça sob o viés da análise do comportamento. Dentre os direitos humanos, a justiça é entendida, por Skinner, como o ótimo balanceamento de conseqüências aversivas e reforçadoras. É a punição que é administrada com justiça. Um governo maximiza a justiça quando tem sucesso no balanceamento de conseqüências aversivas. A segurança consiste no ajuste do meio ambiente para se impedir a ocorrência de eventos aversivos.

3: RESPONSABILIDADE: é uma propriedade das contingências, principalmente das contingências legais, a que um indivíduo é exposto (Skinner, 1974/1976, p. 220). Mais uma vez, Skinner se recusa a assumir a existência de uma entidade imaterial causadora de comportamentos. No texto de 1953, sobre as agências de controle, Skinner afirma que a responsabilidade é uma questão de controlabilidade. Se não há possibilidade de estar sob controle, não há responsabilidade pelos próprios atos. Nesse sentido, não pode ser utilizada a punição; quem não é responsável não pode ser punido. Se for atestada, por exemplo, insanidade mental em um réu, ele pode ser absolvido, pois, como é louco, não poderia ser

²³ Aqui caberia uma discussão a respeito do comportamento controlado por contingências em contraposição ao comportamento governado por regras. Esse tema certamente traria observações interessantes em relação às proposições éticas skinnerianas. Infelizmente, porém, não nos resta tempo e nem há mais espaço para elaborar tamanha discussão.

controlável e, portanto, não pode ser responsável pelos próprios atos. Dessa forma, o conceito de responsabilidade e os conceitos de previsão e escolha, relacionados a ele, são usados para justificar técnicas de controle que usam a punição (Skinner, 1959/1972, p. 28). Então a noção de responsabilidade está nos fundamentos do Direito e, portanto, de uma das mais poderosas agências de controle: o Governo.

4: ÉTICA: como este tema será mais detalhadamente descrito a seguir, podemos considerar, por ora, que chamamos os controladores de éticos, compassivos, benevolentes, bons e assim por diante, em geral, quando estabelecemos contracontrole sobre eles. Por outro lado, a Ética, enquanto área de estudo, se refere, segundo o autor, ao campo de conflito entre conseqüências imediatas e conseqüências futuras.

Skinner diz que devemos olhar para as contingências que induzem as pessoas a agir para aumentar as chances de sobrevivência de sua cultura. Porém, há muitas críticas com relação à aplicação da ciência do comportamento ao planejamento da cultura (Skinner, 1971, p. 150). Uma delas se refere ao fato de que a vida real é muito diferente das situações arranjadas em laboratório: aí, as coisas são simples, artificiais e ordenadas, enquanto que, no mundo real, as coisas são complexas, naturais e confusas. Para responder a isso, Skinner afirma que, apesar de ser uma situação arranjada em laboratório, os esquemas de acordo com os quais o comportamento é reforçado podem ser mantidos idênticos aos do mundo real, o comportamento é afetado da mesma forma em ambas as situações se o esquema for o mesmo.

Quanto à crítica da simplificação, o autor retruca: ela é apenas o estágio inicial da investigação experimental e é necessária para a especificação de fatores relevantes e irrelevantes para o problema estudado. A ciência do comportamento pode não saber resolver os problemas culturais ainda, mas sabe onde procurar por uma solução. “Uma cultura evolui quando novas práticas aparecem e são selecionadas, e não podemos esperar para que elas apareçam por acaso” (Skinner, 1971, p. 155).

Há quem veja, porém, conseqüências desastrosas caso sejam utilizadas tecnologias comportamentais no planejamento da cultura. Skinner cita o senhor Joseph Wood Krutch (Skinner, 1959/1972, p. 11), que diz que o homem nunca mais teria capacidade de pensar e que a cultura perderia alguma virtude herdada na desordem, os felizes acidentes. Todavia, numa tecnologia do comportamento, uma cultura planejada multiplicaria os acidentes de modo sistemático e, além disso, o problema não é a desordem que poderíamos perder numa cultura planejada, mas sim algumas qualidades admiráveis que, acredita-se, florescem apenas na presença da desordem. Skinner exemplifica com o fato de que, nos Estados Unidos, admira-se Lincoln por ter sido quem foi apesar de ter sido educado em um sistema escolar deficiente; atribui-se seu sucesso a alguma faculdade especial inerente a ele. A Roosevelt, apesar de ser admirado, não é dado tanto mérito, porque, embora tenha sido quem foi, ele estudou em Harvard e, portanto, seu sucesso não é atribuído completamente a uma faculdade interna.

Outra conseqüência desastrosa prevista em uma cultura planejada é a excessiva uniformidade. Para Skinner, isso seria conseqüência de um planejamento ruim. Numa escola bem planejada, por exemplo, todos os alunos terminariam o ano sabendo toda a matéria, o que pode ser visto como ruim porque então não haveria nenhuma faculdade humana especial à qual atribuir o sucesso de um aluno que se saísse bem apesar da educação ruim.

O ponto em questão é que o planejado deixa pouco espaço para a **admiração**²⁴, porque se tornam explícitos os determinantes da ação, logo, o mérito pelos resultados não é mais dado ao indivíduo. A tendência é que admiremos o que não podemos explicar (Skinner, 1968/2003, p. 141). Então é a própria prática da admiração que deve ser examinada e talvez extinta. O automático não é admirado. Ser automaticamente bom não é digno de mérito. Há

²⁴ A contraparte da admiração é a culpa, pois, se existe a responsabilidade pelo sucesso, também existe a responsabilidade pelo fracasso. Logo, se o indivíduo é livre, ele é responsável por seus atos, os quais, de acordo com o resultado, podem levar o indivíduo a ser admirado ou culpado.

uma grande diferença entre *ter* que fazer algo e *querer* fazer algo. No primeiro caso, há o controle por contingências punitivas e, no segundo, por contingências reforçadoras. Na visão de Skinner, caminhamos para uma cultura em que não *teríamos* que fazer nada, porque os subprodutos do controle punitivo levam o homem a procurar alternativas. Numa cultura desse tipo, não haveria espaço para a prática da admiração ou da censura.

Sob sistemas de controle melhores, o comportamento que hoje é admirado também ocorreria, mas não sob condições que o tornam admirável - condições complexas à análise e / ou adversas -; logo, não teríamos razão para admirá-lo porque a cultura teria sido planejada para a manutenção desse comportamento. Rejeitar um mundo como esse, onde não haveria motivo para o heroísmo moral ou intelectual, apenas demonstra nosso próprio condicionamento cultural (Skinner, 1959/1972, p. 15). A noção de crédito pessoal é incompatível com a hipótese de que o comportamento humano é totalmente determinado pela genética e pelas forças ambientais.

Com relação à hipótese de que o comportamento humano é determinado por fatores genéticos e ambientais, de acordo com o autor, os dois grandes perigos do pensamento democrático são estes: a noção de que as pessoas seguem os princípios democráticos porque querem, porque eles são da natureza humana, e que o conhecimento científico aplicado ao ser humano é ruim para a democracia (Skinner, 1959/1972, p. 16 - 17). No primeiro caso, se negligenciamos as condições que produzem o comportamento democrático, é inútil tentar manter uma forma de governo democrática. Quanto ao segundo, Skinner afirma que a ciência é parte da democracia e que, ao questionar qualidades e faculdades internas e se voltar para condições externas para explicar o comportamento humano, torna os processos observáveis e manipuláveis. E isso não ameaça a singularidade humana e suas conquistas na ciência, na arte, na literatura, na música e na moral. É preciso contextualizar historicamente a filosofia

democrática e não rejeitar a ciência que ela originou, pois, se isso acontecer, a ciência poderá cair na mão de déspotas (p. 18).

Nesse sentido, não se pode esquecer que o homem controla as coisas que o controlam: *Ele modificou o mundo físico para minimizar as propriedades aversivas e maximizar os reforçamentos positivos e ele construiu sistemas governamentais, religiosos, educacionais, econômicos e psicoterapêuticos que promovem contatos pessoais satisfatórios e o tornam mais habilidoso, informado, produtivo e feliz* (Skinner, 1969, p. 45).

Produzimos “mutações” culturais com as novas práticas culturais e mudamos as condições nas quais elas são selecionadas quando modificamos o ambiente em que o homem vive. Se recusar a fazer isso é deixar a cultura aos eventos acidentais e, para Skinner, o acidente é o verdadeiro tirano que devemos temer. Além disso, o controle que um estímulo exerce no condicionamento operante é apenas provável, pois ele não determina absolutamente uma resposta, mas apenas altera a probabilidade de emissão de uma resposta (Skinner, 1978, p. 198).

Outro tipo de oposição a um novo planejamento cultural é o argumento de que “eu não iria gostar” (Skinner, 1969, p. 38). De fato, uma reforma cultural significa necessariamente uma mudança nos reforçadores. O problema, para Skinner, é planejar um mundo de que as pessoas, não de agora, mas as que viverão nele, irão gostar²⁵. Segundo o autor, dizer que não iria gostar é queixa de um individualista que põe suas próprias suscetibilidade ao reforçamento como valores estabelecidos. As pessoas gostarão do mundo em que vivem porque este mundo foi planejado com a preocupação de o que é mais reforçador. Numa cultura bem planejada, as pessoas seriam felizes, teriam uma vida boa, gostariam da vida que levassem.

²⁵ E aqui nos perguntamos por que Skinner põe as pessoas do futuro como mais importantes que as pessoas de hoje.

Um outro argumento contrário ao planejamento deliberado da cultura está na afirmação de que um projeto científico da cultura é impossível porque o homem não aceitará o fato de que pode ser controlado. Para Skinner, o grande responsável por isso é a literatura da liberdade.

Há, entretanto, boas razões para a resistência ao controle do comportamento humano. As práticas mais comuns são aversivas e, portanto, algum tipo de contracontrole é esperado. Assim, os membros do grupo estabelecem que é errado o uso da força e punem quem o faz. Mesmo o controle baseado em conseqüências aversivas atrasadas é punido. As literaturas da liberdade e dignidade estenderam essas medidas de contracontrole num esforço para suprimir todas as práticas de controle, mesmo quando há conseqüências reforçadoras. O projetista da cultura fica numa situação difícil, porque planejamento implica controle.

A questão é freqüentemente formulada desta forma: quem deve controlar? (Skinner, 1953, p. 445; 1971, p. 96 - 97). Mas Skinner observa que a pergunta é geralmente feita como se a resposta fosse necessariamente ameaçadora. De acordo com o autor (Skinner, 1974/1976, p. 222), a resposta a essa pergunta pode ser encontrada no fato de que os interesses das instituições algumas vezes coincidem com os interesses dos indivíduos e, além disso, as instituições podem fortalecer comportamentos com conseqüências futuras muito remotas. Por si só, o indivíduo pode adquirir muito pouco comportamento com relação ao futuro ao longo de sua vida, mas, como membro de um grupo, ele se beneficia do ambiente social mantido pelo grupo.

Para prevenir o mau uso do poder, entretanto, **devemos olhar para as contingências sob as quais o controlador exerce o controle.** É fácil perceber as práticas de controle mais óbvias, mas precisamos perceber também as menos óbvias. A relação entre o controlador e o controlado, segundo o autor, é recíproca (Skinner, 1959/1972, p. 47). Não é apenas o experimentador que controla o pombo: o desenho de uma caixa experimental e o

procedimento experimental são determinados pelo comportamento do pombo. É verdade que o cientista planeja a caixa e os procedimentos para controlar o comportamento do pombo. Mas o pombo não se comporta de certa maneira para que o cientista faça isso. A diferença está na intenção ou propósito, que é, na verdade, a medida em que as conseqüências são efetivas na alteração do comportamento e, assim, a medida em que elas são tomadas para explicá-lo. O controle recíproco não é necessariamente intencional em nenhuma das direções, a menos que as conseqüências se façam sentir.

O grande problema, na visão do autor, é arranjar um contracontrole efetivo. Controle e contracontrole podem se desequilibrar, por exemplo, quando o controle é estabelecido por agências organizadas. Isso acontece porque contingências informais estão sujeitas a rápidos ajustes quando seus efeitos mudam, mas contingências que agências organizadas deixam para especialistas podem ficar protegidas de muitas de suas conseqüências. Autogoverno geralmente resolve o problema ao identificar controlador e controlado. Numa democracia, por exemplo, o controlador está entre os controlados, ou deveria estar. A democracia é um esforço de resolver o problema, pois permite que as pessoas planejem as contingências sob as quais elas vivem ou, de outro modo, pelo fato de que o planejador vive sob as contingências que ele planeja. Porém, na prática, é difícil manter controlador e controlado na mesma pessoa. Skinner supõe que um modo de evitar a exploração é assegurar que o planejador nunca controla.

Uma dificuldade presente na sociedade atual é que há prática geral de controle aversivo. Se for implementada uma tecnologia do comportamento, provavelmente não haverá mais controle aversivo. Sem ele, não há mérito, nem responsabilidade, nem justiça, nem escolha. Com controle positivo, não haveria mais muito esforço, portanto, não haveria mérito. Esse vínculo entre controle aversivo e mérito explica em parte, segundo Skinner, a resistência à utilização da tecnologia do comportamento.

O planejamento **intencional** de uma cultura, com a implicação de que o comportamento deve ser controlado, é, às vezes considerado ético ou moralmente errado. Para Skinner, Ética e moral se preocupam particularmente com tornar efetivas conseqüências remotas do comportamento (Skinner, 1971, p. 164). Essa é a preocupação prática do autor com relação ao planejamento da cultura.

Capítulo 5 - A Ética

Credita-se a Sócrates a inauguração da filosofia ética, pois ele colocou, pela primeira vez de que se tem notícia, o problema de encontrar fundamentos racionais adequados para justificar os juízos éticos. E essa justificação racional dos valores foi tomada como o centro do que se tornaria a filosofia ética tradicional. Desse modo, todas as teorias éticas ocidentais a partir de Sócrates podem ser consideradas tentativas de explicação da relação entre fatos e valores (Willard Day, 1977, p. 8).

O rápido desenvolvimento das ciências naturais no século XX deixou as discussões éticas em uma posição de relativo isolamento, pois as ciências são consideradas eticamente neutras. Então, como encontrar o lugar dos valores num mundo de fatos? (Michael, 1977, p. 293).

Quando surge a discussão sobre o controle do comportamento humano, a primeira pergunta que surge é: qual o lugar da Ética em uma proposta desse tipo? Já que a ciência é capaz de planejar ambientes, como se decide qual é o melhor ambiente? Se a ciência tem os meios, qual é o fim? Se a ciência tem ferramentas, como decidir o que vai ser feito com elas? Skinner afirma que, erroneamente, se diz que a ciência pode nos dizer como fazer coisas, embora não possa nos dizer o que fazer (Skinner em Tobach, 1971). Essa discussão se dá no campo da Ética, a qual pode estabelecer critérios para julgamento. Nesse sentido, a discussão

ética tem lugar numa ciência do comportamento, pois questões sobre valores são questões sobre comportamento humano, sobre aqueles que se põe a fazer algo por sua cultura (p. 544).

Tratamos, na Parte I do presente texto, das explicações que Skinner dá para o comportamento humano até o nível cultural, isto é, explicitamos, de forma breve e um tanto incompleta, como Skinner descreve o comportamento humano, qual sua explicação para o comportamento. Dessa maneira, a ciência do comportamento pode descrever tanto o passado como prever o futuro, o que também é uma descrição, do tipo: se acontecer isto, aquilo tem grandes chances de acontecer no futuro. Do mesmo modo que um engenheiro civil pode planejar uma casa, Skinner diz que o cientista comportamental pode planejar uma cultura, pois ele tem, ou terá em breve, um entendimento completo acerca do comportamento humano e, como cultura pode ser definida como um conjunto de práticas, ela também é objeto da ciência do comportamento. Então um cientista pode dizer como a casa pode ser construída ou como uma nova prática cultural pode ser arranjada, mas a questão que buscaremos tratar neste capítulo é se ele pode dizer, com base apenas na ciência, *se a casa deve ser construída* ou *se a prática deve ser arranjada*, ou qual casa deve ser construída, ou qual prática deve ser arranjada. A diferença está entre o *é/será/foi* e o *deve ser/seja*, entre o modo indicativo e o imperativo, entre a descrição e a prescrição. Até onde pode ir o cientista do comportamento? A resposta de Skinner nós já temos. Veremos se é possível concordar com ela.

Seria interessante, nesse momento, uma discussão a respeito dos vários sentidos históricos e filosóficos da Ética. No entanto, correríamos o risco de pecar pelo excesso de palavras ou pela falta de conteúdo. Então, decidimos por não implementar tamanha digressão e estabeleceremos apenas o que entendemos, neste texto, por Ética. De certa forma, isso já foi feito. Retomemos: a Ética é entendida aqui por um valor ou um conjunto de valores em relação ao qual justificamos determinadas ações, norteamos nossa conduta, decidimos o que é o melhor a ser feito dentre os vários caminhos possíveis.

No senso comum, a Ética se vincula necessariamente à liberdade. Vejamos: a pessoa é considerada livre, portanto, pode fazer escolhas livres, logo é responsável por elas e, conseqüentemente, pode ser julgada por ter feito esta ou aquela escolha. E aqui está a Ética, no campo dos julgamentos do que é certo e do que é errado e esse julgamento ético ultrapassa as barreiras morais, pois a Ética pode relativizar a moral. Por isso, liberdade, responsabilidade e Ética são termos tradicionalmente relacionados. Tais afirmações não nos causam estranheza, pois nosso ambiente cultural, institucional - das agências de controle - ou não, se fundamenta na filosofia do livre arbítrio.

Todavia, se, para Skinner, o comportamento humano é controlado, não pode existir liberdade, responsabilidade ou Ética nos sentidos tradicionais. Como afirma o autor:

O que queremos dizer com Bom? Como podemos encorajar as pessoas a praticar a Boa Vida? E assim por diante. Nossa explicação não responde a questões desse tipo no modo como elas são geralmente formuladas (Skinner, 1953, p. 328).

O autor assume uma posição determinista e considera o determinismo útil porque ele encoraja a busca pelas causas. No seu *Tecnologia do Ensino*, ele dá o exemplo de um professor que acredita que um estudante cria um trabalho de arte apenas exercendo alguma faculdade interna dele próprio. Esse professor não buscará as condições sob as quais seu aluno elabora trabalhos de maneira criativa; logo ele não será capaz de explicar o trabalho quando ocorrer novamente nem induzir outros estudantes a fazerem trabalhos criativos (Skinner, 1968/2003, p. 171).

Segundo Willard Day (1977), se considerarmos a análise experimental do comportamento como um avanço na Psicologia, temos fundamentos para considerar a visão de Skinner um avanço na *filosofia ética naturalista* e, neste sentido, vai além do evolucionismo social de Spencer²⁶. A base desse avanço está no conceito de reforçamento,

²⁶ Comentaremos sobre Spencer quando discutirmos a "falácia naturalista", mais à frente.

com sua concepção não intencional e não teleológica (p. 20). Não podemos encontrar um modo de vida em que não haja controle, mas é possível modificar as condições do controle.

A Ética skinneriana

Já vimos que Skinner analisa o controle ético já presente na cultura, que é aquele no qual se utilizam termos como "certo" e "errado", "bom" e "ruim" como reforçadores condicionados ou aversivos condicionados. Vimos também que as agências de controle classificam o comportamento como pecaminoso ou virtuoso, legal ou ilegal, correto ou incorreto e reforçam ou punem de acordo. Além disso, há sistemas de valores que são utilizados para justificar o controle exercido pelas agências. É necessário que exista um contracontrole com relação aos membros da agência, pois o desequilíbrio na relação de controle pode levar ao fim da agência. O contracontrole exercido sobre a agência leva seus membros a se comportarem como um legislador benevolente, um professor devotado, um terapeuta compassivo, e assim por diante; ou seja, o contracontrole sobre a agência leva seus membros a se comportarem com compaixão, com ética²⁷ (Skinner, 1974/1976, p. 210 - 211).

Ao descrever os valores, Skinner é categórico:

O que um dado grupo de pessoas chama de bom é um fato: é o que os membros do grupo acham reforçador como resultado de sua carga genética e das contingências naturais e sociais às quais eles foram expostos (Skinner, 1971, p. 122).

Não precisamos gastar muito tempo com a palavra "melhor"; ela é simplesmente o comparativo de "bom" - good - e bens - goods - são reforçadores (Skinner, 1971, p. 138).

²⁷ Entretanto, não é apenas o contracontrole que leva uma pessoa a tratar a outra bem; isso pode acontecer também porque: 1) ao tratar bem o outro, fomos reforçados por ele; 2) ferir os membros da mesma espécie reduziu as chances de sobrevivência da espécie e 3) quando ferimos os outros, fomos feridos por eles (Skinner, 1974/1976, p. 211).

Ou seja, a questão principal, também na discussão sobre valores, no Behaviorismo Radical, é a mudança de foco de determinantes internos para contingências ambientais, de entidades hipotéticas intangíveis para fenômenos observáveis. Dessa forma, Skinner desfaz a dicotomia fato *versus* valor.

Os valores que afetam aqueles que lidam com outras pessoas nos fornecem bons exemplos da importância dessa mudança de paradigma. Skinner cita aqueles que lidam com pessoas mais jovens ou com idosos, prisioneiros, psicóticos ou pessoas com necessidades especiais (Skinner, 1978). Por que essas pessoas muitas vezes são maltratadas? Porque seus cuidadores não têm compaixão, benevolência, simpatia ou nenhuma consciência? Segundo o autor, a resposta é não. Skinner afirma que o fato importante é que essas pessoas são incapazes de estabelecer contracontrole (p. 53).

Procuraremos discutir aqui a Ética skinneriana, no sentido de que Skinner parece ter elaborado uma reflexão sobre o "dever", sobre o que deve ser feito e sobre valores, sobre o referencial, o critério, a partir do qual se devem fazer os julgamentos e os planejamentos culturais. De acordo com Willard Day (1977), Skinner responde afirmativamente à pergunta sobre se a ciência do comportamento, além de nos dizer *como* mudar o comportamento, pode nos dizer *quais* mudanças devem ser feitas. E essa resposta coloca a teoria skinneriana numa posição de enorme interesse para a filosofia contemporânea (p. 12).

Já vimos que o fato de o Behaviorismo Radical mudar o foco de um agente interno para os determinantes ambientais não significa que a teoria negligencia a questão dos valores (Skinner, 1978, p. 52). Vimos que existe uma "utopia skinneriana", isto é, uma proposta sobre *o que* poderia ser feito para tornar o mundo melhor. Entretanto, essa proposta possui um fundamento ético, um *porquê*. Por que um *Walden II* seria melhor para a humanidade? Em que *valor* Skinner se baseia para argumentar em defesa da tecnologia do comportamento como um *bom* caminho para a humanidade, para a cultura como um todo? "Se uma análise

científica pode nos dizer como mudar o comportamento, ela pode nos dizer quais as mudanças a serem feitas?" (Skinner, 1971, p. 97). Analisaremos, a seguir, **como o autor inferiu sua Ética a partir dos fundamentos do Behaviorismo Radical**.

Inicialmente, podemos partir da afirmação de Skinner: "Não há nenhuma verdade absoluta em juízos de valor" (Skinner em Tobach, 1971, p. 545). Por tudo o que foi visto sobre a teoria skinneriana até o momento, essa afirmação parece ser bastante coerente. Em seu texto de 1971 sobre juízos de valor, o autor afirma que queremos utilizar a ciência do comportamento para "melhorar a condição humana, melhorar nosso modo de vida, avançar em direção a um mundo melhor. Mas o que significa melhor? O que é bom em uma vida boa? O que é progresso? Diz-se que essas são questões sobre 'juízos de valor'. Não são questões sobre fatos, mas sobre como nos sentimos sobre fatos" (Skinner em Tobach, 1971, p. 544). Então, fazer um juízo de valor é classificar algo em função de seus efeitos reforçadores.

Uma análise ambiental, ao contrário de uma análise que se baseia em determinantes intrínsecos ao ser humano, tem uma vantagem especial na promoção de um tipo de valor que se preocupa com o bem da cultura (Skinner, 1978, p. 53). O projeto deliberado, intencional, de uma cultura significa a introdução de uma prática cultural *por causa de suas conseqüências*. Todavia, afirma o autor, tais conseqüências efetivas se encontram no passado, pois uma mudança na prática é feita porque mudanças similares tiveram certas conseqüências no passado. Por outro lado, o planejamento da cultura diz respeito ao futuro; logo, o projetista, o planejador cultural, prescreve o futuro por causa do passado²⁸.

É possível entender melhor o projetista cultural estudando eventos anteriores em seu ambiente que o levaram a defender uma mudança cultural. Tal interpretação do comportamento do projetista desemboca em questões clássicas a respeito de juízo de valor,

²⁸ No sentido de garantir o futuro, as instituições têm papel importante, pois podem estabelecer contingências que fortalecem comportamentos com conseqüências remotas (mesmo além da vida do indivíduo que se comporta). O problema apontado por Skinner é que nem sempre o futuro das instituições é coerente com o futuro da humanidade.

pois a questão é: uma ciência do comportamento pode dizer ao projetista qual mudança cultural produziria um dado resultado, mas ela pode ditar que tipo de resultado ele deveria (*should*) produzir? A expressão “*should*” nos levaria ao âmbito dos juízos de valor - "gerar questões não sobre fatos, mas sobre como os homens se sentem sobre os fatos, não sobre o que o homem *pode* fazer, mas sobre o que ele *deve* fazer" (Skinner, 1971, p. 97) -, que é geralmente entendido como um tipo de conhecimento paralelo ao conhecimento de fato, ao qual se restringiria a ciência. Skinner se pergunta se o planejamento de uma cultura precisaria ir além da ciência, até o campo dos juízos.

Sua resposta é afirmativa, mas, como fez em relação à mente, ele dá outra definição para os bens, os valores e, portanto, para os juízos de valor. Desse modo, a ciência do comportamento pode ir também ao campo dos juízos, mas, neste caso, eles não se referem mais a algo transcendental, metafísico, mental ou a qualquer outro tipo de objeto imaterial, com uma ontologia diferente das coisas do mundo. Da mesma forma como a mente, com sua definição funcional dada pelo Behaviorismo Radical, pode ser objeto de estudo da ciência do comportamento, assim também os valores, com sua definição funcional estabelecida pelo Behaviorismo Radical, podem ser objeto da ciência do comportamento. A ciência do comportamento é, afirma Skinner, uma ciência dos valores (Skinner, 1971, p. 99), pois: os juízos de valor se referem ao que uma pessoa sente sobre determinado fato; esse sentimento é um dos efeitos do reforçamento e o reforçamento operante é objeto da ciência do comportamento.

Segundo o autor (Skinner, 1978, p. 52), há um erro na expressão "juízo de valor", pois ela pressupõe que um agente interno iniciador deve julgar as coisas como boas ou ruins. De forma coerente com o Behaviorismo Radical, uma origem muito mais efetiva dos valores deve ser encontrada nas contingências ambientais. O que é considerado bom são reforçadores positivos, que reforçam por causa das contingências de sobrevivência sob as quais uma

espécie evoluiu. O que chamamos de ruim são reforçadores negativos (Skinner, 1971, p. 98). Desse modo, a filogênese estabeleceu reforçadores que, paralelamente, fortalecem o comportamento e nos fazem sentir bem²⁹. Então, **valores são reforçadores - e, nesse sentido, são fatos - enquanto que os juízos de valor são respostas verbais a respeito do que uma pessoa sente sobre determinados fatos**. Todos os reforçadores derivam seu poder, direta ou indiretamente - por condicionamento - da seleção natural. Fazer um juízo de valor chamando algo de bom ou de ruim é fazer uma classificação em termos dos efeitos reforçadores. A classificação é importante quando os reforçadores começam a ser usados por outras pessoas (p. 99) e por grupos organizados.

Dessa forma, é possível afirmar que o Behaviorismo Radical pode também sustentar uma ciência dos valores. Para tornar isso possível, ao menos teoricamente, Skinner implementou uma modificação ontológica em modelos filosóficos tradicionais que, ao mesmo tempo em que consideravam mente e corpo como coisas substancialmente diferentes, também entendiam que fatos pertenciam ao mundo material e valores pertenciam ao mundo imaterial, composto por algum outro tipo de substância. Ou seja, de modo coerente com o fim do problema mente / corpo, Skinner põe fim ao problema fato / valor ao considerar que os valores podem ser objeto de uma ciência do comportamento. O autor entende como necessariamente mentalista qualquer busca por fundamentos racionais adequados para justificar juízos éticos (Willard Day, 1977, p. 8). E, considerando que a busca das relações lógicas entre fato e valor é a questão central da filosofia ética (p. 9), poderíamos concluir, da argumentação de Skinner, que, por causa da sua ciência dos valores, a filosofia ética perderia grande parte de sua utilidade, senão totalmente.

²⁹ Há casos em que essa conexão não ocorre: pode haver um evento que fortaleça determinada resposta, mas que, por outro lado, não provoque sentimentos considerados bons. Este caso demonstra a posição privilegiada do analista do comportamento, pois, mesmo com relação à análise dos valores, ele está em melhor posição que o próprio indivíduo que sente: o que é bom é o que fortalece, mas não necessariamente o que gera sentimentos bons. Isso aponta para o fato de que "um falante nem sempre descreve acuradamente seus bens pessoais" (Dittrich, 2004, p. 223).

De fato, a ciência dos valores de Skinner pode ir além da simples descrição dos valores e dos juízos de valor. Ela pode ditar o que é o melhor a ser feito para a cultura, pois o projetista cultural, ao dizer o que *deveria* ser feito, elabora nada mais do que uma descrição e predição de conseqüências. Por isso, segundo Skinner, não é verdade que proposições contendo expressões do tipo "deveria" - "*should*" - não tenham lugar no discurso científico (Skinner, 1953). Há, de acordo com o autor, ao menos um uso para o qual uma tradução aceitável pode ser feita. Por exemplo, a sentença "Você deveria levar o guarda-chuva" pode significar: "Você será reforçado se levar o guarda-chuva". No sentido de que implica que levar o guarda-chuva será reforçador, uma sentença como "você deve levar o guarda-chuva" é um juízo de valor. Ou, mais detalhadamente: manter-se seco é reforçador para você, levar o guarda-chuva mantém você seco na chuva e vai chover (p. 429).

Todas estas proposições, segundo Skinner, estão no campo da ciência. Além disso, a expressão "deveria" é bastante utilizada no controle exercido pelo grupo ético, governamental e religioso. Então, a frase "Você deveria levar o guarda-chuva" pode ser aversiva, logo o indivíduo pode se sentir culpado se não obedecer e, conseqüentemente, ele obedecerá. Isso, segundo Skinner, não é mais que um comando implícito e não possui mais conexão com um juízo de valor do que com uma proposição científica de fato. A proposta de um projetista cultural pode ser uma descrição de contingências e predição de conseqüências. Às vezes, elas são facilmente especificáveis, como quando se diz que o grupo deveria desaprovar o roubo porque seus membros evitarão a perda de propriedade. Outras vezes, as conseqüências são menos óbvias, como quando se propõe evitar o controle aversivo na educação (Skinner, 1953, p. 430). De acordo com Willard Day (1977, p. 10), o ponto é que não há nenhuma grande diferença entre **falar sobre valores** e **falar sobre fatos**, pois ambos dizem respeito a respostas discriminativas. O mundo dos valores, para Skinner, é o mesmo do mundo dos fatos.

Sentenças com *should* em contingências nas quais uma pessoa é induzida a se comportar pelo bem dos outros trazem questões mais difíceis:

"Você deve contar a verdade" é um juízo de valor na medida em que se refere a contingências reforçadoras. Poderíamos traduzir da seguinte forma: "Se você é reforçado pela aprovação de seus companheiros, você será reforçado quando contar a verdade". O valor deve ser encontrado nas contingências sociais mantidas com propósitos de controle. (Skinner, 1971, p. 107).

De acordo com o autor, **a questão crucial com relação a valor refere-se a outro significado da palavra “deveria”, no qual conseqüências mais remotas estão implicadas.** Haveria um paralelo científico para este tipo de valor? Para Skinner, **esse valor se refere à sobrevivência da cultura.** Há um terceiro tipo de seleção, conforme vimos no Capítulo 3 do presente trabalho, que se refere às práticas culturais, cujo processo é o seguinte: o grupo adota determinada prática que, como parte do meio social, modifica o comportamento dos membros do grupo. O comportamento resultante pode afetar o sucesso do grupo em competição com outros grupos ou com o meio não social. Práticas vantajosas para esse sucesso tendem a ser características de grupos que sobrevivem e, por isso, perpetuam essas práticas. Assim, diz-se que elas têm valor de sobrevivência.

Então, Skinner propõe: a sobrevivência poderia ser o critério de acordo com o qual uma dada prática cultural pode ser avaliada. O critério é relativo, porque uma cultura boa em uma época pode não o ser em outra. Como sobrevivência pressupõe competição, mesmo que com o ambiente não social, parece não ser possível definir uma cultura como boa na ausência de competição (Skinner, 1953, p. 431).

No texto de 1971, Skinner afirma que, ao se tornar claro que uma cultura pode sobreviver ou perecer, alguns de seus membros podem começar a agir para promover a sobrevivência dela; surge, então, **um terceiro valor que pode afetar aqueles que estão em**

posição de fazer uso de uma tecnologia do comportamento; esse valor é o bem da cultura. As linhas gerais de uma tecnologia já estão quase esclarecidas. Fala-se, então, em modificação do comportamento: o comportamento pode ser modificado ao se modificarem as condições das quais ele é função. O autor considera (Skinner, 1971) que tal tecnologia é eticamente neutra, pois não há nada numa metodologia que determine os valores que governam seu uso. Contudo, afirma que “nós nos preocupamos aqui, entretanto, não meramente com práticas, mas com o planejamento da cultura como um todo, e o valor de sobrevivência de uma cultura então emerge como um tipo especial de valor” (p. 143). Portanto, uma tecnologia do comportamento é eticamente neutra, porém o uso que se faz dela no planejamento da cultura como um todo deve se basear em algum tipo de valor; então, Skinner elege seu valor: a sobrevivência da cultura.

Os outros dois são os bens pessoais, que são reforçadores por causa da carga genética humana, e os bens dos outros, que são derivados dos reforçadores pessoais³⁰. Os bens dos outros têm sua origem nos bens pessoais que são usados no controle do comportamento de outras pessoas. "Os bens dos outros se tornam particularmente poderosos quando os 'outros' são organizados" (Skinner em Tobach, 1971, p. 545), isto é, o controle intencional “pelo bem dos outros” se torna mais poderoso quando é exercido por organizações religiosas, governamentais, econômicas e educacionais (Skinner, 1971, p. 110). O indivíduo pode até mesmo morrer por seu país ou em defesa de sua religião.

Considerando-se que não é possível derivar reforçadores atuais de algo tão remoto quanto a sobrevivência da cultura, por que alguém deveria considerar a sobrevivência de sua cultura como um bem? Skinner afirma que o que uma pessoa sente sobre a sobrevivência de

³⁰ Com relação aos reforçadores primários, produtos da filogênese, Skinner esclarece: "O homem desenvolveu uma estrutura, uma natureza humana, se preferir, em relação à qual certas coisas são boas, no sentido de que elas aumentam a probabilidade de ele se comportar de determinadas maneiras quando [o comportamento é] seguido de tais coisas. Essas coisas também são agradáveis [*feel good*], mas não é por isso que são reforçadoras" (Skinner em Tobach, 1971, p. 545).

sua cultura dependerá das medidas usadas pela cultura para induzir seus membros a trabalhar pela sobrevivência dela. As medidas explicam o apoio e os sentimentos são subprodutos.

O ponto filosoficamente interessante é que, ao considerar a sobrevivência da cultura como um valor, Skinner deriva o *valor* de sobrevivência, não no nível psicológico, mas num nível semelhante a um evolucionismo social não-teleológico (Willard Day, 1977, p. 16), ou seja, numa teoria sobre a evolução da cultura baseada em conceitos não finalistas.

No Capítulo 4, discutimos a preocupação de Skinner com o futuro da humanidade: poluição, guerra, esgotamento de recursos naturais. Vimos que, segundo o autor, essa situação não pode ser resolvida pelo controle de agências cujo futuro é garantido às custas do futuro do planeta. Tanto os *bens pessoais* como os *bens dos outros* parecem, na opinião do autor, não ter muito a oferecer enquanto guias para aqueles que fazem algo pelas práticas culturais (Skinner em Tobach, 1971, p. 548). Esse papel caberia ao terceiro tipo de valor e se refere ao bem da cultura.

Em seu texto de 1969, o autor afirma que a cultura é uma “coisa” que tem vida própria e que pode, portanto, sobreviver ou perecer. Ao mesmo tempo, essa “coisa” é um sistema dinâmico - *ongoing system* (Skinner em Tobach, 1971, p. 548). Skinner considera que a sobrevivência de uma cultura considerada apenas como um conjunto de práticas, consideradas à parte daqueles (*quite apart from those*) que as praticam, pode ser tomada como base para um planejamento.

E, na defesa da sobrevivência enquanto bem da cultura, o autor tenta argumentar perguntando-se por que alguém deveria se preocupar se seu modo de vida sobrevive ou contribui para o modo de vida do futuro. E responde que “não há nenhuma boa razão, mas se sua cultura não o convenceu de que há, pior para ela” (Skinner, 1969, p. 40; em Tobach, 1971, p. 549). Gostemos ou não, sobrevivência é o valor pelo qual seremos julgados. A cultura que

leva a sobrevivência em consideração tem mais chances de sobreviver (p. 46). O principal problema, segundo Skinner, é que é difícil prever futuras conseqüências de novas práticas.

Muito do que uma pessoa faz para promover a sobrevivência de uma cultura não é intencional, ou seja, não é feito porque aumenta o valor de sobrevivência. Uma cultura sobrevive se aqueles que a sustentam sobrevivem, e isso depende em parte de certas suscetibilidades genéticas ao reforçamento. Práticas que induzem o indivíduo a trabalhar pelo bem dos outros provavelmente promoverão a sobrevivência dos outros e, assim, a sobrevivência da cultura que os outros sustentam. Instituições podem derivar reforçadores efetivos de eventos que ocorrerão somente após a morte do indivíduo. O indivíduo não é diretamente afetado por esses eventos, ele simplesmente ganha reforçadores condicionados usados pelos outros membros de sua cultura. Para Skinner, não é necessário explicar a origem das práticas culturais para explicar a sua contribuição para a sobrevivência da cultura. O fato é que uma cultura que, por qualquer razão, induz seus membros a trabalhar pela sobrevivência dela ou de algumas de suas práticas mais provavelmente sobreviverá. **“Sobrevivência é o único valor de acordo com o qual uma cultura pode ser eventualmente julgada e qualquer prática que promova sobrevivência tem valor de sobrevivência por definição”** (Skinner, 1971, p. 130) [grifo nosso].

Uma cultura deve permanecer relativamente estável, mas ela precisa se modificar para aumentar seu valor de sobrevivência. Ao falar sobre criatividade, Skinner afirma que as mudanças que explicam a evolução da cultura são as novidades, as inovações, as idiossincrasias provenientes do comportamento dos indivíduos, embora algumas delas sejam prejudiciais. "Podemos, portanto, aceitar a suposição geral daqueles que defendem a liberdade, a pesquisa e as ações criativas segundo a qual assim como as variações obviamente perigosas ou prejudiciais podem ser evitadas ou corrigidas, qualquer coisa que encoraje a

individualidade é provavelmente um movimento na direção correta" (Skinner, 1968/2003, p. 171 - 172)³¹.

Na opinião do autor, a cultura que não convence seus membros a trabalhar para a sobrevivência dela está em desvantagem. Apesar de ser difícil explicar qualquer ação que seja projetada para fortalecer uma única cultura para toda a humanidade, é possível apontar muitas razões pelas quais as pessoas deveriam atualmente se preocupar com o bem de toda a humanidade: os grandes problemas do mundo de hoje são globais, como a superpopulação, a poluição, a escassez de recursos, um possível desastre nuclear. Nesse sentido, por se preocupar com o futuro da humanidade, Skinner se definiria como um humanista (Skinner, 1978, p. 54).

Os mesmos três tipos de valor estão presentes no planejamento de práticas culturais, da cultura como um todo. Se o projetista for um individualista, ele vai planejar um mundo em que ele esteja sob o mínimo controle aversivo e considerará seus próprios valores como valores últimos. Se ele tiver sido exposto a um ambiente social apropriado, ele planejará pelo bem dos outros, possivelmente com a perda de bens pessoais. Mas, se ele se preocupa primeiramente com o valor de sobrevivência, ele planejará uma cultura tendo em vista se ela funcionará (Skinner, 1971, p. 144).

Quando uma cultura induz alguns de seus membros a trabalhar por sua sobrevivência, eles deverão prever, a partir de sinais atuais, algumas dificuldades que a cultura poderá enfrentar para que seja possível modificar algumas práticas. Às vezes, não é necessário prever o futuro para perceber alguns caminhos pelos quais a força de uma cultura depende do comportamento de seus membros: por exemplo, se eles conservam seus recursos naturais, se

³¹ É importante observar que essa defesa da individualidade é elaborada pelo autor para rebater críticas de acordo com as quais um ensino baseado na análise do comportamento ameaçaria a criatividade e a individualidade dos alunos. Por definição, segundo Skinner, um comportamento original não pode ser ensinado, porém é possível ensinar o estudante a organizar o ambiente de forma a aumentar a probabilidade de ocorrerem respostas originais (Skinner, 1968/2003, p. 180). Da mesma forma como um estudante criativo deve ser capaz de variar seu repertório, uma cultura deve variar suas práticas para aumentar suas chances de sobrevivência.

eles mantêm um ambiente seguro e saudável, se eles transmitem a cultura para as gerações seguintes e se eles examinam as próprias práticas culturais e experimentam práticas novas, pois a cultura é muito semelhante ao ambiente experimental utilizado na análise do comportamento. Ambos são conjuntos de contingências de reforço, portanto, planejar uma cultura é como planejar um experimento. Porém, num experimento, nos preocupamos com o que acontece; na cultura, preocupamo-nos se ela funcionará. Esta, de acordo com o autor, é a **diferença entre a ciência e a tecnologia** (Skinner, 1971, p. 145 - 146).

Para se aceitar sobrevivência como critério de juízo de uma cultura, parece ser necessário abandonar princípios como felicidade, liberdade e virtude (Skinner, 1953, p. 432). Houve épocas em que uma cultura sobreviveu apenas porque submetia parte de seus membros à escravidão. Sobrevivência aparece tarde entre os então chamados valores porque o efeito da cultura sobre o comportamento humano e conseqüentemente sobre a perpetuação da própria cultura pôde ser demonstrado somente quando uma ciência do comportamento humano se desenvolveu (p. 433).

Há, todavia, segundo Skinner, uma grande dificuldade com relação ao **valor de sobrevivência. Ele não terá um efeito útil no comportamento do projetista cultural a menos que ele possa realmente calcular o valor de sobrevivência e isso não parece ser sempre possível.** É possível mudar o padrão familiar para deixar as pessoas mais felizes, mas não temos certeza de que pessoas felizes têm mais chance de sobreviver no mundo atual. As situações práticas se mostram mais complexas que aquelas controladas em laboratório, por conterem mais variáveis, sendo algumas delas desconhecidas. Mesmo assim, garante o autor, a ciência pode contribuir, pois pode chegar a conclusões a partir de processos simples. Além disso, a demonstração de princípios básicos nos possibilita ver tais processos funcionando em situações complexas. Outra contribuição de uma ciência rigorosa do comportamento é tornar efetivo um tipo diferente de conseqüência remota, a longo prazo, quando nos leva a

reconhecer sobrevivência como critério para avaliar uma prática de controle. Segundo Skinner, talvez a maior contribuição de uma ciência do comportamento para a avaliação de práticas culturais seja a insistência na experimentação. Apesar de a ciência não poder ditar um curso de ação, ela pode tornar mais provável que o caminho mais adequado seja seguido (Skinner, 1953, p. 434 - 436).

Mostrando como as práticas governamentais modelam o comportamento dos governados, a ciência pode nos levar mais rapidamente ao projeto de um governo que promova o bem-estar dos governados. Geralmente se usam termos como liberdade, segurança, felicidade e conhecimento para descrever as condições requeridas para tal estado. O critério de sobrevivência também funciona para o interesse dos governantes e governados. Mas é possível prever que esse critério poderá tomar primeiro lugar nas considerações daqueles que se engajam num projeto de cultura. Governo em benefício dos governados é facilmente classificado como uma questão ética ou moral. Isso não significa que o projeto de governo é baseado em princípios absolutos de certo e errado, mas que está sob controle de conseqüências de longo prazo (Skinner, 1953, p. 444). Neste sentido, embora seja possível condenar a escravidão porque o controle aversivo de um indivíduo é aversivo para outros, porque é “errado” ou porque é “incompatível com a nossa concepção de dignidade humana”, uma consideração alternativa no projeto de uma cultura pode ser que a escravidão reduz a efetividade dos escravizados e tem sérios efeitos sobre os outros membros do grupo.

Para o autor, não há dúvida de que os princípios éticos e morais têm sido valiosos no projeto de práticas culturais e, provavelmente, os princípios que estão conosco hoje se mostraram mais valiosos nesse sentido, pois foram selecionados. Mas o valor último de sobrevivência de nenhum conjunto de princípios está garantido. A ciência pode nos levar mais rapidamente a reconhecer a força última do governo, ao nos descrever o efeito de uma dada prática sobre o comportamento e o efeito que aquele comportamento tem para a sobrevivência

do grupo. Segundo Skinner, se uma ciência do comportamento puder descobrir as condições de vida que levam à força última dos homens, ela poderá estabelecer “um conjunto de valores morais que, por serem independentes da história e da cultura de qualquer grupo, poderá ser amplamente aceito” (Skinner, 1953, p. 444).

Embora a ciência possa contribuir para o projeto de uma cultura, a pergunta sobre quem deve se engajar em tal projeto permanece sem resposta. Se olharmos para as conseqüências de longo prazo para o grupo, a questão é: “Quem deve controlar para que a cultura sobreviva?”, ou “Quem controlará no grupo que consegue sobreviver?”. O controle mais efetivo, do ponto de vista da sobrevivência, provavelmente será baseado nas estimativas mais confiáveis do valor de sobrevivência das práticas culturais. Como a ciência do comportamento busca demonstrar as conseqüências das práticas culturais, é coerente acreditar que tal ciência será uma marca essencial nas culturas que sobrevivem.

Isso não significa que os cientistas vão se autoproclamar governantes, nem que alguém com os métodos e resultados da ciência possa se colocar fora do fluxo da história e tomar a evolução do governo em suas mãos (Skinner, 1953, p. 446), porque a ciência não é livre, ela faz parte do curso da história. Se a cultura se fortalece com o fato de sua ciência do comportamento progredir, pode-se prever que a ciência continuará a evoluir e que a nossa cultura fará uma contribuição essencial ao ambiente social do futuro.

Em seu texto de 1969, Skinner se pergunta se será a *nossa* - nesse sentido, acreditamos que o autor se refere à cultura estadunidense da época - cultura que sobreviverá e contribuirá mais para a cultura do futuro. Ele acha que sim e dá seus motivos: as pessoas dessa cultura gostam das vantagens da própria prática de mudar práticas; consideram as conseqüências; são pragmáticas, isto é, se preocupam com bons resultados; mudam práticas prontamente porque não são muito presas a revelações ou leis imutáveis e, por razões semelhantes, são livres para

seguir uma ciência do comportamento. Acima de tudo, segundo o autor, reconhecem a necessidade do planejamento explícito de um modo de vida³².

Torna-se claro, então, que Skinner nega os valores tradicionais e elege a sobrevivência da cultura como o referencial, o valor supremo, no qual devem se basear os planejamentos culturais:

Uma análise científica do comportamento humano e da evolução genética e cultural não pode fazer da liberdade individual o objetivo do planejamento cultural. O indivíduo não é uma origem ou fonte. Ele não inicia nada. Nem é ele que sobrevive (...) O que sobrevive são a espécie e a cultura. Elas vão 'além do indivíduo' no sentido de que elas são responsáveis por ele e sobrevivem a ele [outlive him]. Porém, uma espécie não tem existência alguma sem seus membros ou uma cultura sem as pessoas que a praticam. É apenas através dos efeitos sobre os indivíduos que as práticas são selecionadas ou planejadas (Skinner, 1969, p. 48).

Já que a liberdade - e os conceitos relacionados a ela - não pode ser o objetivo do planejamento cultural sob a ótica do Behaviorismo Radical, esse planejamento deve, então, se basear no valor de sobrevivência, que passa a ser uma diretriz, uma referência, um ponto de comparação, uma medida, um critério para o planejador cultural. Portanto, quando Skinner estabelece esse valor, ele não especifica o que deve ser feito pela sobrevivência da cultura, mas afirma por que deve ser feito. "O que" será feito com base no mesmo valor pode variar enormemente de uma cultura para outra.

Todavia, há textos em que o autor explicita "o que" ele acredita ter maior valor de sobrevivência, ou seja, ele propõe práticas para a cultura. No romance *Walden II*, ele descreve a sua utopia, uma comunidade cujas práticas foram planejadas por meio de técnicas

³² Em 1986, a previsão de Skinner está, de certa forma, se cumprindo: o "modo de vida americano" está sendo espalhado pelo mundo, porém, o autor percebe que a sobrevivência e a supremacia de sua cultura não se deram da melhor forma possível, pois as pessoas são infelizes, apesar de abastadas.

comportamentais. Outras obras não literárias do autor apresentam propostas políticas que se baseiam em sua Ética, ou seja, no valor de sobrevivência: o governo para o bem-estar dos governados, o controle face-a-face e os direitos condicionais (ver **ANEXO 3**). Falamos em "propostas políticas" porque Skinner se refere a modificações as quais deveriam ser implementadas no nível da agência de controle chamada Governo. Em todas as suas propostas, o critério utilizado é o da sobrevivência. E Skinner é categórico: "Sobrevivência é o único valor de acordo com o qual uma cultura pode eventualmente ser julgada, e qualquer prática que promova a sobrevivência tem valor de sobrevivência por definição" (Skinner, 1971, p. 130)³³.

Um fator importante e decisivo é que, embora possamos planejar novas mutações inventando novas práticas culturais, não sabemos de onde virão outras mutações nem podemos prever com certeza seu valor de sobrevivência. Não há como alguém prever estágios mais avançados na história da evolução. "Não está na natureza da evolução que isso seja possível" (Skinner em Tobach, 1971, p. 551).

O conflito ético

Um grande problema em relação à sobrevivência enquanto valor é que ela é promovida, muitas vezes, por comportamentos que podem, além de não ter conseqüências reforçadoras, ter conseqüências punitivas. De certa forma, a cultura corrige disposições inatas que não estejam de acordo com a cultura. Ao discutir planejamento deliberado da cultura, Skinner afirma que os reforçadores que as culturas usam para induzir seus membros a

³³ Surgem duas questões quanto a práticas culturais e seu valor de sobrevivência. Uma é comentada por Skinner em 1986 e diz respeito a medidas culturais que tornaram a espécie humana mais suscetível a doenças que antes não existiam. Outra questão é sobre cuidados com pessoas incapacitadas, que nascem com deficiências físicas ou mentais. Algumas culturas indígenas têm a prática de matar crianças com necessidades especiais. A nossa cultura adota a prática oficial de cuidar dessas pessoas. Sob o ponto de vista da ética skinneriana, qual das duas práticas fortalece mais a cultura, qual das duas teria maior valor de sobrevivência e, deveria, portanto, ser adotada?

trabalharem pela sobrevivência da cultura estão geralmente em conflito com os reforçadores pessoais (Skinner, 1971, p. 168 - 169).

É possível que contingências ontogenéticas determinadas por práticas culturais sejam incompatíveis com algumas suscetibilidades filogenéticas. Isso é, de certa forma, descrito por Skinner no relato de um experimento em que um pombo faminto estava sendo treinado para guiar mísseis. O reforçamento era feito com comida e em um esquema que gerava uma alta taxa de respostas, as quais consistiam em bicar um alvo projetado num disco plástico. O pombo começou a bicar a comida na mesma frequência com que bicava o alvo. A taxa de respostas era tão alta que ele não conseguia mais comer e começou a ficar faminto. Pode-se concluir então que contingências ontogenéticas suprimiram uma das mais poderosas atividades filogenética: se alimentar. Daí é possível inferir que o comportamento de homens civilizados mostra o quanto as variáveis ambientais podem esconder um repertório herdado da filogênese (Skinner, 1969, p. 192 - 193).

Segundo Skinner, a Ética é uma referência ao bem geral do grupo como um todo agora e, principalmente, no futuro. **É o princípio que mantém o grupo a longo prazo.** “A Ética é principalmente uma questão do conflito entre conseqüências imediatas e remotas” (Skinner, 1987, p. 6). Importantes processos de auto manejo estão nos campos da Ética e da moral, onde os conflitos entre conseqüências imediatas e remotas são considerados (Skinner, 1978, p. 52). A espécie humana criou um mundo em que algumas de suas suscetibilidades genéticas a reforçamento, ou seja, produtos de sua filogênese, estão ultrapassadas. Por exemplo, fazer sexo é extremamente reforçador, mas em um mundo em que há o perigo da superpopulação, a procriação pode trazer conseqüências aversivas a longo prazo e prejudiciais ao grupo. É papel da cultura selecionar práticas que favoreçam a sobrevivência do grupo. Aqui está o principal problema da Ética: o conflito entre conseqüências imediatas e conseqüências futuras.

O que é bom para um nível de seleção pode ser ruim para um outro nível. E não há nada de inconsistente ou contraditório nesses usos de "bom" e "ruim", ou em qualquer outro juízo de valor, desde que seja especificado o nível de seleção (Skinner, 1981, p. 504). As contingências estabelecidas pelas agências de controle as quais induzem os indivíduos a agirem pelo "bem dos outros" podem se tornar muito poderosas, a ponto de encobrir contingências envolvendo reforçadores pessoais. Então o indivíduo pode ficar sob um controle excessivo ou conflitante (Skinner, 1971, p. 111). Isso ocorre quando as regras religiosas impedem o sexo antes do casamento, ou quando um morador de rua faminto observa os clientes de um elegante restaurante se esbaldando com pratos caros, ou quando a criança não pode brincar porque precisa estudar, ou quando consumidores passam horas nas filas dos shoppings em época de Natal, ou quando um militar vai à guerra para defender seu país. Poucos exemplos dentre tantos possíveis nos quais os "bens pessoais" e os "bens dos outros" estão em conflito.

Skinner nega que defenda o sacrifício de liberdades pessoais pelo bem da cultura (Skinner, 1978, p. 197). Ele defende o bem da cultura. Entretanto, diz que o sacrifício dependerá de como as pessoas são induzidas a trabalhar por esse valor. Se o controle for aversivo, haverá sacrifício, mas, se o controle ocorrer por reforçamento positivo, não haverá sacrifício e as pessoas se sentirão mais livres (p. 197 - 198), sentirão que lutam pelo bem da cultura porque querem, por vontade própria. Isso pode ser confirmado desde a Grécia antiga. Dodds, segundo Skinner (1971, p. 104 - 105), diz que os gregos homéricos lutaram com grande entusiasmo para atingir não a felicidade, mas a estima de seus companheiros. Nesse sentido, a felicidade, afirma Skinner, pode ser tomada como representante dos reforçadores pessoais que podem ser atribuídos ao valor de sobrevivência e a estima pode representar alguns dos reforçadores condicionados utilizados para induzir uma pessoa a se comportar pelo bem dos outros. Porém, observa ele, todos os reforçadores condicionados derivam seu poder,

em última instância, dos reforçadores pessoais e, dessa forma, da história evolutiva da espécie.

Uma cultura pode induzir um herói a morrer por seu país ou por sua religião. Porém Skinner esclarece que o sacrifício pessoal pode ser um exemplo dramático de conflito de interesses entre o grupo e seus membros, contudo isso seria produto de um mau planejamento. Sob contingências melhores, o comportamento que fortalece a cultura pode ser altamente reforçador (Skinner, 1969, p. 41). Então, a preocupação ética fundamental de Skinner é que devemos analisar as condições ambientais das quais o comportamento do indivíduo é função para que possamos planejar práticas culturais melhores, que promovam o bem individual, o bem maior para o maior número de pessoas [*the greatest good of the greatest number*] e o bem da cultura ou da humanidade como um todo (Skinner, 1978, p. 55).

É preciso deixar claro que, numa discussão sobre o que é melhor, existe pouco espaço para afirmações categóricas, que sejam absolutamente verdadeiras. A Ética skinneriana, ao tomar parte nessa discussão, propõe seu valor, seu bem supremo. Contudo, apesar da insistência na promoção do valor de sobrevivência, Skinner reconhece a impossibilidade de haver critérios absolutos que justifiquem a eleição de seu valor, ou de qualquer outro. Ele afirma: “Não me pergunte por que eu quero que a humanidade sobreviva. Eu posso lhe dizer por que apenas no sentido em que o fisiologista pode dizer por que eu quero respirar” (Skinner, 1972, p. 36). Ou seja, o autor não pode lançar mão de critérios absolutos para justificar por que ele elegeu a sobrevivência como valor supremo de uma cultura. Ele pode, isso sim, explicar (aqui, entenda-se *explicar* como *descrever*) por que elegeu o bem da cultura baseando-se em pressupostos científicos - e certamente ele se referia à ciência do comportamento -, assim como faria um fisiologista se fosse chamado a explicar por que ele quer respirar.

De acordo com o autor, é possível - e já vem sendo feito de várias maneiras diferentes - induzir o homem a trabalhar pelo fortalecimento da humanidade como um todo. Contudo, seria um erro tentar justificar isso em algum sentido absoluto. "Não há nada fundamentalmente certo em relação à sobrevivência de uma cultura, não mais do que existe de fundamentalmente correto sobre o conjunto de traços que define uma espécie" (Skinner em Tobach, 1971, p. 550).

Epílogo

Em 1986, em um de seus últimos textos, Skinner se refere a uma parte do mundo, à qual ele dá o nome de Mundo Ocidental. O autor afirma que a população que vive sob as democracias ocidentais atingiram um grau razoável de afluência, liberdade e segurança; porém, essas pessoas não são felizes. Então há algo de errado no modo de vida ocidental e que não deveria ser copiado pelo restante da população do planeta. Talvez seja estranha essa preocupação recente de Skinner com a felicidade. O que importava não era a sobrevivência da cultura? Não é esse o valor supremo? No entanto, ele se vê numa sociedade cujo futuro parece estar garantido, onde parece haver uma estabilidade e cujo modo de vida se espalha por todo o mundo; todavia, mesmo com tudo isso, as pessoas estão infelizes. Então, o que o autor havia prescrito em 1969 - que o problema não é planejar um modo de vida do qual os homens de hoje vão gostar, mas um modo de vida do qual aqueles que viverão nele irão gostar - parece negligenciar algo de fundamental.

Skinner afirma que a felicidade não é o problema mais sério no mundo, mas - para nossa surpresa - pode-se dizer que seja o problema final (Skinner, 1986, p. 568). Nesse sentido o autor parece pender para uma nova Ética que talvez pudesse ser adicionada à primeira, cujo valor fundamental era a sobrevivência da cultura. Nessa nova Ética, além da

pergunta: *de que modo essa prática promoverá a sobrevivência da cultura?*, poderíamos supor uma pergunta do tipo: *de que modo essa prática promoverá a felicidade dos indivíduos?* Essa modificação já se delineava no texto de 1969, quando ele afirma que, numa cultura bem planejada, o comportamento que fortalece a cultura poderia ser altamente reforçador (Skinner, 1969, p. 41). Logo, os sentimentos, como a felicidade, continuam sendo subprodutos das contingências estabelecidas numa cultura. Todavia, sob o ponto de vista ético, isto é, sob o ponto de vista do referencial para planejamentos futuros, Skinner passa a dar maior ênfase à felicidade.

O autor busca, então, explicar, por meio de seu arcabouço teórico, o que há de errado nesse modo de vida em que as pessoas são abastadas, porém infelizes. E conclui que o problema está em práticas culturais que evoluíram por causa dos efeitos prazerosos do reforçamento e deixaram de lado boa parte de seu efeito fortalecedor. Para Skinner, a solução, e não apenas a análise do problema, pode, como desde sempre defendeu o autor, ser encontrada na ciência do comportamento (Skinner, 1986, p. 574).

Aqui caberia uma longa discussão a respeito dos dois efeitos do reforçamento. Vamos apontá-la apenas: conforme afirmou o autor, um efeito do reforço pode ser observado externamente e o outro efeito só pode ser observado introspectivamente. O primeiro é fortalecedor e o segundo é prazeroso. Ele afirma, ademais, que as pessoas estão infelizes em sua sociedade porque, apesar de viverem numa cultura abastada, as práticas culturais evoluíram por causa daquele efeito que só pode ser observado introspectivamente e não por causa do efeito fortalecedor. Se, para o autor, felicidade e prazer forem termos equivalentes, o que não parece ser o caso, sua argumentação é falha. Então, qual a relação entre felicidade e prazer³⁴, já que os dois termos se referem a sentimentos, a efeitos do reforço que só podem ser

³⁴As pessoas não agem para evitar a dor ou aumentar o prazer, mas sim para evitar coisas dolorosas ou conseguir coisas prazerosas. O importante não é o sentimento, mas a coisa sentida. As únicas coisas boas são reforçadores positivos e as únicas coisas ruins são reforçadores negativos (Skinner, 1971, p. 102).

introspectivamente observados? Se as práticas evoluíram por causa dos efeitos introspectivamente observados como bons, prazerosos, e não por causa do efeito fortalecedor, por que as pessoas não se sentem bem, não são felizes?

Capítulo 6 - Tensão entre descrição e prescrição

Skinner defende, de maneira veemente, a sobrevivência da cultura como o valor primordial, principal, superior e afirma que essa eleição decorre da análise do processo de seleção por conseqüências. O autor entende que o bem da cultura deve controlar o comportamento do planejador cultural e tenta argumentar que esse bem decorre de sua ciência dos valores. Afirmamos que aí está a *tensão* citada no título deste capítulo, pois Skinner não apenas explica, não apenas descreve esse valor sob o viés do Behaviorismo Radical; ele elege esse bem como o mais adequado entre os três - bens pessoais, bens dos outros e bem da cultura - para controlar o comportamento de quem projeta práticas culturais.

Desse modo, entre explicação do bem da cultura e eleição do bem da cultura - e considerando que a eleição não decorre necessariamente da explicação, como tentaremos argumentar a seguir - Skinner não estabelece uma divisão categórica. Então, somos levados pelo autor a entender que a eleição pertence ao campo descritivo da ciência, ou seja, que a prescrição está incluída na descrição - já que Skinner entende que a ciência substitui a noção da causa pela de função e a noção de explicação pela de descrição. Com isso, queremos dizer que a *tensão* está na ausência de uma separação, no texto skinneriano, entre suas afirmações controladas apenas pelas pressupostos do Behaviorismo Radical - o que chamamos de aspecto descritivo - e suas afirmações controladas por outros fatores além daqueles que podem ser encontrados no Behaviorismo Radical - o que chamamos de aspecto prescritivo.

Até onde Skinner explica que não existe algo imaterial, transcendental, ou mentalista com relação aos valores e descreve o que são os valores e quais são os três valores de certa forma derivados dos três níveis de seleção, ele cumpre o papel descritivo do cientista e chega, de forma coerente, a desfazer o problema fato *versus* valor, do mesmo modo como desfez o problema mente *versus* corpo: 1) o que existe é o comportamento; 2) os comportamentos são controlados pelo ambiente; 3) para explicar comportamentos, devemos recorrer à história de seleção por conseqüências nos três níveis: da espécie, do indivíduo e da cultura; 4) portanto, considerando respostas verbais do tipo: "isso é bom", "não deve fazer isso", "aquilo é o melhor a fazer", geralmente interpretadas como juízos de valor, podemos explicá-las recorrendo apenas às histórias de seleção por conseqüências. Dessa forma, a ciência do comportamento pode ser, de modo coerente, considerada uma ciência dos valores, como queria Skinner.

Por outro lado, Skinner considera o bem da cultura como o principal valor. Para explicar essa eleição, ele afirma, algumas vezes, que não há nenhuma boa razão para ela e que apenas pode explicar por que quer a sobrevivência da humanidade no mesmo sentido em que um fisiólogo pode explicar por que ele quer respirar. Supomos que Skinner consideraria uma boa razão aquela que pudesse ser fundamentada apenas no próprio Behaviorismo Radical. Isso, de fato, não ocorre, pois poderíamos, sob o mesmo arcabouço teórico, eleger os bens pessoais ou os bens dos outros. Então, quais seriam as razões de Skinner? Poderíamos tentar explicar por que Skinner elegeu o bem da cultura recorrendo à sua história pessoal de contingências. Obviamente, este não é o local mais apropriado para tamanha empreitada, porém, pretendemos apontar apenas que, em seu aspecto prescritivo, que o autor não cita como tal, a teoria skinneriana tem seus determinantes para além da própria teoria, da própria ciência - o que não implica que não possa ser explicado por ela.

Queremos dizer, com tudo isso, que o Behaviorismo Radical fundamenta uma ciência dos valores e uma Ética. Todavia, a Ética originada do Behaviorismo Radical não pode ser defendida de maneira coerente quando recorremos apenas ao Behaviorismo Radical, pois, a "boa razão" que Skinner não tinha deve estar em outro lugar. Se ela estivesse na própria teoria, o autor certamente a haveria encontrado e a consideraria "boa".

A falácia naturalista

Skinner pode, a partir da tensão entre descrição e prescrição presente em seus textos, ser acusado de cometer a falácia naturalista. Conforme Dittrich (2004):

Se valores estão nas contingências, valores são objeto de estudo da ciência. A tradicional objeção a esse posicionamento faz referência às diferenças entre "é" e "deve", descrição e prescrição, fato e valor: não poderíamos transitar de um ao outro (e, se o fizéssemos, cometeríamos a "falácia naturalista"). Logicamente, isso é correto (...) Mas, como vimos, o apelo à lógica não é comum na obra de Skinner.

Segundo Abbagnano (2000), *falácia* é o termo com que os indicaram o silogismo sofisticado de Aristóteles e, segundo Pedro Hispano, a falácia é a idoneidade fazendo crer que é aquilo que não é, mediante alguma visão fantástica, isto é aparência sem existência. Vejamos o que significa o termo *falácia naturalista* e se a acusação procede.

No início do século XX, houve um movimento na filosofia que ficou conhecido como "virada lingüística", a qual transformou efetivamente a linguagem em objeto de reflexão filosófica. Nesse contexto, a Ética passou a questionar a distinção entre sentenças declarativas e normativas. Segundo Lunardi (2003), a partir da "virada lingüística", a filosofia que tratou principalmente do esclarecimento dos conceitos e definições passou a ser chamada de "filosofia analítica", a qual foi dividida historicamente em duas vertentes metodológicas principais. A primeira vertente foi chamada de "filosofia da linguagem ideal" e tem como

modelo as ciências exatas, principalmente a lógica matemática, desenvolvida principalmente por Russel e Frege. O jovem Wittgenstein, Carnap e Quine também eram adeptos da idéia.

A segunda vertente da "filosofia analítica", chamada de "filosofia da linguagem ordinária" tem suas origens nos trabalhos escritos pelo filósofo inglês G. E. Moore, no início do século passado, tendo sido desenvolvida por Wittgenstein, a partir da década de 30 e, em seguida, pelos filósofos da chamada Escola de Oxford: Ryle, Austin, Strawson e Hare. Os filósofos da linguagem ordinária consideram que a filosofia não deve, de maneira alguma, modificar o uso natural ou ordinário de nossas expressões, forçando-o a se adaptar a pressupostos metafísicos sugeridos pela lógica matemática. O filósofo analítico não deve deixar-se orientar excessivamente pelos métodos formais da lógica, pois isso cega para o significado ou uso efetivo de nossas expressões, o único em que elas fazem verdadeiramente sentido. Ele deve orientar-se essencialmente por uma investigação esclarecedora dos modos de uso, dos significados concretos das expressões em nossa linguagem ordinária, a qual serve como instância última de decisão (Lunardi, 2003).

Essa breve contextualização foi feita para que seja introduzido o conceito de *falácia naturalista*. Este termo foi cunhado por George Edward Moore, em cujos trabalhos se originou a segunda vertente da "filosofia analítica", como dito anteriormente. Em 1903, Moore abre o seu *Principia Ethica*, afirmando que as dificuldades e a falta de consenso no campo da Ética se devem principalmente à tentativa de se responder a questões sem antes se descobrir precisamente a qual pergunta se quer responder.

Segundo Moore (1903/2004, p. 35), todas as questões éticas pertencem a uma das três classes. A primeira classe contém apenas uma questão, que se refere ao significado do predicado *bom*, em relação ao qual a Ética deve ser definida. O que *significa* bom? Qual a natureza desse predicado? Quanto a essa primeira classe, Moore dá a resposta: esse predicado é simples, não analisável e indefinível. No prefácio do *Principia Ethica*, Moore afirma que

proposições referentes à primeira classe são intuições, no sentido de que não podem ser provadas.

As outras duas classes de questões éticas se referem à relação do predicado *bom* com as coisas. Quais coisas são boas em si mesmas? Qual a relação causal entre as coisas boas em si mesmas e as outras coisas, ou seja, como é possível tornar as outras coisas melhores? Essas duas questões definem as duas outras classes possíveis de questionamentos éticos. A *falácia naturalista* é cometida por aqueles que confundem perguntas do primeiro tipo com perguntas do segundo tipo, isto é, confundem o *significado de bom* com o que é bom em si mesmo, pois, ao tentar encontrar o que é bom em si mesmo, assumem que isso define o que *significa* bom.

A falácia naturalista implica que, quando pensamos que algo é bom, estamos pensando que essa coisa a qual damos o predicado de *bom* possui uma relação com uma outra coisa, um objeto natural, em referência a qual o *bom* é definido. A falácia consiste em identificar a noção simples que entendemos por bom com alguma outra noção (Moore, 1903/2004, p. 58). Ou seja, a crítica de Moore está endereçada a teorias que supõem que o *bom* pode ser definido com referência a um objeto natural. Ele nega que *bom* seja uma propriedade de certos objetos naturais, embora alguns deles possam ser bons; porém o "bom" em si mesmo não é uma propriedade natural. *Bom* não significa, por definição, nada que seja natural. *Se algo natural é bom* sempre será uma questão em aberto.

Tais teorias, ele define como pertencentes à *Ética Naturalista*³⁵. Essas teorias declaram que apenas podemos encontrar um valor intrínseco na presença de determinada propriedade natural; ser *bom* **significa** a posse dessa propriedade. O método da *Ética Naturalista* consiste em substituir por "bom" alguma propriedade de um objeto natural ou de um conjunto de objetos naturais - como amarelo ou verde, doce ou amargo, que gera vida ou que gera prazer, desejado ou sentido - e, assim, substituir a *Ética* por alguma das ciências naturais, geralmente

³⁵ Moore observa que uma *Ética Metafísica* se baseia no mesmo tipo de falácia (Moore, 1903/2004, p. 39).

por aquelas cujo objeto de estudo é a conduta humana, como a psicologia ou a sociologia. Para Moore, é um erro considerar que a Ética está restrita à conduta humana.

O autor de *Principia Ethica* analisa, entre outras coisas, em seu capítulo *Ética Naturalista (Naturalistic Ethics)*, a doutrina ética de Herbert Spencer, semelhante a outras teorias éticas da época que se baseavam na teoria da seleção natural, apesar de cometerem falhas. De acordo com Moore, a doutrina ética de Spencer mantém que o curso da evolução nos mostra a direção em que *estamos* nos desenvolvendo, ao mesmo tempo em que sustenta que, por essa razão, o curso da evolução nos mostra a direção para a qual *devemos* no desenvolver (Moore, 1903/2004, p. 46). Essa inferência é falaciosa, segundo Moore, pois a teoria da evolução nos mostra apenas quais são as causas que produzem certos efeitos biológicos, sem julgar se esses efeitos são bons ou ruins. Se enunciarmos que o mais apto sobrevive, com base na teoria da evolução, significa apenas a tendência do mais apto a sobreviver. Isso não implica que "mais evoluído" significa "melhor".

Segundo Moore, Spencer afirma que certos tipos de conduta são mais evoluídas e, por isso, ganham sanção ética. Esse raciocínio apresenta falhas, pois negligencia um passo essencial e representa o **tipo de falácia cometida por aqueles que buscam basear a Ética na Evolução**. Por outro lado, Spencer dá outro critério ético: que a vida seja agradável. Então, a vida é considerada boa se ela traz sentimentos agradáveis. Ele considera que o objetivo moral último é um estado de sentimentos agradáveis, que pode ter nomes diferentes: felicidade, alegria, gratificação e assim por diante. Spencer esclarece que a conduta mais evoluída é melhor porque: 1) tende a produzir mais vida e 2) vale a pena ser vivida - *is "worth living"* - ou contém um saldo de prazer. Essas são as duas condições que, juntas, são suficientes para provar que a conduta mais evoluída é melhor.

Então Moore afirma que, na verdade, Spencer nos deixa na dúvida sobre se ele sustenta uma posição evolucionista e defende que a conduta mais evoluída é melhor

simplesmente porque é mais evoluída e se, ao mesmo tempo, sustenta uma posição hedonista e defende que a conduta mais agradável é melhor apenas porque é mais agradável. Nesse sentido, Spencer comete a falácia naturalista, pois imagina que *agradável* ou *que produz prazer* são o próprio **significado** da palavra *bom*. Moore diz que isso é absurdo.

O ponto principal da crítica de Moore a teoria éticas fundamentadas na teoria da evolução é a visão, presente em tais teorias, de que precisamos apenas considerar a tendência da evolução para descobrir a qual direção *devemos* ir, como devemos agir no futuro. Isto, de acordo com o autor, é falacioso. Mesmo a afirmação de que a evolução foi um progresso é um julgamento ético independente (Moore, 1903/2004, p. 55).

Então, nos perguntamos se Skinner, ao elaborar sua Ética, cometeu o tipo de falácia descrita por Moore. De fato, em última análise, os fundamentos de sua teoria estão no processo de seleção por conseqüências, na teoria da Evolução de Darwin. Porém, o início de suas propostas políticas, balizadas por sua ciência dos valores, está na afirmação de que **a evolução pode conter erros**. Contudo, não é coerente dizer que, nesse sentido, Skinner tenha cometido a falácia naturalista. Ele não afirma que o processo de evolução deve ser considerado um modelo do que é bom; muito pelo contrário, sua Ética propõe a correção deliberada dos erros evolutivos.

Por outro lado, Skinner pode ser acusado de utilizar argumentos falaciosos - tendo como referência a *falácia naturalista* - ao estabelecer que *o que é bom é o que reforça* - *goods are reinforcers*. Reforçadores pertencem ao mundo natural - como tudo na teoria skinneriana - e, como vimos, Moore afirma que *bom* não significa, por definição, nada que seja natural. Quem defende argumentos desse tipo comete a falácia naturalista; é o caso de Skinner.

A questão da Indução

Conforme comentado no Capítulo 1 deste trabalho, afirmamos que o Behaviorismo Radical tem fundamentos empíricos. Não há provas lógicas para os enunciados da filosofia de Skinner, pois seus pressupostos se baseiam em acontecimentos e as regras derivadas de tais pressupostos se baseiam na idéia de que os eventos ocorrerão no futuro de forma semelhante à qual ocorreram no passado. A afirmação fundamental do behaviorismo segundo a qual o comportamento humano é controlado - "Nós devemos certamente começar com o fato de que o comportamento humano é sempre controlado" (Skinner, 1974/1976, p. 21) - não pode ser provada. "Não podemos provar, é claro, que o comportamento humano como um todo é completamente determinado; porém, a proposição se torna mais plausível à medida que os fatos se acumulam" (Skinner, 1974/1976, p. 208). Na medida em que são identificados os controles do comportamento humano, a proposição inicial ganha força, é ratificada.

Ou seja, os princípios da ciência do comportamento provêm da observação e eles são constantemente confirmados - ou não - por ela. Dessa forma, as leis indutivas podem ser altamente prováveis, mas não podem ser afirmadas com um grau absoluto de certeza. O passado é certo, mas o futuro é, no máximo, provável. O fato de os processos comportamentais funcionarem de determinada maneira não garante que continuarão funcionando da mesma maneira. Isto é, a certeza, na indução, está no passado, no observado.

Um bom exemplo, já comentado no presente trabalho, diz respeito ao comportamento reflexo. À medida que se descobriam novos estímulos que causavam determinadas respostas antes consideradas voluntárias, o reflexo surgiu, para Skinner, como possibilidade para explicar qualquer comportamento humano. O autor partiu de pressupostos observacionais. Quando se descobriu o papel causal dos estímulos que vinham depois, e não antes da resposta - isto é, quando novas e diferentes observações foram feitas - a conclusão anterior de Skinner,

que dizia que todo comportamento poderia ser explicado por meio do reflexo, caiu por terra, embora os pressupostos observacionais nos quais se havia baseado tenham permanecido verdadeiros.

Desse modo podemos concluir que a *verdade*, no Behaviorismo Radical não é imanente, não é transcendente, não é uma essência por trás das aparências, mas se prende à *observação*; a verdade está naquilo que nos aparece, naquilo que observamos. Nesse sentido, uma lei do comportamento, enquanto descrição de contingências, pode ser considerada verdadeira se ela for *efetiva*, ou seja, se ela funcionar, tanto em ambientes científicos como no mundo em geral. Por isso, à medida que as observações se acumulam, as leis podem ser confirmadas, ou podem ser elaboradas novas leis ou descartadas antigas leis. Então, podemos dizer que a definição de verdade no Behaviorismo Radical é uma definição *funcional*.

Considerando-se que a ciência do comportamento é indutiva, podemos afirmar que ela sobrevive por causa das evidências, isto é, as afirmações da ciência do comportamento não *são* verdadeiras; elas *permanecem* verdadeiras enquanto as evidências assim demonstrarem. Apesar disso, Skinner afirma (1971) que é da natureza da investigação científica que as evidências fiquem a favor do argumento de que o comportamento do indivíduo é determinado pela filogênese e pela ontogênese (p. 96).

Precisamos, portanto, para concordar com a Ética promovida por Skinner - a qual afirma que o bem supremo no qual devemos nos basear para planejar o futuro é o valor de sobrevivência da cultura -, precisamos afirmar os seguintes rumos: 1) o raciocínio científico é melhor que o não científico; 2) a ciência do comportamento é melhor que as outras psicologias enquanto ciência; 3) cabe à ciência do comportamento eleger um valor supremo; 4) dentre os bens pessoais, dos outros e da cultura, devemos eleger o último. Cada uma das quatro afirmações é digna de discussão, para cada uma é possível travar um debate ético, pois, além de não serem verdades absolutas, a aceitação de uma não leva necessariamente à

aceitação de outra. Se concordo com a primeira afirmação, não necessariamente concordarei com a segunda; se concordo com a segunda, não necessariamente concordarei com a terceira e, se concordo com a terceira, não necessariamente concordarei com a quarta. Neste sentido, mesmo afirmando os três primeiros pontos, posso eleger os bens pessoais como o valor supremo, mesmo num planejamento cultural.

CONCLUSÃO

Jack Michael (1977) elabora um resumo do que seria o Behaviorismo Radical enquanto modo de vida. De acordo com ele, o Behaviorismo Radical enquanto modo de vida poderia ser composto de três orientações gerais, quais sejam: o ataque à noção de homem como ser autônomo capaz de escolha livre; a ênfase na mudança do comportamento diretamente através da manipulação das contingências ambientais (ao invés da ênfase na mudança de sentimentos e estados mentais) e a identificação da sobrevivência da cultura como o principal valor, enquanto que os outros valores têm status secundário.

Seguindo as divisões de Michael, podemos dizer que Skinner elaborou uma filosofia, uma ciência e uma Ética. Skinner elaborou não apenas uma ciência do comportamento, mas também a filosofia dessa ciência – de acordo com a qual o cientista deve analisar os fatos –, à qual deu o nome de Behaviorismo Radical, e uma Ética que governasse o uso da tecnologia surgida a partir da ciência comportamental. Ou seja, ele criou um método, uma metafísica e uma Ética.

O behaviorismo tem seus pressupostos. Ao invés de penso, logo existo: me comporto, logo existo. O que existe *a priori* é o comportamento. Todo o resto é acessado por meio do comportamento aberto ou encoberto. O que explica o comportamento são os três níveis do processo de variação e seleção. A seleção, enquanto explicação causal, determina comportamentos adaptados ao ambiente passado, no qual algumas variações foram selecionadas. Nesse sentido, podemos afirmar que o segundo nível atualiza o primeiro e que o terceiro atualiza o segundo. A ciência, por sua vez, também tem pressupostos: previsão e controle do comportamento. Por último, a Ética se baseia em um valor supremo: o bem da

cultura, apesar de Skinner se referir à sobrevivência da espécie humana e à felicidade dos indivíduos³⁶.

Nesse sentido, de modo a fundamentar suas propostas de aplicação da ciência do comportamento no planejamento de uma cultura, Skinner elabora sua Ética a partir dos pressupostos do *Behaviorismo Radical*. Ele infere três tipos de *bens* - pessoais, dos outros e da cultura - e elege o último como o critério para um planejador cultural. Se, por um lado, essa eleição parece tautológica, por outro, parece um tanto arbitrária e é nessa arbitrariedade que reside a tensão entre descrição e prescrição no Behaviorismo Radical.

Concluimos que a Ética skinneriana não decorre necessariamente dos pressupostos de sua filosofia, apesar de o autor tentar reduzir o aspecto prescritivo ao aspecto descritivo. Isso não procede e não é possível, pois o que determina a *eleição* do bem da cultura não pode ser encontrado apenas no Behaviorismo Radical. O autor não pode nos dar uma boa razão para essa eleição. Em suas palavras: “Não me pergunte por que eu quero que a humanidade sobreviva. Eu posso lhe dizer por que apenas no sentido em que o fisiologista pode dizer por que eu quero respirar” (Skinner, 1972, p. 36). Também afirma que “não há nenhuma boa razão, mas se sua cultura não o convenceu de que há, pior para ela” (Skinner, 1969, p. 40; em Tobach, 1971, p. 549).

Dessa forma, concordamos com a afirmação de Dittrich (2004) segundo a qual podemos dizer que o valor de sobrevivência não é absoluto, mas sim contextualizado histórica e culturalmente (p. 260). A ciência do comportamento, capaz de analisar os valores, pode explicar porque adotamos a sobrevivência enquanto valor; todavia, ela não pode *justificar* a adoção desse valor em meio a tantos possíveis, mesmo dentro do próprio arcabouço teórico da filosofia do comportamento.

³⁶ Poderíamos talvez resumir o que Skinner prescreve da seguinte maneira: a ciência do comportamento deve elaborar propostas de práticas que tenham como consequência a sobrevivência da cultura e, portanto, a sobrevivência da espécie humana. Essa sobrevivência deve se basear na "*good life*". Numa cultura bem planejada, não haveria conflito entre o que é bom para a cultura e o que é bom para o indivíduo.

Podemos concluir, como pretendíamos de início, os lugares da ciência, da verdade e do bem na teoria skinneriana. A ciência do comportamento é também ciência dos valores. As verdades, no Behaviorismo Radical, são funcionais: não há certo e errado, mas o que é efetivo e o que é inefetivo. E o bem, por sua vez, também é funcional, portanto, relativo, da mesma forma como o é o conceito de reforçador.

Com relação às hipóteses iniciais, podemos dizer que, por um lado, foram confirmadas. Supúnhamos que a questão da Ética envolvia necessariamente um conflito, que se dava no indivíduo, entre filogênese e ontogênese e que a resolução para esse conflito que poderia ser classificada como solução ética seria a opção pelas necessidades culturais. Podemos afirmar que não há necessariamente um conflito, pois a cultura pode lançar mão de reforçamento positivo para induzir seus membros a trabalharem pela sobrevivência da cultura. Então, ele faz o que gosta e promove o bem da cultura. Quanto à hipótese de a solução ética para um *possível* conflito ser a opção pelas necessidades culturais, podemos dizer que ela foi confirmada, pois a Ética de Skinner se fundamenta no bem da cultura.

A outra hipótese que tínhamos inicialmente era a de que Ética proposta pelo autor não decorreria necessariamente dos pressupostos do behaviorismo, quais sejam, os mecanismos de variação e seleção que ocorrem nos três níveis: espécie, indivíduo e cultura, que explicam o comportamento humano. Essa suposição foi confirmada, até mesmo nas palavras do próprio Skinner.

REFERÊNCIAS

- Abbagnano, N. (2000). *Dicionário de Filosofia*. Quarta Edição. São Paulo: Martins Fontes.
- Abib, J. A. D. (1984). *Skinner, Naturalismo e Positivismo*. Dissertação de doutorado. São Paulo-SP.
- ABIB, J. A. D. Teoria moral de Skinner e desenvolvimento humano. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, 2001. Retirado de: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722001000100009&lng=en&nrm=iso>.
- Andery, M A. P. A.; Sérgio, T. M. A. P. (2005) O conceito de metacontingências: afinal, a velha contingência de reforçamento é insuficiente? Em: J. C. Todorov, R. C. Martone, M. B. Moreira (Org.), *Metacontingência: comportamento, cultura e sociedade* (pp. 149 - 159). Santo André, SP: ESETec Editores Associados.
- Andery, M A. P. A.; Micheletto, N. & Sérgio, T. M. A. P. (2005). A análise de fenômenos sociais: esboçando uma proposta para a identificação de contingências entrelaçadas e metacontingências. Em: J. C. Todorov, R. C. Martone, M. B. Moreira (Org.), *Metacontingência: comportamento, cultura e sociedade* (pp. 129 - 146). Santo André, SP: ESETec Editores Associados.
- Day, W. (1977). Ethical Philosophy and the Thought of B. F. Skinner. Em: J. E. Krapfl & E. Vargas (ed.). (1977) *Behaviorism and Ethics* (pp. 07 - 23). Kalamazoo, Michigan: Behaviordella.
- DITTRICH, A.; ABIB, J. A. D. O sistema ético skinneriano e conseqüências para a prática dos analistas do comportamento. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, 2004. Retirado de: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722004000300014&lng=en&nrm=iso>.
- Dittrich, A. (2004) *Behaviorismo Radical, Ética e Política: aspectos teóricos do compromisso social*. Dissertação de doutorado. São Carlos-SP: UFSCar.
- Duhem, P. (1903/1992). Analyse de l'ouvrage de Ernst Mach: La mécanique. Étude historique et critique de son développement. Em: P. Duhem. *L'évolution de la mécanique* (pp. 443 - 462). Paris: Mathesis.
- Glenn, S. (1988). Contingencies and Metacontingencies: Toward a Synthesis of Behavior Analysis and Cultural Materialism. Em: *The Behavior Analyst*. vol. 11, nº 02 (Fall), (pp. 161 - 179).

- Granger, G. (1955). *Lógica e filosofia das ciências*. São Paulo: Edições Melhoramentos.
- Kinouchi, R. (2004). *Consciência não-linear: de William James aos sistemas dinâmicos*. Dissertação de doutorado. São Carlos-SP: UFSCar.
- Laurenti, C. (2004). *Hume, Mach e Skinner: a explicação do comportamento*. Dissertação de mestrado. São Carlos-SP: UFSCar
- LOPES, C. E.; ABIB, J. A. D. O Behaviorismo Radical como filosofia da mente. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, 2003. Retirado de: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722003000100009&lng=en&nrm=iso>.
- Lunardi, G. M. (2003). *A Universalizabilidade dos Juízos Morais na Ética de Hare*. Dissertação de mestrado. Florianópolis, SC: UFSC.
- Mach, E. (1905/1976). *Knowledge and error*. Boston - U.S.A.: D. Reidel Publishing Company. Dordrecht-Holland.
- Michael, J. (1977). Radical Behaviorism as a Way of Life. Em: J. E. Krapfl. & E. Vargas (ed.) (1977). *Behaviorism and Ethics* (pp. 293 - 303). Kalamazoo, Michigan: Behaviordella.
- Moore, G. E. (1903/2004). Naturalistic Ethics. Em: G. E. Moore. *Principia Ethica* (pp. 37 - 58). Minola, New York: Dover Publications.
- Russel, B. (1921/1992). Recent criticisms of "consciousness". Em: B. Russel. *The analysis of mind* (pp. 09 - 40). London: Routledge.
- Skinner, B. F. (1953). Social behavior. Em: B. F. Skinner. *Science and Human Behavior* (pp. 297 - 312). New York: The MacMillan Company.
- Skinner, B. F. (1953). Personal control. Em: B. F. Skinner. *Science and Human Behavior* (pp. 313 - 322). New York: The MacMillan Company.
- Skinner, B. F. (1953). Group control. Em: B. F. Skinner. *Science and Human Behavior* (pp. 323 - 329). New York: The MacMillan Company.
- Skinner, B. F. (1953). Controlling Agencies. Em: B. F. Skinner. *Science and Human Behavior* (pp. 333 - 412). New York: The MacMillan Company.
- Skinner, B. F. (1953). Culture and control. Em: B. F. Skinner. *Science and Human Behavior* (pp. 415 - 425). New York: The MacMillan Company.
- Skinner, B. F. (1953). Designing a culture. Em: B. F. Skinner. *Science and Human Behavior* (pp. 426 - 436). New York: The MacMillan Company.
- Skinner, B. F. (1953). The problem of control. Em: B. F. Skinner. *Science and Human Behavior* (pp. 437 - 449). New York: The MacMillan Company.

- Skinner, B. F. (1959/1972). Freedom and the control of men. Em: B. F. Skinner. *Cumulative Record* (pp. 03 - 18). 3ª edição. New York: Meredith Corporation.
- Skinner, B. F. (1959/1972). The control of human behavior (Abstract). Em: B. F. Skinner. *Cumulative Record* (pp. 19 - 24). 3ª edição. New York: Meredith Corporation.
- Skinner, B. F. (1959/1972). Some issues concerning the control of human behavior. Em: B. F. Skinner. *Cumulative Record* (pp. 25 - 38). 3ª edição. New York: Meredith Corporation.
- Skinner, B. F. (1959/1972). The design of cultures. Em: B. F. Skinner. *Cumulative Record* (pp. 39 - 50). 3ª edição. New York: Meredith Corporation.
- Skinner, B. F. (1959/1972). Why are the behavioral sciences not more effective? Em: B. F. Skinner. *Cumulative Record* (pp. 421 - 428). 3ª edição. New York: Meredith Corporation.
- Skinner, B. F. (1959/1972). The concept of the reflex in the description of behavior. Em: B. F. Skinner. *Cumulative Record* (pp. 429 - 457). 3ª edição. New York: Meredith Corporation.
- Skinner, B. F. (1959/1972). The generic nature of the concepts of stimulus and response. Em: B. F. Skinner. *Cumulative Record* (pp. 458 - 478). 3ª edição. New York: Meredith Corporation.
- Skinner, B. F. (1968). Discipline, ethical behavior and self-control. Em: B. F. Skinner. *The technology of teaching* (pp. 185 - 198). New York: Meredith Corporation.
- Skinner, B. F. (1968/2003). Teaching thinking. Em: B. F. Skinner. *The technology of teaching* (pp. 115 - 144). Massachusetts: Conpley Publishing Group.
- Skinner, B. F. (1968/2003). The creative student. Em: B. F. Skinner. *The technology of teaching* (pp. 169 - 184). Massachusetts: Conpley Publishing Group.
- Skinner, B. F. (1969). Utopia as an experimental culture. Em: B. F. Skinner. *Contingencies of reinforcement: a theoretical analysis* (pp. 29 - 49). New York: Meredith Corporation.
- Skinner, B. F. (1969). The phylogeny and ontogeny of behavior. Em: B. F. Skinner. *Contingencies of reinforcement: a theoretical analysis* (pp. 172 - 217). New York: Meredith Corporation.
- Skinner, B. F. (1971). A behavioral analysis of value judgment. Em: E. I. R. Tobach & E. S. Aposon (Eds.) *The biopsychology of development* (pp. 543 - 551). New York: Academic Press.

- Skinner, B. F. (1971). The evolution of a culture. Em: B. F. Skinner. *Beyond freedom and dignity* (pp. 121 - 137). 9ª edição. New York: Bantam / Vintage Books.
- Skinner, B. F. (1971). The design of a culture. Em: B. F. Skinner. *Beyond freedom and dignity* (pp. 138 - 174). 9ª edição. New York: Bantam / Vintage Books.
- Skinner, B. F. (1974/1976). The causes of behavior. Em: B. F. Skinner. *About behaviorism* (pp. 10 - 23). New York: Vintage Books Edition.
- Skinner, B. F. (1974/1976). Innate behavior. Em: B. F. Skinner. *About behaviorism* (pp. 37 - 50). New York: Vintage Books Edition.
- Skinner, B. F. (1974/1976). Operant behavior. Em: B. F. Skinner. *About behaviorism* (pp. 51 - 79). New York: Vintage Books Edition.
- Skinner, B. F. (1974/1976). Causes and reasons. Em: *About behaviorism* (pp. 132 - 150). New York: Vintage Books Edition.
- Skinner, B. F. (1974/1976). The question of control. Em: B. F. Skinner. *About behaviorism* (pp. 208 - 227). New York: Vintage Books Edition.
- Skinner, B. F. (1978). Humanism and Behaviorism. Em: B. F. Skinner. *Reflections on behaviorism and society* (pp. 48 -55). Englewood Cliffs, N. J.: Prentice Hall.
- Skinner, B. F. (1978). Freedom and Dignity revisited Em: B. F. Skinner. *Reflections on behaviorism and society* (pp. 195 - 198). Englewood Cliffs, N. J.: Prentice Hall.
- Skinner, B. F. (1978). Human Behavior and Democracy. Em: B. F. Skinner. *Reflections on Behaviorism and Society* (pp. 3 - 15). New Jersey: Prentice Hall.
- Skinner, B. F. (1978). The Ethics of Helping People. Em: B. F. Skinner. *Reflections on Behaviorism and Society* (pp. 33 - 47). New Jersey: Prentice Hall.
- Skinner, B. F. (1981) Selection by Consequences. *Science*, 213, 501 - 504.
- Skinner, B. F. (1986). What is wrong with daily life in the western world? *American Psychologist*, 41, 568 - 574.
- Skinner, B. F. (1987). Why We Are Not Acting to Save the World. Em: B. F. Skinner. *Upon Further Reflection* (pp. 1 - 14). New Jersey: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1989/1995). Questões recentes na análise comportamental. Trad.: Anita Liberalesso Neri. 2ª Ed. Campinas, SP: Papyrus.
- Todorov, J. C. & Moreira, M. (2005). Análise experimental do comportamento e sociedade: um novo foco de estudo. Em: J. C. Todorov, R. C. Martone, M. B. Moreira (Org.), *Metacontingência: comportamento, cultura e sociedade* (pp. 37 - 43). Santo André, SP: ESETec Editores Associados.

ANEXO 1

Críticas a teorias anteriores

Mentalismo

De acordo com Skinner, geralmente falhamos em lidar adequadamente com os problemas culturais por duas razões principais: o comportamento problema não é de fato descrito e nenhuma proposta de solução é mencionada. Isso ocorre freqüentemente quando há referência a causas mentais na explicação dos comportamentos humanos. O que alguém nos diz sobre seus sentimentos ou estados mentais pode nos dar dicas sobre o que há de errado com as contingências, mas devemos ir diretamente às contingências para ter certeza e são elas que devem ser mudadas para que o comportamento se modifique.

A velha e crucial confusão, segundo Skinner, ocorre quando imaginamos que existe algo mais - no sentido de uma outra substância -, ou que aquilo que sentimos quando nos comportamos é a causa de nosso comportamento (Skinner, 1989/1995, p. 39 - 40).

Ao darmos causas mentais aos comportamentos, seguimos o antigo princípio que diz: *post hoc, ergo propter hoc*: depois disso, logo, por causa disso. Por exemplo, muitas das coisas que observamos imediatamente antes de nos comportarmos acontecem dentro de nosso próprio organismo; são estados corporais os quais denominamos de sentimentos. A partir dessa observação, concluímos que o sentimento causou o comportamento e inferimos essa conclusão para outros comportamentos nossos e de outras pessoas. Infere-se que alguém se comporta como eu me comporto, portanto alguém sente como eu sinto. Digo que comi porque estava com fome – e não porque faz quatro horas que não como. Digo que chorei porque estava triste – e não porque briguei com meu amigo. Sentimentos ocorrem no tempo certo para servir de causa aos comportamentos.

Skinner critica não apenas afirmações segundo as quais os fenômenos mentais possuem status causal. Ele critica também opiniões como a de Marx, que diz que não é a

consciência do homem que determina sua existência, mas é a sua existência social que determina sua consciência. Skinner também não concorda com James quando ele diz que não choramos porque estamos tristes, mas sim que estamos tristes porque choramos. Nesse sentido, Skinner é categórico: a explicação está no ambiente (Skinner, 1974/1976, p. 213). Alguém chora e está triste porque algo aconteceu (Skinner, 1989/1995, p. 15).

Então a divergência do autor com relação ao mentalismo ocorre em dois níveis: 1) ele discorda do papel causal dado dos fenômenos mentais e, além disso, 2) ele discorda da própria existência de entidades mentais enquanto coisas formadas por alguma substância diferente do nosso corpo. Skinner se pergunta: onde estão esses sentimentos e estados mentais? Do que eles são feitos? O que é o mundo não físico da mente?

Skinner critica explicações causais quando fundamentadas em eventos internos, sejam eles físicos ou metafísicos, porque o que acontece dentro do corpo não é um início (Skinner, 1989/1995, p. 40). Devem-se procurar causas nas contingências de seleção nos três níveis: da espécie, do indivíduo e da cultura.

A explicação dada por Gilbert Ryle para enunciados disposicionais pode nos auxiliar a desfazer as armadilhas do vocabulário mental do senso comum (Lopes e Abib, 2003). Apresentar explicações mentalistas ao comportamento ocorre, por exemplo, quando dizemos que um vidro se quebra quando atingido por uma pedra porque ele tem fragilidade. Como se chegou a uma explicação como essa? O que ocorreu foi a transformação de um adjetivo – “frágil”, que servia para qualificar, ajudando na descrição do comportamento do vidro ao ser atingido por uma pedra – em um substantivo – “fragilidade” – que passou a ser considerado uma propriedade do vidro e, tautologicamente, considerado como causa do comportamento do vidro. Poderíamos esquematizar assim:

1. atiraram uma pedra no vidro e ele se quebrou;
2. por isso, o vidro é frágil;

3. logo, o vidro tem fragilidade;
4. então, o vidro se quebrou porque ele tem fragilidade.

Pode-se perceber que há um erro lógico aí. Na verdade, o vidro é frágil porque ele se quebrou quando atiraram uma pedra nele - a causa de ter-se quebrado foi a pedra e não uma propriedade (fragilidade); propriedade esta inferida a partir do fato de ter-se quebrado. Além do problema lógico das explicações mentalistas, há um problema epistemológico: como um evento mental pode causar ou ser causado por um evento físico? Como podemos prever e controlar comportamentos, sentimentos e estados mentais se não sabemos como se dá a relação causal entre a dimensão física e a dimensão mental? Aqui, portanto, reaparece o antigo, conhecido e variadamente respondido problema mente / corpo na filosofia. Skinner, ao contrário da maioria dos filósofos, que tenta relacionar as duas instâncias, torna a própria pergunta sem sentido. Ele não responde ao problema; ele o desfaz, não assumindo nenhum dos pontos de vista mais comuns: nem o fisicalismo, que se refugia na fisiologia e diz que a mente são os processos cerebrais; nem o behaviorismo metodológico, nem o estruturalismo. O autor constrói uma outra opção: o *Behaviorismo Radical - "radical behaviorism"*.

Para o autor, o problema do Fisicalismo é que, para prever ou alterar o que uma pessoa faz, seria preciso observar ou alterar o cérebro ou outras partes do sistema nervoso. Já o Estruturalismo - de acordo com o que Skinner entende por Estruturalismo - se exime de procurar causas e apenas descreve os comportamentos das pessoas. É possível fazer algum tipo de predição por meio desse esquema seguindo o princípio de que as pessoas tendem a fazer de novo o que fazem freqüentemente. Aí se enquadram os hábitos e costumes de um povo. A descoberta de princípios organizadores na estrutura do comportamento (bem como os padrões da cultura, da literatura e os tipos psicológicos) pode tornar possível prever comportamentos novos. A estrutura ou organização do comportamento pode também ser estudada em função da idade, como o fazem as teorias do desenvolvimento humano, que

explicam que a criança passa por fases até chegar à idade adulta. Também há linhas de estudo que tratam a cultura dessa mesma forma, como uma seqüência de estágios de desenvolvimento. De acordo com elas, padrões de desenvolvimento podem ajudar a prever eventos futuros.

Um dos problemas desse tipo de explicação para os comportamentos humanos é que o estruturalismo ou desenvolvimentalismo não explicam os porquês, mas apenas os processos. Por que os costumes são seguidos? Além disso, ao estabelecer estágios, conclui que a manipulação do comportamento não tem efeito, pois podemos apenas esperar para que uma pessoa ou uma cultura passe para um outro período do desenvolvimento.

Quanto ao behaviorismo metodológico, Skinner diz que ele também apresenta problemas. O behaviorismo metodológico tenta prever e controlar o comportamento observando e manipulando eventos públicos antecedentes. Na verdade, não há novidade nisso, pois, na prática, as pessoas sempre usaram técnicas para controlar comportamentos dos outros sem recorrer a estados mentais. Entretanto, pouca teoria se fez sobre o papel do ambiente físico sobre o comportamento, enquanto que muito se disse sobre o papel da mente. Um programa de behaviorismo metodológico só se tornou plausível quando começou a progredir a observação científica do comportamento, porque aí se percebeu a importância do meio ambiente.

“O behaviorismo metodológico pode ser pensado como uma versão psicológica do operacionismo ou positivismo lógico, mas eles tratam de questões diferentes” (Skinner, 1974/1976, p. 16). Para o positivismo lógico ou operacionismo, como dois observadores não podem concordar sobre o que acontece no mundo mental, devemos abandonar o exame de eventos mentais e nos voltar para o modo como eles são ou podem ser estudados. Não se pode medir sensação ou percepção, mas é possível medir discriminação de estímulos. Então, o *conceito* de sensação ou percepção pode ser reduzido à *operação* de discriminação. Um robô

que fizesse tudo o que um ser humano faz e apesar de não ter idéias, sensações ou sentimentos, provaria que não há necessidade de explicações mentalistas para as supostas manifestações da vida mental. Então, o que o positivismo lógico faz é propor modificações no método e não na ontologia; a vida mental existe, mas, como é subjetiva, inacessível a outros observadores, não pode ser objeto de estudo da ciência. E não é necessário recorrer a ela para explicar os comportamentos humanos.

O ponto em questão é que o behaviorismo metodológico assumia a existência de eventos mentais, embora não os considerasse em suas análises. Skinner se questiona se isso levaria à conclusão de que, para o behaviorismo metodológico, a vida mental era apenas epifenômeno, dado que existia, mas não tinha importância causal. O mundo físico seria auto-suficiente e o mental estaria para o comportamento assim como a fumaça que sai pela sua chaminé está para o trem em movimento, conforme a doutrina secular do paralelismo psicofísico, que sustentava a existência de dois mundos: um da mente e outro da matéria e que um não teria efeito sobre o outro. Skinner também critica a psicanálise freudiana pelo fato de ela ratificar o paralelismo³⁷.

Skinner propõe, então, um outro tipo de psicologia e a filosofia dessa psicologia, o **Behaviorismo Radical**, que também não afirma o paralelismo psicofísico. Para isso, ele propõe outra filosofia sobre o ser, sobre o que existe, sobre o que são os sentimentos e os estados mentais e sobre as causas do comportamento humano. Nesse sentido, ele une os dois mundos em um só, assumindo uma única substância existente, um único material (*stuff*) que compõe o mundo mental e o mundo físico. Não há diferença ontológica entre a mente e o corpo. O que sentimos são estados corporais. Ao contrário dos behavioristas metodológicos,

³⁷ Entretanto, já há estudos analisando e defendendo o ponto de vista segundo o qual Freud desvinculou mente e consciência ao propor o inconsciente, que também era mental, desfazendo, assim, o paralelismo entre mente e corpo; propôs o mental que estava no corpo, de modo inconsciente: eram os processos corticais cujas funções podiam ou não se tornar conscientes. Ele desfez a identidade entre psíquico e consciente, isto é, nem todo mental, psíquico é consciente. Então, em Freud, pareceu surgir um novo tipo de paralelismo; ao invés de opor mente e corpo, ele opôs uma mente consciente a uma mente inconsciente.

Skinner nega a existência de uma mente **enquanto coisa e composta de algum tipo de matéria intangível**. A interpretação que Skinner dá para a mente - ou seja, o que ele diz que a mente é - é funcional. Isto é, a mente se diferencia funcionalmente do corpo e não ontologicamente. Ele não nega a existência de sentimentos, emoções, idéias ou outras características da vida mental.

O que o behaviorismo metodológico afirmava era a existência de eventos mentais enquanto coisa formada por um material especial, de acordo com o entendido desde Descartes, ou mesmo desde Platão, porém que esses eventos não podiam ser estudados pela ciência, dado que a introspecção não era um método válido por não haver acordo público sobre sua validade.

O Behaviorismo Radical, entretanto, toma uma linha diferente. Ele não nega a possibilidade de auto-observação ou de autoconhecimento ou sua possível utilidade, mas ele questiona a natureza do que é sentido ou observado e, portanto, conhecido (Skinner, 1974/1976, p. 18).

Skinner afirma que cada um de nós possui uma pequena parte do universo sob nossa pele; é uma possessão privada, pois temos modos de conhecê-las que os outros não têm, mas isso não quer dizer que seja um tipo especial de conhecimento (Skinner, 1978, p. 50).

Parece que Skinner utiliza o termo “radical” no sentido de fundamental, pois ele propõe uma psicologia renovada em seus princípios básicos, desde sua raiz, sua ontologia. Na opinião do autor, o Behaviorismo Radical encontra um equilíbrio entre o mentalismo de um lado - o qual ignorava eventos externos antecedentes que poderiam explicar o comportamento - e o behaviorismo metodológico do outro – que lidava exclusivamente com eventos antecedentes externos e ignorava auto-observação e autoconhecimento. **O Behaviorismo Radical não insiste na verdade por concordância** (aquela defendida pelo behaviorismo metodológico, influência do positivismo lógico, e que se referia a dois ou mais observadores

concordarem com o mesmo tipo de observação, observarem a mesma coisa) e **pode, portanto, considerar eventos privados**. Além disso, não considera esses eventos não observáveis nem subjetivos, apenas questiona a natureza do objeto observado e a confiabilidade das observações.

O que é sentido ou observado introspectivamente não é algum tipo de mundo não físico da consciência, da mente ou da vida mental, e sim o próprio corpo do observador. Mas isso não significa que a introspecção é algum tipo de pesquisa fisiológica ou que o que se sente ou se observa na introspecção são as causas do comportamento. Muito do que um organismo faz se deve à sua estrutura atual, que, em sua maior parte, porém, é inacessível à introspecção. Para o autor, precisamos nos contentar com a história genética e ambiental do indivíduo. O que se observa na introspecção são alguns efeitos colaterais dessas histórias (Skinner, 1974/1976, p. 18 - 19).

Filosofia democrática

O pensamento ocidental enfatiza a importância da dignidade do indivíduo, a igualdade perante a lei, os direitos humanos e o bem-estar do indivíduo como objetivo do governo. A religião, a educação, a arte e a psicoterapia enfatizam o indivíduo como senhor de seu destino. A efetividade desse ponto de vista, segundo Skinner, não pode ser negada, pois as práticas aí associadas fortalecem o indivíduo como um membro produtivo do grupo. O ambiente que tem caracterizado o pensamento democrático ocidental teve esse efeito. Este ponto de vista é particularmente importante em oposição ao controle despótico e pode ser entendido apenas em relação a esse controle, pois, para contracontrolar uma poderosa agência, o primeiro passo é fortalecer o controlado. A efetividade da técnica é evidente no fato de que governos despóticos têm sido eventualmente contracontrolados por indivíduos que se unem para

construir um mundo que eles acham mais reforçador e no fato de que agências governamentais que reconhecem a importância do indivíduo frequentemente se tornam mais poderosas.

Entretanto, com relação aos conceitos de liberdade individual, iniciativa e responsabilidade, tradicionalmente presentes nesse ponto de vista ocidental, a ciência não pode apoiá-los, porque **a hipótese de que o homem não é livre é essencial para a aplicação do método científico ao estudo do comportamento humano**. Teorias mentalistas de automanejo ético se referem a forças internas, entidades acessíveis à introspecção, que levam o homem a agir de determinada maneira. Essas entidades são os sentimentos: homens têm atos de coragem porque eles se sentem corajosos, ou ajudam as pessoas porque sentem compaixão. Por essa linha de raciocínio, para ensinar os alunos a serem corajosos ou compassivos, o professor deveria ensiná-los a sentir, o que torna a questão ainda mais complicada.

Skinner tece uma forte e contundente crítica à filosofia democrática no sentido de que ela apóia práticas que impedem que a humanidade se modifique e garanta um futuro melhor. "A filosofia democrática da natureza humana é determinada por certas exigências e técnicas políticas, e não pelos objetivos da democracia" (Skinner, 1959/1972, p. 8). Conceitos inerentes à democracia, como liberdade, dignidade, responsabilidade e justiça, conforme entendidos tradicionalmente, impedem, de certa forma, que os indivíduos encontrem as causas ambientais de seus comportamentos. Com isso - e considerando que muitos comportamentos são prejudiciais para o indivíduo e/ou para o grupo e que precisam, portanto, ser alterados -, sem conhecimento do papel causal do ambiente, às vezes se torna difícil a modificação deliberada dos comportamentos. Ou seja, Skinner acredita que a implementação de uma tecnologia do comportamento é essencial para a construção de um futuro melhor para a cultura como um todo; todavia, conceitos presentes na filosofia democrática dificultam esse

processo. Assumir - conforme o Behaviorismo Radical sustenta - que o problema do homem não é *se* ele deve ser controlado, mas *como* ele deve ser controlado é ferir um pressuposto democrático básico, qual seja, da liberdade do indivíduo.

A questão, para o autor é que o eu interno livre não pode ser sustentado, já que as causas do comportamento estão fora do indivíduo. O que faz o indivíduo se comportar de determinada maneira é seu substrato biológico - determinado por eventos anteriores, no processo filogenético - a cultura e o ambiente não social em que está inserido. O ambiente determina o indivíduo mesmo quando o indivíduo altera o ambiente. Não se pode esquecer, entretanto, que a cultura só é criada e sobrevive por causa da ação de indivíduos. Ou seja, há uma cadeia causal complexa - à qual pertence o próprio cientista (Skinner, 1959/1972, p. 46) - da qual a ciência pode escolher um ponto de partida para sua análise, o que não significa que este ponto ganhe o status de iniciador (Skinner, 1953, p. 449). Se a ciência não confirmar valores como liberdade, iniciativa e responsabilidade no comportamento do indivíduo, talvez esses valores não sobreviverão (idem).

O autor analisa três áreas em que preconceitos não científicos (Skinner, 1959/1972, p. 27) afetam nosso entendimento sobre comportamento humano: controle pessoal, governo e educação. Nesses contextos, a noção fundamentalmente democrática de liberdade individual - e, em conseqüência, de **responsabilidade, culpa, justiça e admiração** - dificulta a aplicação de uma tecnologia do comportamento e, portanto, na opinião do autor, dificulta a resolução de muitos problemas.

Dentro de grupos, o controle é chamado de ético. Quando o indivíduo se comporta de modo aceitável para o grupo, ele recebe admiração, afeição, aprovação e outros reforçadores que aumentam as chances de o comportamento ocorrer novamente; além disso, é classificado como “bom”. Quando o comportamento não é aceitável, ele é criticado, censurado, culpado ou punido e é rotulado de “mau” (Skinner, 1959/1972, p. 27 - 28).

A prática da **admiração** é parte importante de nossa cultura e merece análise. O comportamento que tende a ser fraco pode ser modelado e mantido por meio da admiração. Esforços prolongados, martírios, sacrifícios, comportamentos independentes e originais são reforçados com essa prática. Se não conseguimos entender essa técnica, não podemos julgar um ambiente que não precise de heróis, de esforços ou de ações independentes. Só podemos avaliar a produtividade de qualquer conjunto de condições quando nos libertamos de atitudes geradas por sermos membros de um grupo ético.

Outra dificuldade provém do uso da punição na forma de censura ou **culpa**. Essa prática é justificada pelos conceitos de responsabilidade, previsão e escolha. Por exemplo, se o réu não teve responsabilidade pelo que é culpado, se foi um acidente, se ele não tinha consciência das conseqüências de sua ação, se ele “não teve escolha”, ou se ele estava fora de si, não pode ser punido. Parece ser uma questão de eficácia das relações de contingência entre o comportamento e as conseqüências punidoras, pois não há utilidade em punir um comportamento que não foi intencional, ou que se enquadre em qualquer dos casos acima. Se não é justo punir nesses casos, também não é justo recompensar alguém por um comportamento pelo qual ele não é responsável. Termos como justiça, responsabilidade e escolha obscurecem a análise do controle e não nos preparam para técnicas baseadas em controle não aversivo, como utilizado em propagandas, mas que podem ser poderosas e perigosas.

Passando à análise da educação, Skinner afirma que suas práticas já foram explicitamente aversivas, de modo que o aluno podia escapar de punição e de ameaças de punição somente quando conseguia aprender. Mas raramente o professor ensinava como aprender. A educação progressiva substituiu técnicas aversivas por reforçamento positivo, mas continua relativamente ineficiente porque atribui o processo de aprendizagem ou o

próprio conhecimento a algo interno ao aluno. Ele é admirado pelo conhecimento ou culpado e punido por sua ignorância, mas nunca é ensinado.

Resistimos a qualquer análise do processo educacional que ameace a noção de sabedoria interna ou que questione a idéia de que a culpa ou a ignorância estão dentro do estudante. Técnicas eficientes que manipulem variáveis externas são descritas como “lavagem cerebral”. Não estamos preparados para uma educação efetiva, porque o aluno não precisaria se esforçar, logo, não seria digno de mérito nem de admiração. Com relação ao governo, o autor afirma que esta sempre foi uma área de controle aversivo. O estado é geralmente definido em termos do poder de punir e a jurisprudência se embasa na noção de responsabilidade pessoal. Quando o governo utiliza outras técnicas que não a punição, o conceito de responsabilidade não é mais relevante e a teoria do governo não é mais aplicável.

Propostas de governo que não se baseiem na punição são mal vistas, como aquela presente no romance *Walden II*, uma sociedade planejada comportamentalmente, e não resultado de um processo natural e acidental de evolução cultural. Skinner acredita que se voltam contra sua proposta pelo fato de que, apesar de se tratar de uma sociedade em que haveria comida, roupa, arte e todos viveriam bem, o problema é que tudo isso foi planejado por alguém. São reais os perigos do controle do comportamento humano, mas isso não se resolve impedindo o desenvolvimento da ciência do comportamento ou negando seu poder. As técnicas precisam ser submetidas a um contracontrole explícito, como já ocorreu com outras formas de controle, como o uso da força. Provavelmente, um padrão cultural de controle e contracontrole emergirá e permanecerá por ser mais reforçador. Talvez o desenvolvimento da ciência agora aplicada a assuntos humanos possa significar uma importante fase da história humana à qual analogias históricas e *slogans* políticos antigos não sejam aplicáveis. É necessária uma nova concepção do comportamento humano que seja compatível com as implicações de uma análise científica. Todos controlam e são controlados;

a questão não é como estabelecer a liberdade, mas quais controles devem ser utilizados para quais fins.

Ciências humanas

Skinner considera que, se a humanidade continuar com o mesmo estilo de vida e a população continuar aumentando, os recursos naturais se esgotarão e a poluição destruirá o planeta; isso sem contar o risco de um desastre nuclear. Esta visão pode ser inferida dos fatos e a salvação pode vir espontaneamente, mas é mais provável que nos salvaremos somente se resolvermos nossos problemas de modo deliberado. Para isso, precisamos de um maior entendimento sobre por que as pessoas se comportam de determinadas maneiras. A partir disso, podemos modificar ambientes, contingências, de modo a modificar os comportamentos os quais, por sua vez, modificarão o mundo. Isto é, precisamos de uma ciência e uma tecnologia do comportamento que nos permitam lidar com os aspectos comportamentais dos nossos problemas tão efetivamente quanto as outras tecnologias lidam com seus aspectos físicos e biológicos.

Todavia, de acordo com o autor, ainda não temos disponível nada deste tipo, porque as ciências sociais e comportamentais não são adequadas aos usos que gostaríamos de fazer delas. Em geral, os cientistas das áreas de psicologia, sociologia, antropologia, economia e ciência política argumentam que há algo sobre o comportamento humano que vai além do âmbito da ciência. Isso significa que há algo sobre o comportamento humano que torna difícil uma análise científica e atrasa o desenvolvimento de uma tecnologia. Para Skinner, o que há de especial é que nós somos membros da espécie que estamos estudando. Ele argumenta que isso não deveria representar problema, muito pelo contrário, pois temos acesso privilegiado a alguns dados, aqueles provenientes do interior do organismo.

O problema é que tais informações tradicionalmente são envolvidas em explicações mentalistas, ou seja, que atribuem o que uma pessoa faz a seus estados mentais, seus sentimentos, pensamentos, propósitos, expectativas e assim por diante. A dificuldade aí presente está no fato de que não é possível intervir em instâncias intangíveis como essas. As ciências sociais, segundo Skinner, não são mais efetivas justamente porque não são plenamente comportamentais; logo, não são realmente científicas e, portanto, não se adequam aos problemas que são chamadas a resolver.

O psicólogo, ou o educador, ou o cientista social não têm acesso direto à mente, aos sentimentos, aos valores, às atitudes, às opiniões ou aos propósitos. O que, de fato, se faz é alterar o comportamento do qual inferimos coisas desse tipo. Para isso, modificamos o ambiente verbal e não verbal em que a pessoa vive; isso leva a uma mudança no comportamento que nos leva a inferir que seus estados mentais foram alterados. A visão tradicional, porém, interpreta o fenômeno de um modo diferente: ao invés de concluir que o ambiente modificado alterou comportamentos e também sentimentos ou outras instâncias mentais, diz que, primeiro, são modificados os sentimentos ou estados mentais e que isso determina o comportamento da pessoa.

Portanto, para se realizar uma ciência do comportamento humano que se preocupe com a elaboração de uma tecnologia para a construção de um mundo melhor, como propõe Skinner, é necessário, *a priori*, descartar a noção de homem livre e a idéia de vida mental enquanto algo imaterial utilizado na explicação do comportamento. Com isso, perderiam sentido termos como responsabilidade, escolha livre, dignidade, admiração e outros conceitos que, do mesmo modo, são os fundamentos da filosofia democrática e das ciências humanas ocidentais atuais. Isto é, deve-se pressupor que o comportamento é controlado pelo ambiente externo.

ANEXO 2

Práticas de controle pessoal e de grupo

O controle pessoal é aquele em que um indivíduo, o controlador, manipula variáveis de modo a determinar algumas respostas de outro indivíduo, o controlado. Entretanto, esta relação é dinâmica e pode se inverter, tendo o controlado o poder de contracontrolar.

No que se refere às variáveis envolvidas, chamamos de controlador aquele que as manipula e de controlado aquele que tem seu comportamento controlado por elas. O poder de manipular condições que afetam outras pessoas pode ser delegado ao indivíduo por uma das agências de controle, cujo poder é mais forte e que são formadas por grupos organizados que manipulam variáveis as quais controlam outras pessoas e/ou pessoas da própria agência. Os exemplos analisados por Skinner são: governo e lei, educação, religião, psicoterapia e economia. (Skinner, 1953). Mas quase todos controlamos importantes variáveis que podem ser empregadas para vantagem própria. Isso é o controle pessoal, um tanto limitado se comparado ao controle das agências. Por esta limitação, há a prática padrão de primeiramente manipular variáveis com o objetivo de estabelecer e manter contato entre controlador e controlado.

Com relação às técnicas de controle pessoal, Skinner cita a força física, que pode impedir o controlado de emitir resposta e, em última instância, leva à morte, o extremo da restrição física. O uso da força tem desvantagens óbvias, pois geralmente requer atenção constante do controlador; serve quase exclusivamente para prevenção e não para instalação de comportamentos; gera forte disposição emocional para o contra-ataque e, além de tudo, não pode ser utilizada para todos os tipos de comportamento, como os do nível privado. O controlador, ao invés de usar a força física para alterar o comportamento do controlado, pode fazê-lo alterando o ambiente, alterando estímulos ambientais.

Podem-se manipular estímulos de várias maneiras. Por exemplo, eliciando respostas reflexas, ou estabelecendo ocasiões discriminativas, ou oferecendo estímulos suplementares. O controlador também pode utilizar estímulos que ele possui como reforçadores de algum comportamento do controlado; dinheiro, sexo, elogios e agradecimentos são algumas possibilidades. Existe também o controle aversivo, que ocorre quando o reforçamento negativo ou a punição é empregado. Como exemplo, a criança que chorava fica em silêncio porque a mãe disse que, se ela chorasse, iria apanhar. O controle é exercido através da retirada de estímulos aversivos de maneira contingente à emissão da resposta que se quer fortalecer.

Punição é outra técnica de controle aversivo. Quando não é possível para o controlador utilizar reforço ou punição, ele pode apenas indicar, para o controlado, a relação entre seu comportamento e as conseqüências dele. É o que faz um treinador de time de futebol, que não pode marcar um gol pelo seu jogador durante uma partida, mas pode apenas indicar, ensinar, como ele deve se comportar para que a bola entre no gol, quais são as topografias de comportamento dentro de campo - de chute, de passe, de cobrança de pênalti, de falta e até mesmo de verbais encobertos como “eu posso”, “eu sou capaz”, “eu vou conseguir” - que têm como conseqüência o gol.

Privação e saciação são técnicas relacionadas ao reforço e à punição. Se o indivíduo não tem acesso freqüente a determinado estímulo reforçador, ou seja, fica privado do reforço, é provável que o poder desse estímulo seja maior do que se o acesso fosse mais freqüente. Uma criança pararia de chorar por causa de doces se tivesse todos os doces que quisesse. Isto é, a saciação diminui o poder reforçador de um estímulo, sendo que ele pode até mesmo se tornar aversivo.

Outra técnica é o controle de respostas reflexas características da emoção, importante no estabelecimento de predisposições emocionais. Essas predisposições favorecem algumas respostas. Tal prática é fundamental para a construção da moral.

O que uma pessoa sente quando está numa situação em que fora punida ou quando se engajou em comportamento previamente punido depende do tipo de punição e isso, em geral, depende do tipo do agente ou da instituição punidora. Se a pessoa foi punida por seus pares, dizemos que ele sentiu vergonha. Se a punição fora dada por uma agência religiosa, chamamos o sentimento de pecado. Se a punição fora dada pelo governo, o sentimento é a culpa. Então, a pessoa pode passar a agir de modo a evitar a culpa o pecado e a vergonha evitando se comportar da maneira como o fez quando ocorreu a punição.

Algumas drogas são usadas no controle pessoal, como o álcool para a redução da ansiedade. Há drogas legais utilizadas para o controle de comportamentos considerados como transtornos ou distúrbios, como ansiedade, psicose, depressão, déficit de atenção e hiperatividade.

Para testar a adequabilidade dos conceitos da análise do comportamento para a análise de fenômenos de grupo, o autor descreve vários conceitos, como reforçamento social, estímulo social, episódio social e oferece alguns exemplos de como explicar acontecimentos sociais recorrendo apenas a conceitos da análise do comportamento. Ele define o reforçamento social como aquele que exige a presença de outras pessoas como mediação para se conseguir o reforço. Nesse sentido, o comportamento verbal sempre envolve reforçamento social. Comportamento reforçado pela mediação de outras pessoas difere muito daquele reforçado por um ambiente mecânico por vários motivos: o reforçamento social varia muito de acordo com a condição do agente reforçador; uma mesma resposta pode ter diferentes conseqüências e diferentes respostas podem ter a mesma conseqüência.

Assim, o comportamento social é mais flexível e mais extensivo. Geralmente o reforço é intermitente e o tipo de resultado varia de acordo com o esquema utilizado. Ocorrem, freqüentemente, combinações de esquema por intervalo e por razão. No esquema de reforçamento por intervalo, a conseqüência é dada quando o organismo emite uma resposta

após algum intervalo de tempo pré-determinado. No esquema de reforçamento por razão, a consequência é dada após o organismo emitir um certo número de respostas pré-determinado. Além disso, a complexidade do comportamento social também tem como motivo o fato de que o agente reforçador pode modificar a escala de reforço em função do comportamento reforçado.

Num episódio verbal, que se dá num dado tempo, num mesmo ambiente, uma pessoa é fonte de estimulação para outra, sendo que as propriedades físicas dos estímulos sociais variam entre as culturas e entre os indivíduos da mesma cultura. Skinner diz que as expressões faciais que agrupamos sob o nome de “sorrisos” são importantes porque são ocasiões nas quais certas formas de comportamento social recebem certos tipos de reforçamento, ou seja, são estímulos discriminativos. Qualquer unidade da classe de estímulos provém dessas contingências, que são determinadas por uma cultura e por uma história particular.

Para Skinner, o que menos parece variar entre as culturas é o estímulo que controla o comportamento imitativo. Alguns estímulos verbais são extremamente sutis e isso levou a suposições de propriedades não físicas; segundo Skinner, essas suposições decorrem de uma leitura equivocada ou ausente das contingências do episódio. O comportamento de liderança, por exemplo, pode ser analisado da seguinte maneira: há uma dupla contingência agindo sobre o grupo. O líder é controlado por variáveis externas e o seguidor é controlado pelo líder.

Episódios verbais, quando postos sob análise de contingências, mesmo que durem poucos segundos, se mostram extremamente complexos; mas isso, segundo o autor, não nos tira a responsabilidade de identificar e observar todos os seus fatores. A complexidade se mostra também na instabilidade de sistemas sociais. Por exemplo, uma placa de “Silêncio, por favor” pode controlar, inicialmente, um grupo que já está em silêncio. Porém, se dois deles

começam a falar em voz baixa, isso altera a situação e outros dois começam a conversar também, o que altera a situação para os outros e, ao final, todos estão conversando.

A análise de contingências pode partir para o nível das leis, tendo em vista que o grupo pode manipular variáveis para gerar tendências de comportamentos que serão reforçados pelos outros. Essas práticas são essenciais para a sobrevivência de alguns grupos. Apesar disso, os sistemas sociais não são inteiramente auto-sustentados, pois há possibilidade de que alguém não controlado adequadamente pela cultura ganhe vantagem por explorar o sistema, o que pode levar à deterioração desse sistema.

Para uma análise mais didática do controle pelo grupo, podemos dizer, inicialmente, que é um tipo de controle mais poderoso que o controle pessoal, pois duas ou mais pessoas manipulam variáveis que têm o mesmo efeito sobre o comportamento do indivíduo. O grupo que controla age como uma unidade porque seus membros são afetados pelo indivíduo do mesmo modo. Este grupo apresenta algum nível de organização. As práticas de controle adquirem certa uniformidade por causa das forças coesivas que levam os indivíduos a participar da ação em grupo e por causa de seu modo de transmissão de uma geração para outra.

A principal técnica empregada é aquela que rotula alguns comportamentos como “bons” e “certos” e outros como “ruins” e “errados”. A origem da classificação geralmente está no fato de que o que é reforçador para os membros do grupo é bom e correto e o que lhes é aversivo é ruim e errado. Mas as práticas do grupo podem não ser completamente consistentes com a classificação, pois a classificação inicial pode ter sido acidental: uma parte do comportamento pode ter sido acidentalmente relacionada a eventos aversivos ou reforçadores e, portanto, classificada de acordo. Ou então a classificação pode estar desatualizada, sendo o comportamento ainda classificado como bom ou ruim apesar de, por causa de mudanças nas condições, eles não serem mais reforçadores ou aversivos. Também

ocorre, muitas vezes, de não existir o consenso de todos os membros do grupo a respeito da definição dos comportamentos em bons e ruins. Em sociedades hierarquizadas em classes ou extratos, geralmente o que é bom para um nível, não o é para outro. Além disso, raramente há uma classificação formal do comportamento como bom ou ruim.

Inferimos a classificação de nossas observações das práticas de controle. Entretanto, um tipo de codificação informal acontece quando os próprios termos passam a ser usados no reforçamento. Talvez os reforçadores generalizados mais comuns sejam os estímulos verbais “bom”, “ruim”, “certo” e “errado”, que são usados juntamente com reforçadores incondicionados e outros condicionados, como agradecimento, censura ou crítica, para modelar o comportamento do indivíduo. A prática de controle comum é reforçar o bom comportamento e punir o mau. A punição gera estímulos aversivos condicionados - evento ambiental que, por meio de pareamentos sucessivos com algum estímulo aversivo, passou a ter essa propriedade, passou a ser aversivo - ao mau comportamento; então, quando o indivíduo emite um comportamento que foi punido anteriormente, ele gera essa estimulação aversiva que é associada a um padrão emocional chamado de “vergonha”. Logo, o indivíduo passa a emitir respostas que reduzem, interrompem ou evitam a probabilidade da resposta punida. O melhor exemplo de tal comportamento é o autocontrole. O grupo também reforça diretamente práticas de autocontrole.

Apesar de serem efetivas, contingências punitivas são mal entendidas. Por exemplo, quando uma criança se queima ao tocar a chama de uma vela e, conseqüentemente, não se aproxima mais da vela. Em algum sentido, ela foi ensinada a não tocar a chama, porque esse comportamento foi punido, a punição foi a queimadura. Pode-se dizer que a criança queimada tem medo do fogo. Respostas autonômicas de glândulas e músculos lisos foram condicionadas e a criança pode chorar, ficar pálida ou ter a pulsação acelerada ao ver uma vela novamente. Como parte dessa síndrome, seu comportamento exploratório pode ser enfraquecido na

presença de qualquer vela acesa. Também pode ocorrer de a criança “evitar velas acesas”, pois estímulos presentes logo antes de ela se queimar se tornam aversivos e qualquer comportamento de escapar deles ou evitá-los será reforçado negativamente. Segundo Skinner, respostas emocionais podem não estar necessariamente envolvidas; uma criança pode evitar uma vela que ela não teme. Pode haver extinção, mas se a criança se queimar de novo, o ciclo se repete. É possível também que ocorra generalização para outros estímulos. Por exemplo, num mundo em que muitas formas de comportamento são punidas, uma criança pode se tornar hesitante, tímida ou não responsiva.

A punição não necessariamente reduz a probabilidade de ocorrência do ato punido. Ao gerar estímulos aversivos condicionados, ela pode reforçar automaticamente comportamentos incompatíveis com o ato punido. Entretanto, tais contingências não especificam a forma última do comportamento; punir o mau comportamento não especifica o bom comportamento. Punir unidades menores gera melhores resultados, pois a topografia correta pode ser modelada. Se usada, a punição deve ser usada de modo efetivo. Tentativas de reduzir seu escopo podem, ao contrário, ampliá-lo. O professor que avisa ao estudante para não fazer algo novamente, senão será punido, e que só pune após o aviso, leva o estudante a discriminar entre ocasiões em que pode e que não pode ser punido e a se comportar apenas quando receber o aviso. Outros erros são: punir amplas instâncias do comportamento e punir apenas ocasionalmente.

Mesmo se efetiva, a punição sempre gera subprodutos. É preciso, então, considerar técnicas que suprimem o comportamento de outras maneiras. Uma delas é eliminar condições que tornam possível o comportamento indesejado, isto é, construir um mundo em que é menos provável que este comportamento ocorra. O problema é que, nesse mundo, o comportamento desejado geralmente falta, pois também tem sua probabilidade diminuída.

Punições podem às vezes ser substituídas por extinção. Muitos problemas disciplinares estão relacionados às contingências aversivas da situação de ensino, pois o controle aversivo (reforçamento negativo ou punição) leva à fuga e à esquivia. Uma alternativa é reforçar o comportamento de permanecer em sala. Também se podem alterar contingências que levam à competição e, conseqüentemente, ao comportamento anti-social. O professor precisa estar consciente de quais efeitos reforçadores ou punitivos seu próprio comportamento tem sobre o comportamento do aluno. Uma outra alternativa ao uso de punição é fortalecer comportamentos incompatíveis com aquele a ser suprimido.

Para explicar por que o grupo exerce controle, o autor levanta vários processos possíveis. A explicação de que o bom comportamento de A pode ser positivamente reforçado por B porque ele gera uma disposição emocional da parte de B de fazer o bem a A não é satisfatória, pois apela para uma tendência constante a fazer o bem. Mas parece claro que o comportamento de favorecer o outro é modificado por certas circunstâncias emocionais e que o bom comportamento por parte do outro é um ponto em questão. Outra possibilidade é que o grupo reforça bom comportamento porque a probabilidade de comportamento similar no futuro é aumentada. A comunidade ensina cada membro a aprovar e agradecer ao indivíduo que se comporta bem mesmo que o membro da comunidade em questão não tenha sido diretamente afetado. As disposições emocionais que levam os membros de um grupo a punir mau comportamento são mais óbvias. Quem calunia outros, os priva da sua propriedade ou interfere em seu comportamento gera um aumento da inclinação ao contra-ataque. Uma outra explicação fora do âmbito da emoção: se a agressão de A é momentaneamente reduzida por meio da contra-agressão de B, B será reforçado. Agências educacionais podem utilizar variáveis emocionais, gerando, por exemplo, ressentimento e indignação com relação à desonestidade, ao roubo, ao assassinato, ou podem utilizar o condicionamento operante.

O efeito do controle do grupo sobre o indivíduo é, ao menos temporariamente, desvantajoso para o indivíduo, pois os comportamentos reforçados pelo grupo podem criar fortes condições aversivas para o indivíduo. Entre as formas de bom comportamento fortalecidas pela comunidade, estão as práticas de autocontrole nas quais o comportamento que poderia resultar em fortes reforçadores para o indivíduo é enfraquecido. Quando o grupo utiliza a punição como controle, o sofrimento para o indivíduo é mais claro, pois já é uma técnica em si aversiva e, além disso, o comportamento que gera vantagem para o indivíduo e desvantagem para outros é punido pelo grupo. O comportamento egoísta é restringido e o altruísta é incentivado. Contudo, o indivíduo também ganha com essas práticas, pois ele é parte do grupo que controla com relação a todos os outros indivíduos. Esse sistema pode atingir um “estado estável”, em que as vantagens e desvantagens para o indivíduo se equilibram. Se seu egoísmo é controlado pelo grupo, ele também faz parte deste grupo que controla o egoísmo dos outros.

Instâncias de comportamento relacionadas ao automanejo ético, como justiça, bravura e temperança, podem ser modelados por meio de técnicas comportamentais, apesar da dificuldade de se arranjam as contingências necessárias. Uma solução comum é ensinar preceitos. Ao invés de aprender a se comportar bem, a criança aprende regras que deve seguir para se comportar bem. Os problemas éticos a serem enfrentados pelo indivíduo não podem ser todos previstos. Então a cultura precisa ensinar um tipo de resolução de problema ético que permita ao indivíduo chegar aos seus próprios preceitos quando necessário. Isso pode ser feito ensinado-se preceitos de segunda ordem ou métodos heurísticos éticos. A questão do mérito pessoal é importante no automanejo ético. Dá-se pouco mérito ao estudante que se comporta bem se ele não poderia, de qualquer forma, se comportar mal. Quando o aluno se comporta bem porque o professor lhe ensinou passo a passo, o mérito é do professor. Apenas quando seu bom comportamento é resultado do automanejo ético é que o mérito é dado

totalmente a ele. Porém, se formos analisar, as origens do automanejo ético estão na cultura. O mérito pessoal é dado quando a cultura pune o mau comportamento sem especificar o bom, mas as técnicas que ensinam diretamente o automanejo ético não deixam lugar para um “*self*” ser admirado.

Freqüentemente, ensinar comportamentos emocionais é interpretado equivocadamente como ensinar sentimentos que levem a certos comportamentos emocionais. É possível ensinar soldados a odiarem o inimigo tornando aversivos os estímulos associados ao inimigo, mas o objetivo é aumentar os operantes agressivos modelados pelos estímulos aversivos que foram condicionados. O comportamento não é necessariamente sentido como ódio. Tanto na clínica quanto no laboratório, o que é alterado é geralmente mais o comportamento operante que as respostas emocionais sentidas.

Para levar estudantes a deixar de fumar, por exemplo, Skinner propõe que sejam apresentados vídeos de pessoas com câncer de pulmão causado pelo cigarro sendo submetidas a cirurgia. Isso eliciaria respostas emocionais aversivas que, pareadas com o nome de cigarro, ou a sua imagem, levariam estes a se tornarem estímulos aversivos condicionados. Logo, ao fumar, o indivíduo pode sentir respostas emocionais aversivas condicionadas chamadas de culpa ou medo. Esses estímulos se tornam também reforçadores negativos -, que o estudante evita ao parar de fumar. Tanto o professor como o terapeuta se interessam pelo condicionamento e pela extinção do comportamento respondente, muito freqüentemente relacionado ao comportamento operante.

Essa possibilidade levantada por Skinner é tratada de modo semelhante no filme de Stanley Kubrick, *A Clockwork Orange* (*Laranja Mecânica*, na versão em português)³⁸. Nele, um rapaz violento passa por um longo processo de condicionamento clássico em que estímulos visuais relacionados à violência (cenas de sexo ou de agressão física) lhe são

³⁸ Segundo Skinner, o filme apontou algo que o ele próprio não havia apontado até então: que sob práticas punitivas, justificamos o mau comportamento (Skinner, 1978, p. 196).

apresentados ao mesmo tempo em que ele toma uma droga que elicia respostas fisiológicas, como náusea e enjôo. Desse modo, esses estímulos visuais passam a eliciar as mesmas respostas, levando à modificação de alguns operantes, porque o que antes funcionava como um estímulo discriminativo para um ato violento como um estupro – por exemplo, a imagem de uma mulher nua –, depois do condicionamento, passa a funcionar como estímulo discriminativo para fuga ou esquiva, pois a imagem da mulher nua passa a ser um sinal de que a aproximação dela terá como consequência náuseas e vômitos.

No Brasil, há um exemplo de técnica semelhante: as carteiras de cigarro devem trazer fotos de alguma situação aversiva causada pelo cigarro, como fetos abortados ou pulmões com câncer ou enfisema. Entretanto, tal norma não parece ter diminuído o consumo de cigarro.

Além do comportamento ético - aquele comportamento classificado como “bom” ou “correto” pelo grupo -, o indivíduo adquire, do grupo, um extenso repertório de modos e costumes. O comportamento se adapta aos padrões de uma dada comunidade quando certas respostas são reforçadas e outras não são reforçadas ou são punidas. Essas consequências são freqüentemente relacionadas e intercaladas com aquelas do ambiente não social. Por exemplo, as vestimentas características de uma comunidade têm, como um dos fatores determinantes, o tipo de clima do lugar onde vive aquele grupo.

Para o autor, as contingências a serem observadas no ambiente social facilmente explicam o comportamento do *conforming individual*, ou seja, daquele indivíduo que está adequado às normas daquele grupo. O problema seria explicar as contingências. Algumas delas não possuem nenhuma relação com o efeito dos modos e costumes sobre o grupo. Entretanto, quando um costume é mantido por agências de controle, ele é mantido pelas consequências usuais para o grupo. A comunidade como um todo freqüentemente estabelece o

conforming behavior – comportamento de acordo com as normas - essencialmente por meio de técnicas educacionais.

As classificações de “certo” e “errado” se estendem para outros níveis além do comportamento ético. Uma resposta em desacordo com a gramática de uma língua é considerada “errada” e punida de acordo. Modos não convencionais de se vestir ou de se portar à mesa são igualmente classificados e punidos. O autor se pergunta por que comportamentos desviantes podem ser aversivos se realmente não apresentam perigo para o grupo. Uma resposta clássica é que esse tipo de comportamento pode ter sido aversivo para o grupo por uma boa razão em épocas anteriores desse grupo. É possível, também, demonstrar que pode haver conseqüências indiretas, mas não menos efetivas. Quando um indivíduo usa roupas elegantes, utiliza uma linguagem rebuscada, ele tem como conseqüência a aceitação por parte do grupo e prestígio por controlar aqueles que não se comportam da mesma maneira.

Talvez a explicação mais simples do reforço diferencial do *conforming behavior* seja o processo de indução. O grupo começa suprimir a mentira, o roubo, e assim por diante, por causa das conseqüências imediatas para seus membros. O grupo faz isso eventualmente em função de certas características dos comportamentos “bons” ou “ruins” do indivíduo controlado. Entre tais características está a falta de conformidade ao comportamento geral do grupo e ela é freqüentemente associada a propriedades aversivas do comportamento. Se esse pareamento ocorrer de modo suficiente, a propriedade de não conformidade se torna aversiva. “Certo” e “errado” passam a ter eventualmente a força de “*conforming*” e “*nonconforming*”. Cada indivíduo que se conforma aos padrões do grupo passa a sustentar aquele padrão aplicando uma classificação similar ao comportamento dos outros.

O ambiente social é geralmente chamado de cultura de um grupo. Num sentido mais amplo, uma cultura é composta de todas as variáveis que afetam o indivíduo e que são

manipuladas pelas pessoas. O meio social é em parte resultado das práticas do grupo que geram comportamento ético e da extensão dessas práticas aos modos e costumes. E é, em parte, resultado das práticas das agências e das subagências com as quais o indivíduo entra em contato. Nesse sentido, a cultura é extremamente complexa e poderosa. Entretanto, não é unitária, pois práticas de diferentes agências de controle podem entrar em conflito e pode haver divergências nos modos e costumes. O meio social também pode sofrer alterações ao longo da vida de um mesmo indivíduo, levando-o a culturas conflitantes.

Ao analisar as práticas de controle nas cinco agências - religião, economia, psicoterapia, governo e educação -, no *Ciência e Comportamento Humano*, Skinner levanta as seguintes características presentes nas práticas utilizadas por elas.

No controle religioso, o comportamento verbal estabelece a ligação entre eventos acidentais e certas respostas, propiciando o comportamento supersticioso, básico para esse tipo de controle. Por meio de processos verbais, relaciona-se uma consequência (que não é necessariamente relacionada) punitiva ou reforçadora a determinada resposta do indivíduo. Essa conexão é estabelecida pela agência, afirmando-se sua conexão com o sobrenatural. Os comportamentos são classificados em virtuosos ou pecaminosos e punidos de acordo. Estímulos aversivos condicionados (relacionados, em geral, com a descrição do Inferno) são evitados pelo comportamento virtuoso. Comportamento pecaminoso é punido com ameaça do Inferno e da perda do Paraíso.

O pecado é punido de modo a gerar uma condição aversiva da qual se foge com expiação e absolvição. São manipuladas condições ambientais com a finalidade de evitar o pecado e favorecer comportamentos virtuosos. Além disso, por meio de condicionamento respondente, respostas emocionais dos rituais são transferidas para outros estímulos a serem usados com propósito de controle pela agência.

As práticas usadas pelo governo são, em sua maioria, coercitivas. O que mantém grande parte dos governos é seu poder de punição - definida como a apresentação de um reforçador negativo (aquele cuja retirada aumenta a probabilidade de ocorrência da classe de resposta que o cancelou) ou a retirada de um reforçador positivo (aquele cuja apresentação aumenta a probabilidade de ocorrência da classe de respostas que o produziu). O consentimento do governado provém da congruência entre o controle governamental e o controle ético, o qual consiste na classificação de determinados comportamentos como "bons" ou "ruins" e a punição ou reforçamento de acordo. O reforçamento positivo é raramente utilizado pelo governo.

As leis estabelecidas por eles descrevem certas ações como "certas" e outras como "erradas". As erradas têm tal classificação por serem aversivas para a agência ou para outra pessoa. Além de classificar, as leis estabelecem conseqüências para certos comportamentos, de modo a controlá-los. As leis também servem para que os governados exerçam contracontrole sobre a agência; entretanto, o contracontrole perpetua a agência por estabilizá-la, por impedir o abuso do poder.

Normalmente, a ênfase é dada ao comportamento ilegal por meio de punição, a qual gera estímulos aversivos condicionados ("sentimento de culpa") que propiciam reforçamento negativo de respostas incompatíveis com o comportamento ilegal.

Na educação, a punição não é mais tão deliberadamente usada como já o foi. Buscam-se reforçadores artificiais (promoções, medalhas, boas notas, diplomas, todos associados ao reforço generalizado da aprovação) para respostas que serão vantajosas para o indivíduo ou para os outros no futuro. A instituição educacional faz mais do que simplesmente comunicar conhecimento, ela ensina o aluno a pensar, estabelece um repertório especial que tem como efeito a manipulação de variáveis as quais encorajam o surgimento de soluções para problemas. Tal prática é essencial para preparar o indivíduo para ocasiões futuras.

O reforço educacional faz certas respostas se tornarem mais prováveis sob certas circunstâncias. Para isso, operantes são postos sob controle de estímulos que provavelmente ocorrerão nessas circunstâncias. Apesar de tudo, o controle aversivo permanece sob forma de ameaça de retirada de aprovação ou afeição. O repertório a ser estabelecido não pode se opor aos interesses das agências a que a educação está vinculada. Tal repertório é predeterminado por um currículo.

A respeito das práticas estabelecidas pela agência econômica, essa agência é formada por um ou por vários indivíduos que possuem bens e dinheiro e utilizam seu poder para os manter. O reforçamento positivo está bastante presente no tipo de controle aí estabelecido, ao contrário de outras agências. O dinheiro é um reforçador positivo generalizado, um estímulo reforçador condicionado o qual foi relacionado a mais de um reforçador primário, que estabelece uma escala única e unidimensional de comparação para as transações financeiras, as quais são efetuadas pesando-se as conseqüências positivas e negativas que cada um dos lados da transação irá ter.

As remunerações são efetuadas em esquema de razão fixa (o estímulo reforçador é apresentado depois de um determinado número fixo de respostas do indivíduo), ou intervalo fixo (o estímulo reforçador é contingente a uma resposta emitida pelo indivíduo depois de determinado intervalo fixo de tempo), ou esquemas combinados ou variáveis (neste último caso, o reforço não é contingente a um intervalo fixo de tempo ou a uma razão fixa; no intervalo variável e na razão variável, a média de tempo, no primeiro caso, e a média de número de respostas, no segundo caso, é que são “fixas”).

Podem ser dados reforçadores financeiros adicionais (como bônus para manter a taxa de resposta alta ou como gratificação por desempenho superior ao mínimo esperado). Existem também fatores extra-econômicos que podem servir como reforçadores, como o reconhecimento do próprio trabalho por outros profissionais ou pela comunidade. Na relação

de compra e venda, há vários determinantes para a transação se efetuar ou não: nível de privação do consumidor, história de reforçamento, propaganda, comportamento imitativo, história de certos esquemas de reforçamento e contingências temporárias que governam a transação.

O controle utilizado na psicoterapia é, inicialmente, a promessa de melhora para a condição aversiva em que está o paciente. Tal condição aversiva é efeito prejudicial de outros controles, principalmente dos excessivos e inconsistentes. Terapia também significa controle, pois o terapeuta tenta manipular algumas variáveis independentes da história do paciente relacionadas ao problema dele de modo a interferir nas variáveis dependentes (suplementando, assim, a história pessoal do paciente) e modificá-las para afastar a condição aversiva na qual se encontra. À medida que o tratamento progride, o terapeuta se torna fonte de reforçamento para o paciente. O comportamento do paciente de voltar a ele para pedir ajuda é reforçado com o progresso eficiente da terapia.

Apesar das diferenças, diz-se que “a natureza humana é a mesma em qualquer lugar do mundo”. Isso pode significar que os processos comportamentais básicos têm propriedades relativamente constantes. Mesmo assim, as cargas genéticas variam enormemente de um indivíduo para o outro e os ambientes em que eles estão inseridos provavelmente têm mais diferenças do que semelhanças. Sendo assim, há um alto grau de individualidade. O efeito do meio ambiente social sobre o indivíduo pode ser inferido ponto por ponto da análise daquele ambiente. O nível de trabalho, o interesse e o entusiasmo são resultados do histórico de reforçamento. Clima favorável, comida suficiente e outros recursos também são variáveis determinantes. Motivação para os comportamentos de comer e de fazer sexo dependem de características culturais como a acessibilidade de comida e de outras pessoas com quem fazer sexo e dos horários estabelecidos para tais respostas. O meio social também é o maior responsável pelo fato de o sujeito crescer num ambiente de amor, raiva, ressentimento ou

qualquer outro padrão emocional. Vários repertórios individuais, como resolução de problemas e habilidades sociais são criados culturalmente, inclusive pelas diferentes agências de controle.

Todas as agências de controle são em parte responsáveis pela criação de comportamentos desse tipo, embora seja assunto especial da educação. Grande parte do comportamento de autocontrole é culturalmente determinada, principalmente pelas agências éticas, religiosas e governamentais. Vários outros efeitos da cultura dependerão de se o indivíduo apresenta autocontrole. Com relação ao autoconhecimento - ou seja, às respostas discriminativas do próprio comportamento e das variáveis das quais ele é função - ele parece ser produto exclusivo do meio ambiente social; depende de quanto o grupo insiste em questões do tipo: “O que você está fazendo?” ou “Por que você fez isso?”. O comportamento neurótico também é, em grande medida, determinado pelo meio social.

ANEXO 3

Propostas políticas

Skinner afirma a possibilidade de se estabelecer um governo próximo ao ideal (qual seja, o governo "das pessoas pelas pessoas") através da modificação do comportamento, neste contexto interpretada como mudança comportamental por meio de reforçamento positivo. O controle aversivo, geralmente utilizado, seria substituído por alternativas não punitivas, por um governo igualitário, com o controle face-a-face, *onde todos possuíssem essencialmente o mesmo poder e não houvesse agências de controle*. Tendo em vista a abrangência da cultura, tal proposta somente poderia ser efetivada nesse nível, o nível cultural. Um meio social pode funcionar sem a ajuda de legisladores ou empresários e é mais claramente um governo "das pessoas pelas pessoas" quando isso ocorre.

"Utopias" desse tipo estão presentes na filosofia política do anarquismo, por exemplo. De tempos em tempos, são propostas filosofias semelhantes. Hoje, entretanto, estamos numa posição melhor para propor uma filosofia política, pois começamos a entender como o meio ambiente, particularmente o ambiente social, funciona, e já temos algumas orientações de como fazê-lo funcionar melhor. Muito disso é produto da aplicação da análise experimental do comportamento, que veio a ser chamada de modificação do comportamento. Assim, o behaviorismo representa papel fundamental no estabelecimento de um governo "das pessoas pelas pessoas".

Há princípios comportamentais no estabelecimento do controle das pessoas pelas pessoas. O primeiro é a substituição do controle aversivo por reforçamento positivo. Um segundo é evitar reforçadores artificiais, pois os reforçadores naturais são mais eficientes na modelação e manutenção do comportamento. Um terceiro princípio estabelece que comportamento que consiste em seguir regras é inferior ao comportamento modelado pelas

contingências descritas nas regras. Dessa forma, nosso comportamento é mais sensível às contingências mantidas pelas pessoas quando somos diretamente censurados ou aprovados.

Outro princípio diz que o controle das pessoas pelas pessoas é provavelmente prejudicado por reforçadores não-contingentes (já utilizados por governos comunistas e estados de bem-estar social), pois eles restringem o desenvolvimento das capacidades de seus membros e ameaçam a força da cultura e, talvez, suas chances de sobrevivência. Isso está presente quando existem direitos incondicionais. Em última análise, é a cultura em evolução que controla o controlador. Uma cultura prepara seus membros para suas contingências. As pessoas agem para aperfeiçoar práticas culturais quando o ambiente social induz a isso. Culturas com esse efeito e que apóiam ciências relevantes têm mais probabilidade de resolver seus problemas e sobreviver.

O uso mais amplo de reforçamento positivo é uma alternativa para se estabelecer um governo "para as pessoas", pois o "sentimento de liberdade", o gostar do que faz, o sentimento de felicidade são produtos do reforçamento positivo e estão entre os objetivos de tal tipo de governo.

O governo "das pessoas pelas pessoas" seria aquele em que não se comporta como se deve, mas como se quer. Este sentimento de liberdade é produto do reforçamento positivo. No governo "das pessoas pelas pessoas", os indivíduos teriam autocontrole, apresentariam senso moral e ético, ou seja, seguiriam as regras da cultura, do meio social sem necessidade de supervisão. Tal fenômeno é possível somente quando todos possuem essencialmente o mesmo poder. Se houver alguma agência de controle, mesmo que haja contracontrole, não é possível uma sociedade verdadeiramente igualitária. O controle face-a-face de um governo justo, equitativo, é perdido com as agências de controle, devido à destruição dos contatos interpessoais.

É necessário não confundir as idéias acima defendidas pelo autor com algo semelhante a um liberalismo, no qual ocorre o predomínio da agência econômica. Tal conclusão seria bastante incoerente, pois o predomínio da Economia, o *laissez faire* econômico, levaria a uma involução da participação dos indivíduos nas decisões coletivas, algo que já existe em algum sentido nos governos atuais. Se fôssemos aproximar a proposta do controle face-a-face de alguma ideologia conhecida, seria a do anarquismo, pois nele não haveria agências de controle.

Outra proposta de Skinner, agora referente ao comportamento de ajuda, mas também relacionada às agências de controle, é que a análise aplicada do comportamento é exatamente o que é necessário para se resolver a questão dos princípios éticos de se ajudar as pessoas. Da análise experimental do comportamento surgiram técnicas as quais podem ajudar a construir uma “Ética da ajuda”.

Nesse sentido, a proposta da modificação do comportamento é ajudar as pessoas *manipulando contingências* sob as quais elas *conseguem* as coisas e *não dando* tais coisas. Está aí o conflito com as visões tradicionais da ajuda, especialmente com os princípios do que é justo ou defendido como direitos do indivíduo, em que há incondicionalidade dos direitos.

Os bens dados podem servir como estímulos reforçadores e, por isso mesmo, podem e devem ser utilizados em relações contingentes benéficas para o futuro do grupo. Pessoas institucionalizadas, por exemplo, podem assumir interesse ativo na vida e começar a fazer para si próprios o que antes a instituição fazia por eles, garantia como direito.

Desse modo, a Ética da ajuda defendida por Skinner não é aquela que dá coisas, mas a que ensina (com a manipulação de contingências de reforçamento - exclusivamente positivo) a conseguir tais coisas, de modo que cada um se torne mais “senhor de si”, menos dependente de instituições de controle e se engaje em comportamentos mais produtivos para que o futuro do grupo não seja comprometido. A Ética de Skinner aponta a sobrevivência da cultura do

grupo. A proposta é de uma cultura cooperativa a longo prazo, na qual uma “vida boa” não é ter o que se precisa, mas onde o que se precisa figura como reforçador em contingências efetivas. Isso seria uma “cultura auto-sustentável”, em que seria possível o controle face-a-face.

Talvez a única esperança seja construir uma nova cultura desde o início. Mais do que esperar por variações e seleções das práticas culturais que resolvessem nossos problemas, poderíamos planejar um modo de vida o qual nos desse mais chances para um futuro; planejar comportamentos individuais benéficos para o futuro do grupo.

A análise experimental do comportamento, na visão do autor, é a ciência necessária para se planejar um mundo no qual os fracassos da evolução seriam corrigidos. Seria um mundo em que as pessoas se tratassem bem, não devido a sanções de governos ou religiões, mas por causa das conseqüências imediatas face-a-face. Em que não houvesse consumo excessivo, ou outros comportamentos ruins para o futuro da humanidade. Segundo Skinner, esse seria um mundo em que os cientistas, como queria Louis Pasteur, dessem mais valor, não aos aplausos recebidos amanhã, mas aos aplausos a serem recebidos daqui a anos.

Certamente, tal proposta encontraria objeções das instituições que ela pretende substituir. Neste momento, o autor interpreta essas objeções como verdadeiros obstáculos à sua proposta, que é extremamente radical. Sim, radical, pois se não houvesse alterações nas “raízes” das instituições sociais, nas agências de controle (diria, aliás, se não fossem arrancadas pelas raízes), sua proposta não seria implementada. Além do mais, seu modo de implementação seria impossível por meio de reformas, pois encontrariam forte resistência tanto dos controladores como dos controlados. Construir uma nova cultura do começo parece ser a única esperança. Mas isso é menos viável ainda. Reforma não resolve muito e revolução não é possível.

Então, embora Skinner pareça um tanto pessimista, no final de sua vida, quanto ao nosso futuro, ainda restava a esperança de que a análise aplicada do comportamento fosse a redenção para a humanidade; acabasse com as agências de controle, as quais, com suas práticas, nos condenam a um fim não muito distante. A única agência cuja existência suas propostas permitiriam é a educação, mas ela não seria do modo como é hoje, pois apoiaria práticas culturais que garantissem o futuro da espécie humana.